

CLÁUDIA MÁRCIA TRINDADE FANELLI

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO UM DOS  
DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UERJ/FSS

2003

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO UM DOS  
DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

CLÁUDIA MÁRCIA TRINDADE FANELLI

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social - área de concentração Política Social e Trabalho da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria Inês Bravo

Co-orientadora: Dr<sup>a</sup>. Fabíola Rohden

Rio de Janeiro

2003

## Ficha Catalográfica

FANELLI, Cláudia Márcia Trindade

A Gravidez na Adolescência como um dos desafios para as Políticas de Educação E Saúde/ Cláudia Márcia Trindade Fanelli. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2003.

----- páginas

Dissertação - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Gravidez na Adolescência - Sexualidade. 2. Políticas Sociais. 3. Tese (Mestrado - UERJ/Faculdade de Serviço Social). I. Título

## Resumo

Esta dissertação analisa o impacto que a vivência da sexualidade e suas implicações, principalmente, a gravidez na adolescência, tem para a escola. Trata-se de um estudo comparativo, de caráter exploratório, realizado em duas escolas da rede municipal localizadas em Jacarepaguá, no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação. Tal estudo contextualiza as políticas públicas de saúde e educação dirigidas aos adolescentes, destacando as práticas educativas direcionadas ao exercício da sexualidade e a saúde reprodutiva. O foco principal é o material qualitativo, oriundo de entrevistas semidirigidas realizadas com 46 escolares matriculados entre a 5ª e a 8ª série do ensino fundamental, com idades de 11 a 17 anos; 21 professores, sendo que cinco estavam ocupando a função de direção e dois a coordenação pedagógica. Buscou-se interrogar esses sujeitos sociais acerca de como as questões ligadas à sexualidade e à gravidez na adolescência são tratadas no espaço escolar. O nosso referencial teórico-metodológico teve como base a análise da gravidez na adolescência como um dos reflexos da questão social diante das transformações societárias vigentes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a legislação em vigor que respalda as ações relacionadas à temática também foram utilizadas. O universo da pesquisa, ainda que restrito, traz à tona a orientação das ações desenvolvidas tendo como pressuposto fundamental a interpretação/rotulação da gravidez na adolescência como um problema social, homogeneizando uma categoria tão heterogênea.

## Abstract

This dissertation analyses the impact that the experience of sexuality and its implications, particularly teenage pregnancy, have on school. An exploratory comparative study was made at two municipal public schools in Jacarepaguá, in the jurisdiction of the 7<sup>th</sup> Regional Education Coordination Office (*7ª Coordenadoria Regional de Educação*). The study contextualises public health and education policies directed to teenagers, highlighting the educational practices that address active sexuality and reproductive health. The main focus is the qualitative material arising out of interviews of 46 school children aged from 11 to 17 and enrolled in the 5th to 8th grades of fundamental schooling; and 21 teachers, five of whom are school principals and two, teaching coordinators. The intention was to query these social subjects on how issues relating to sexuality and teenage pregnancy are handled in the school context. Our theoretical and methodological frame of reference was based on an analysis of teenage pregnancy as one of the reflections of social problems connected with social changes presently under way. Also used were the National Curricular Parameters (*Parâmetros Curriculares Nacionais*) and current legislation governing actions on the issue.

Although the study population is narrow, it does reflect the orientation of measures that are being taken on the underlying assumption that teenage pregnancy is to be interpreted/labelled as a social problem, thus homogenising this very heterogeneous category.

Eduardo,  
Que as minhas "descobertas"  
sejam facilitadoras para  
nós.

## AGRADECIMENTOS

Ao término desta intensa e conturbada jornada, há muitos a quem agradecer. Pessoas que, de diversas formas, deram seu carinho, atenção e contribuição para que este trabalho pudesse ser realizado. A todos o meu muito obrigado.

Meus primeiros agradecimentos dirigem-se à minha orientadora Maria Inês Bravo por tudo que pudemos dividir e trocar. Foi muito bom!

À Fabíola Rohden, minha co-orientadora, nos encontramos pela primeira vez em meu exame de qualificação, fiquei muito feliz em te "descobrir". Muito obrigado por me ajudar a "desvendar" os fenômenos da sexualidade e da gravidez na adolescência com tanta competência e pelo respeito a minha perspectiva teórica. Valeu!

À professora Maria Cristina Leal pelas observações preciosas por ocasião da minha qualificação.

Ao Professor José Leonídio Pereira por me ajudar a resgatar um objeto de preocupação que eu tinha desde o meu trabalho de conclusão do curso de graduação: A Adolescência. Tenho conseguido recuperar a minha adolescência também. Esta experiência tem sido muito difícil, mas tem me ajudado a crescer. Obrigada pela oportunidade.

Aos meus amados pais Luiz e Francisca, às minhas irmãs, enfim a toda minha família que acompanhou todo este percurso e torceu MUITO para que eu chegasse logo ao final.

Ao Marcelo, meu marido, por sua imensa força para que eu conseguisse chegar ao fim dessa jornada. Valeu!

Às amigas Regina e Silvia por partilharem comigo das minhas angústias, das minhas incertezas, das minhas "descobertas" durante a trajetória do mestrado. A força de vocês foi imprescindível para mim!

À toda equipe do Projeto Papo Cabeça pelo incentivo, inclusive as assistentes sociais Letícia e Milene, que formalmente não compõem a equipe, mas que muito contribuíram para ela.

À Professora Ignezita Monteiro Dantas, sempre tão acolhedora, pelo carinho, apoio e confiança, abrindo todas as "portas" para o meu acesso às unidades escolares. Os meus agradecimentos são extensivos à sua assessoria direta, Edjane, Mara, Márcia, Regina, Zezé. O meu muito obrigado especial!

Aos adolescentes, professores e direções das escolas pesquisadas. A contribuição de todos foi inestimável!

Às professoras Ludmila Fontenelle e Luciana Zucco da Escola de Serviço Social da UFRJ: uma parceria que deu certo!

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>CAPÍTULO 1 - AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS IMPACTOS NO COTIDIANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS</b>	25
1.1) AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS	26
1.2) AS POLÍTICAS SOCIAIS NUM CONTEXTO DE “BARBÁRIE” NEOLIBERAL	29
1.3) O COTIDIANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS PESQUISADAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	32
<b>CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA A ADOLESCÊNCIA E A SEXUALIDADE</b>	43
2.1) AS POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO: AÇÕES VOLTADAS PARA A SAÚDE REPRODUTIVA	44
2.1.1) PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER -PAISM	45
2.1.2) PROGRAMA DE SAÚDE DOS ADOLESCENTES – PROSAD	49
2.1.2.1) DIRETRIZES NACIONAIS	49
2.1.2.2) O PROGRAMA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	54
2.2) A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E AS AÇÕES VOLTADAS PARA A ADOLESCÊNCIA E A SEXUALIDADE	61
2.2.1) CONSIDERAÇÕES GERAIS	61
2.2.2) AS AÇÕES VOLTADAS PARA A SEXUALIDADE DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO	65
2.3) AS EXPECTATIVAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA ADOLESCÊNCIA	67
<b>CAPÍTULO 3 - SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA</b>	79
3.1) A ADOLESCÊNCIA COMO QUESTÃO TEÓRICA	80
3.2) REFLETINDO SOBRE A SEXUALIDADE	86
3.3) O FENÔMENO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR	88
3.3.1) A CONCEPÇÃO DE PREVENÇÃO PRESENTE NOS DIVERSOS SUJEITOS PESQUISADOS	89
3.3.2) A RESPONSABILIDADE SOBRE A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	94
3.3.3) AS FACILIDADES/DIFICULDADES PARA A ESCOLA LIDAR COM A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	101
3.3.4) A MÍDIA E SUA INTERFACE COM A SEXUALIDADE	112
3.3.5) OS ASSUNTOS QUE OS ADOLESCENTES QUEREM CONVERSAR	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	127
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	135
<b>ANEXOS</b>	146

## LISTAGEM DE ANEXOS

<b>Anexo I - Projeto de orientação em Saúde Reprodutora para Adolescentes</b>	147
<b>Anexo II - Roteiros de Entrevistas</b>	154
Roteiro de Entrevista com alunos	155
Roteiro de entrevista com alunos do núcleo de adolescentes	157
Roteiro de entrevista com direção e professores	160
Roteiro de entrevista com a coordenadora do núcleo de adolescentes	162
Roteiro de observação	164
<b>Anexo III - Perfil dos entrevistados</b>	165
Quadro I - Alunos entrevistados na escola "M"	166
Quadro II - Alunos entrevistados na escola "L"	167
Quadro III - Alunos do núcleo de adolescentes	167
Quadro IV - Professores entrevistados na escola "L"	168
Quadro V - Professores entrevistados na escola "M"	169
Quadro VI - Alunos entrevistados na escola "M" por idade/sexo	170
Quadro VII - Alunos entrevistados na escola "M" por série/sexo	170
Quadro VIII - Alunos entrevistados na escola "L" por idade/sexo e série/sexo	171
Quadro IX - Alunos entrevistados na escola "L" por série/sexo	171
Quadro X - Alunos do núcleo de adolescentes da escola "L" por idade/sexo	172
Quadro XI - Alunos do núcleo de adolescentes da escola "L" por série/sexo	172
Quadro XII - Total de alunos entrevistados por idade/sexo	173
Quadro XIII - Total de alunos entrevistados por série/sexo	173
Quadro XIV - Professores entrevistados na escola "M" por idade/sexo	174
Quadro XV - Professores entrevistados na escola "L" por idade/sexo	174
Quadro XVI - Total dos professores entrevistados por idade/sexo	175
Quadro XVII - Total dos professores entrevistados por formação profissional/sexo	175
Quadro XVIII Total de entrevistados por sexo	176
<b>Anexo IV - Área geográfica de abrangência das Coordenadorias Regionais de Educação</b>	177
Mapa do Município do Rio de Janeiro dividido por Coordenadoria Regional de Educação	178

## SIGLAS

<b>AIDS</b>	SINDORME DE IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA
<b>AP</b>	ÁREA DE PLANEJAMENTO
<b>CRE</b>	COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
<b>DST</b>	DOENÇA SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL
<b>MEC</b>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
<b>MS</b>	MINISTÉRIO DA SAÚDE
<b>NAM</b>	NÚCLEO DE ADOLESCENTES MULTIPLICADORES
<b>OMS</b>	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
<b>ONGS</b>	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
<b>PAISM</b>	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER
<b>PCN</b>	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS
<b>PNDS</b>	PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
<b>PROSAD</b>	PROGRAMA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE
<b>SME</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
<b>SMS</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
<b>SUS</b>	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

## **INTRODUÇÃO**

## Introdução

A gravidez na adolescência<sup>1</sup> tem sido considerada uma questão de saúde pública por diversos setores da sociedade e transformada em objeto de discursos e de ações. Os estudos sobre esta temática ganham grande impulso e representatividade no final dos anos 80 e no decorrer da década de 90. Muitos destes estudos apontam para a constituição deste fenômeno, tanto no Brasil como em outros países do mundo, como um **problema social**.

A visibilidade ao fenômeno fundamenta-se em uma tendência de aumento, mesmo que de modo muito tênue na "precocidade"<sup>2</sup> de gestação na população jovem<sup>3</sup> comparado a diminuição das taxas de fecundidade nas faixas etárias acima dos 24 anos. Outro fator que contribui para dar visibilidade ao evento é a definição das expectativas sociais que vêm sendo construídas em relação a este segmento da população de conclusão da trajetória escolar de maneira satisfatória; de ingresso no mercado de trabalho com uma formação profissional mais apropriada às exigências do mundo do trabalho; para que então

---

<sup>1</sup> De acordo com Heilborn (2002:18), a concepção contemporânea de gravidez na adolescência conflui de três modalidades de discurso. O biomédico, o psicossocial e o social. O primeiro discurso enfatiza os perigos decorrentes da gestação precoce para a saúde materno-infantil; o segundo, partindo da categoria imaturidade psicológica das adolescentes, aponta riscos psicossociais para as mesmas e o terceiro pauta-se no agravamento da pobreza, que pode estar relacionado ao incremento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, a interrupção precoce da trajetória escolar, assim como a inserção precária no mercado de trabalho. Tais fatores contribuem para configurar o fenômeno como intrinsecamente relacionado à "exclusão social". São esses discursos que subsidiam a percepção do senso comum e da mídia acerca do fenômeno.

<sup>2</sup> Segundo Camarano (1998:35), a fecundidade do grupo de 15 a 19 anos é comumente chamada de "fecundidade precoce", "não apenas por razões biológicas, relacionadas ao desenvolvimento humano, mas principalmente porque a gestação nessa idade antecipa os movimentos socialmente institucionalizados para a reprodução e, com isto, traz uma série de resultados indesejados para as mulheres e seus filhos".

<sup>3</sup> A adolescência tem sido, mais recentemente, objeto de investimento de significado, no sentido de demarcá-la como uma etapa de transição para a vida adulta e que deve ser reservada prioritariamente à dedicação aos estudos, que capacitariam esses jovens sujeitos a um ingresso melhor no mercado de trabalho, condição futura de suas vidas. Contudo, vale lembrar que aquilo que hoje se abriga o rótulo de 'gravidez na adolescência' refere-se a uma faixa etária que por muito tempo foi considerada a etapa ideal para a mulher ter filhos. Assim, estamos diante de um problema que muda seu ângulo de apreciação consonante com as preocupações de uma determinada agenda social. Certamente há um outro problema aí embutido, e que sensibiliza em particular os profissionais de saúde, que é a ocorrência cada vez mais notada, ainda que estatisticamente não tão significativa, da gravidez em meninas de 10-14 anos". (Heilborn, 1998: 24)

o jovem possa começar a sua vida sexual e reprodutiva, possivelmente com a constituição de um novo núcleo familiar (HEILBORN; ROHDEN, 2002).

Nesse panorama, a gravidez na adolescência desponta como um desperdício de oportunidades, uma subordinação - precoce - a um papel do qual, durante tantos anos, as mulheres tentaram se desvencilhar. Essa argumentação subestima o fato de esse leque de oportunidades sociais não ser igualmente oferecido para jovens de diferentes classes e, além disso, supõe como universal o valor ou o projeto de um novo papel feminino. (HEILBORN, 2002:18)

Além disso, ressalta a referida autora em outro trabalho (1998: 23), a tendência de alta na incidência de gravidez na adolescência no Brasil que vem acompanhada da recente tendência ao envelhecimento da população sendo o contingente jovem ainda expressivo.

A prevalência da percepção alarmista que transita nos discursos dos profissionais da área da saúde acaba por cunhar o fenômeno como epidemia, atribuindo-se ao aumento da gravidez na adolescência um conjunto de fatores que teria provocado mudanças importantes no comportamento social e sexual das gerações mais jovens, como:

A gradativa antecipação da idade da menarca, as precárias condições sócioeconômicas resultantes do processo de migração/urbanização, um menor controle da família sobre os adolescentes, a intensa exploração da sexualidade pela mídia etc. Ainda, a estreita correlação entre gravidez na adolescência e nível de renda e escolaridade, o enfraquecimento da associação entre casamento e vida reprodutiva, também corroboram para a construção do fenômeno como problema social, sendo responsabilizado, muitas vezes, por promover ou agravar a situação de marginalidade econômica dos adolescentes (COSTA, 2002:2).

Além disso, a falta de informação, de alguma maneira, sempre está subliminar aos discursos dos profissionais da educação que pudemos entrevistar ao longo de nosso trabalho de campo. Entretanto, vale destacar a pesquisa feita pela psicanalista Diana Dodoorian (2001) publicada no livro "Pronta para voar: Um novo olhar sobre a gravidez na adolescência; a autora descarta a falta de informação como motivo da maternidade prematura. Para ela, a gravidez é desejada por estas jovens por várias razões, entre as quais carência afetiva, dificuldades no relacionamento familiar, necessidade de amparar alguém ou ser amparada, desejo de formar uma família e ser mulher. No entanto os enfoques predominantes apontam a gravidez como indesejada e decorrente de desinformação sexual.

A emergência da gravidez na adolescência enquanto um fenômeno social é posto como desafio a ser enfrentado por toda a sociedade, especialmente, pelas instituições de saúde e educação.

Tendo em vista a multiplicidade de fatores que gravitam em torno deste fenômeno algumas ações são pensadas para combater o "problema". Erigem-se programas e projetos nas referidas instituições consideradas como espaço privilegiado para o tratamento da questão, por serem locais que lidam cotidianamente com sujeitos pertencentes a parcela jovem da população. As interfaces voltadas para o trabalho preventivo entre as áreas da saúde e educação estão estreitamente relacionadas as práticas educativas<sup>4</sup>, que subsidiam as ações nestas áreas, que é uma prática pedagógica e está intimamente ligada a hegemonia que, de acordo com Gramsci, está na essência de qualquer relação pedagógica (GADOTTI, 2001:66).

No movimento de constituição de um novo projeto societário, Simionato (1999: 81), referindo-se a Gramsci adverte que para ultrapassar o senso comum e se constituir um novo "bloco histórico"<sup>5</sup>, é necessário conectá-lo com a luta política de uma classe. Esta nova concepção deve *“apresentar-se imbricada com o programa político e uma concepção de história que o povo reconheça como expressão de suas necessidades vitais”*.

Na perspectiva da constituição de uma relação pedagógica que possibilite a construção de um bloco histórico, faz-se mister articulá-la com a práxis interativa dos homens, que mobiliza conhecimentos, valores, normas; não sendo apenas uma visão de mundo, mas uma visão de mundo com uma ética correspondente, o que supõe necessariamente uma idéia de convencimento, de influir no comportamento alheio, que recusa à coerção (mas, às vezes, a utiliza como último recurso), tendo em vista a construção de uma vontade coletiva. É uma força real

---

<sup>4</sup> As ações educativas estão na base dos seguintes programas dos quais falaremos mais profundamente no capítulo 2: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) e Programa de Orientação Sexual da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Na luta de classes a superação de uma determinada relação hegemônica constitui-se um novo bloco histórico, que para Gramsci possui um sentido conjuntural, a articulação entre infra-estrutura e superestrutura, encontrando em Marx o sentido de formação social. Ver Coutinho (1999), Simionato (1999).

que altera e modifica a vida humana, mesmo quando seu conteúdo não seja científico (IAMAMOTO, 2001b).

Nesse sentido a educação<sup>6</sup> como partícipe fundamental da sociabilidade humana aparece com estreita relação com o trabalho. A educação é um fenômeno social, portanto, produto e produtor de várias determinações sociais (GADOTTI, 2001: 61).

A partir do entendimento da educação como um processo contraditório, uma totalidade de ação e reflexão, o ato educativo é concebido na tensão dialética endógena entre liberdade e necessidade. A concepção dialética da educação tem como pressuposto fundamental a compreensão das múltiplas determinações da realidade e do sujeito que a experimenta para que se possa intervir, em busca a realização plena do homem, ou seja, a sua libertação, a sua emancipação.

Por isso coloca-se numa perspectiva progressista e transformadora da realidade. Em oposição, a educação burguesa tem por finalidade a ocultação dessa realidade em transformação, pois seu projeto de sociedade é conservador e se utiliza a educação para legitimar e perpetuar privilégios de classe (idem:79).

A motivação para o tratamento da temática é decorrente de muitos questionamentos oriundos de nossa inserção profissional, desde 1996, no Projeto de Extensão Universitária de Orientação em Saúde Reprodutora para Adolescentes ( ANEXO I), apelidado carinhosamente pelos jovens atendidos como Projeto "Papo Cabeça". Tal Projeto é uma parceria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina e a Maternidade-Escola, com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sendo desenvolvido nas 111 escolas públicas municipais na área da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (7ª CRE), que abrange a região de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena.

---

<sup>6</sup> No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels assinalaram que os trabalhadores ao tomar o poder implantariam a educação pública e gratuita para todas as crianças, eliminando o trabalho fabril das mesmas. Mais tarde na Crítica ao Programa de Gotha, Marx ressalta que a combinação do trabalho produtivo desde tenra idade é um dos meios de transformação da sociedade atual, sendo este "um valioso instrumento de formação moral e física, além de servir de motivação para a formação técnico-científica e cultural, desenvolvendo o sentido da responsabilidade social. Através do trabalho, o jovem prepara-se para a vida social" (GADOTTI, 2001:56).

O Projeto "Papo Cabeça" constitui-se solo fecundo para abordar as múltiplas temáticas emergentes da adolescência dentre elas a sexualidade, a gravidez, as doenças sexualmente transmissíveis, a relação do adolescente com a família e a escola, dentre outras. A orientação dada para a abordagem das temáticas após o processo de sensibilização emana do grupo de alunos (os quais poderão tornar-se multiplicadores, cuja designação adotada pelo Projeto é de Instrutores de Saúde Jovem), assim como os encaminhamentos dados para a disseminação do trabalho pela comunidade escolar.

O ponto de partida para a realização da pesquisa foi o levantamento bibliográfico referente às temáticas que envolvem a gravidez na adolescência. A leitura, até então realizada, permitiu-nos identificar lacunas existentes na vasta bibliografia e a escassez do debate dentro da categoria dos assistentes sociais, a partir da análise dos principais veículos de difusão do Serviço Social nos anos 90: Revista Serviço Social e Sociedade, publicada pela Cortez e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social .

A temática aludida encontra uma discussão profícua em bibliografias nas áreas da medicina, antropologia, psicologia, sociologia, demografia, entre outras. Entretanto, a discussão tramita por relações de gênero, problemas no parto e puerpério, assim como na formação do conceito, saúde reprodutiva, sexualidade, a grande seletividade no acesso aos serviços de saúde de contracepção e planejamento familiar.

Desse modo, trabalhar a gravidez na adolescência como um dos reflexos da questão social diante das transformações societárias vigentes nas últimas décadas se torna um grande desafio.

Assim, os contornos deste estudo exploratório visam refletir sobre a repercussão da gravidez na adolescência na escola, buscando fazer a interface com as políticas de saúde e educação, com um recorte naquelas políticas ligadas à saúde reprodutiva (sexualidade, fecundidade, prevenção, práticas educativas) e a sua tensão com as relações sociais vigentes na contemporaneidade.

A pesquisa qualitativa norteou este trabalho, na medida em que ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 1994).

Elegemos como técnicas de coleta de dados a Entrevista e a Investigação-Sociopolítica ou Pesquisa-Ação<sup>7</sup> (THIOLLENT, 1983, 2002). A primeira por acreditarmos que a mesma, no campo científico, dá um grande peso à descrição verbal da pessoa para obtenção de informação, na medida em que acreditamos que é no concreto, é na relação objetividade – subjetividade, expressa nas vivências dos sujeitos que se constrói a realidade. A segunda, por entendermos que a relação investigado - investigador é uma relação de troca, no sentido do aprendizado e da reflexão recíprocos, sendo, necessariamente, indispensável à coletivização do resultado do estudo.

Para delinear as múltiplas dimensões que compõe fenômeno em questão faremos um estudo comparativo e exploratório em duas escolas públicas da Rede Municipal, situadas na zona oeste do Rio de Janeiro, buscando compreender como a gravidez na adolescência repercute no espaço escolar, assim como refletir se as temáticas emergentes especialmente na adolescência como a sexualidade, a saúde reprodutiva constituem-se em demandas para a comunidade-escolar a luz dos PCNs, da legislação vigente, e das políticas de saúde e educação relacionadas ao tema estudado.

As entrevistas foram semi-estruturadas, combinando perguntas fechadas e abertas, de modo que possibilitasse ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas. Foram realizadas 67 entrevistas<sup>8</sup>:

- 07 com Representantes das Unidades de Ensino, ou seja, diretor, diretor adjunto, coordenador pedagógico e supervisor;
- 01 com o único professor coordenador do Núcleo de Adolescentes;
- 14 com professores de ambas as Unidades de Ensino;

---

<sup>7</sup> Das diversas definições existentes da pesquisa-ação, Thiollent (2002: 14) aponta que ela é um tipo de pesquisa social com base empírica que é realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

- 39 com alunos das duas escolas e
- 06 com representantes do núcleo de adolescente. (Em Anexo III encontra-se o perfil dos entrevistados)

No tratamento do material colhido nas entrevistas realizamos a análise de conteúdo, por entendermos que esta técnica “visa – ainda que de formas diversas e até contraditórias – a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente a comunicação de documentos, textos literários, entrevistas ou observação” (MINAYO: 1996).

Foram selecionadas para o estudo de caso duas escolas, no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação. A pesquisa de campo ocorreu em uma unidade escolar que já direcionava um trabalho voltado para os adolescentes e outra que ainda não havia implantado:

- A primeira escola escolhida, doravante denominada de escola "L", localizada no Camorim (Jacarepaguá) realizava um trabalho diferenciado aos adolescentes, sobre o qual sabíamos de antemão que tinha incluído no seu projeto pedagógico ações ligadas a sensibilização da Comunidade-Escolar, constituída por professores, alunos e pais e/ou responsáveis, para a temática da saúde, abordando, dentre outras questões a saúde reprodutiva. Outro fator que corroborou com a indicação desta unidade para a pesquisa foi a existência de um núcleo de adolescentes, em sintonia com as normas da Secretaria Municipal de Educação (SME), com uma interlocução mais estreita com as políticas de educação e saúde voltadas para a temática.
- A segunda escola eleita para essa pesquisa (localizada na Taquara - Jacarepaguá), identificada daqui para frente como escola "M", teve como premissa fundamental a grande incidência de gestação no decorrer do ano de 2001<sup>9</sup>, assim como a manifestação favorável da direção a implementação da proposta de trabalho do Projeto "Papo Cabeça".

---

<sup>8</sup> Vide em Anexo II o roteiro das mesmas.

<sup>9</sup> Os dados foram extraídos do levantamento anual feito pelo citado Projeto de Extensão Universitária, originários de informações dadas pela direção das Unidades de Ensino da referida Coordenadoria.

Um aspecto importante a ser ressaltado é a inserção do pesquisador no campo. Como já foi mencionado anteriormente, o trabalho de campo foi realizado em duas escolas, nas quais permanecemos por aproximadamente dois meses em cada uma.

Para garantir o sigilo e o anonimato apelidamos de "L" a escola que já tinha um trabalho com adolescentes, atribuindo nomes fictícios aos sujeitos entrevistados iniciados pela mesma letra. O mesmo procedimento foi adotado para a escola que não possuía um trabalho especificamente voltado para a discussão das questões emergentes da adolescência, sendo selecionada a letra "M" para indicá-la.

Na escola "M" iniciamos o trabalho, em julho de 2002, no período de recesso escolar por acreditarmos que teríamos maior disponibilidade de estabelecermos uma relação mais próxima com a direção, o que de fato aconteceu.

Essa escola possui uma estrutura física diferente e, segundo seu diretor adjunto, a mesma chegou a ganhar um prêmio arquitetônico, entretanto, o que percebemos na prática é que a mesma não foi projetada partindo do princípio que ali haveria aglomeração de muitas crianças e adolescentes e na hora do recreio e/ou durante as aulas de educação física, o barulho era ensurdecedor.

Esta escola possuía como público alvo alunos de educação infantil a 8ª série, sendo distribuído em turnos distintos, no turno da manhã os alunos eram de 5ª a 8ª série e no turno da tarde do jardim da infância a 4ª série do ensino fundamental. O número total de alunos matriculados, em julho de 2002, era de 1.620, dos quais 649 alunos estavam cursando da 5ª a 8ª série. Esta unidade possuía 66 professores, dos quais 29 trabalhavam com o primeiro segmento (da educação infantil a 4ª série), 23 com o 2º segmento (5ª a 8ª série) e 14 trabalhavam em ambos os segmentos, sendo que tinham sua matrícula vinculada a outras escolas, trabalhando nesse segundo período como "hora extra", sem qualquer garantia trabalhista.

Outro fato a ser destacado está relacionado à forma como a diretora geral foi empossada como tal, tendo inserido-se na unidade escolar como um

profissional que fazia "hora extra" em abril de 2001. Em aproximadamente um ano após a sua chegada já estava assumindo a direção geral da escola com o respaldo da Coordenadoria Regional de Educação, apesar do pouco conhecimento da complexidade da comunidade escolar (compreensível tendo em vista a sua inserção recente nessa realidade), assim como o estabelecimento claro e legítimo de um projeto político-pedagógico para a U. E.

O local que a direção acreditava ser o mais adequado para permanecermos e realizarmos as entrevistas foi a sala dos professores. No entanto, solicitamos, no decorrer de nossa permanência na escola, a possibilidade de ser viabilizado um local mais reservado para que pudéssemos deixar os entrevistados mais a vontade na hora do recreio, pois apesar de não termos tido problemas com a maioria dos professores, percebemos em vários momentos que os mesmos ficavam desconfiados de nossa presença naquele espaço. Uma situação que observamos é que essa manifestação era mais freqüente nos professores que trabalhavam com turmas até a 4<sup>a</sup> série, no turno da tarde.

As entrevistas com o segmento professor foram realizadas, prioritariamente, na hora do recreio para que não houvesse qualquer transtorno causado pela ausência do professor na sala de aula. Embora não existisse privacidade para a realização das aludidas entrevistas (as quais aconteciam na sala dos professores), a utilização do espaço favorecia a adesão de outros na participação nestas. Foram realizadas 08 entrevistas com este segmento, das quais uma foi conjunta com 3 participantes. Do total de oito entrevistados, cinco eram do sexo masculino.

No que se refere ao conjunto de dirigentes da escola, o mesmo é formado por 5 componentes, uma diretora geral, um diretor adjunto, uma diretora adjunta (que na ocasião estava em processo de nomeação para a função e não foi entrevistada), uma coordenadora pedagógica e uma supervisora.

Foram realizadas, nesta unidade escolar, o total de 25 entrevistas com o segmento dos alunos, seis adolescentes do sexo masculino e 19 do sexo feminino. Dentre as entrevistas realizadas, foi feito um grupo com 15 componentes da 6<sup>a</sup> série, com idades entre 13 e 14 anos e 01 um componente da 7<sup>a</sup> série com

14 anos de idade. A ocorrência da entrevista grupal foi sugerida pelos próprios alunos, transcorrendo com muita organização e disciplina, onde surgiram assuntos não abordados nas entrevistas individuais.

As entrevistas com os escolares foram realizadas na sala de leitura da unidade escolar para garantirmos um espaço de privacidade e intimidade necessário para a situação de entrevista.

Na escola que possuía o trabalho com adolescentes, a qual apelidamos de escola "L", realizamos um total de 29 entrevistas (14 com alunos - sendo 12 adolescentes do sexo feminino; 6 com alunos que participam do núcleo de adolescentes - 5 do sexo feminino; 6 entrevistas com professores - apenas um do sexo masculino; 3 com a direção da escola, composta exclusivamente por pessoas do sexo feminino -diretora geral, diretora adjunta, coordenadora pedagógica -).

A entrada nessa escola se deu através da professora do núcleo de adolescentes, que facilitou o nosso acesso a comunidade-escolar em setembro de 2002. A maioria das entrevistas com os alunos foi realizada na sala da coordenação do núcleo.

A diretora geral da mesma já está na função desde 1994, sendo que no interregno 1990-1994, ocupava a função de diretora adjunta.

Em outubro de 2002, a escola tinha aproximadamente 900 alunos matriculados entre a 5<sup>a</sup> e a 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental e 48 professores, dos quais 36 são efetivos e 18 fazem "horas extras", como foi abordado anteriormente.

É necessário destacar que essa escola tem várias atividades voltadas para os adolescentes, dentre elas judô, dança, núcleo de adolescentes (sobre o qual falaremos mais adiante), além de muitas festividades. Durante a nossa permanência nesta aconteceu a comemoração do dia da criança, onde houve um baile com cachorro quente e refrigerante para todos os presentes, fruto da mobilização da direção com os comerciantes das adjacências.

Essa escola, desde 1995, vem desenvolvendo um projeto que denomina de "Projeto Cidadania" criado, segundo a diretora geral, a partir da necessidade de se estabelecer um vínculo entre o aluno e a escola. Inicialmente estava pautado

em 4 temas centrais: liderança, representatividade, solidariedade e coletividade, os quais foram se transformando para atender as necessidades emergentes de um novo contexto sócio-histórico. A sexualidade foi incorporada como uma necessidade premente, porque o perfil dos usuários da escola também foi se transformando e de acordo com a referida direção, a unidade começou a receber alunos de outras localidades com nível sócio econômico muito baixo, com um nível de informação baixo sobre o assunto, assim como a vivência de uma promiscuidade exacerbada. A partir das necessidades apontadas pela realidade, reforça a diretora, nasceram várias atividades no espaço escolar que redundaram no núcleo de adolescentes.

Para discorrermos sobre a materialização das políticas públicas voltadas para os adolescentes realizamos na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) duas entrevistas, uma com um representante do Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) e uma com representante do Programa de Saúde Bucal, além da leitura e análise de materiais produzidos pelos mesmos. Já as incursões pelos Programas Escola Promotora de Saúde (SMS) e de Orientação Sexual e Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (Secretaria Municipal de Educação - SME) restringiram-se a análise dos materiais por eles elaborados.

Esta dissertação busca refletir sobre a repercussão do fenômeno da sexualidade e da gravidez na adolescência no espaço escolar, tendo como pressupostos fundamentais, as transformações societárias ocorridas nas últimas décadas do século XX, e seu impacto nas políticas públicas, especialmente as políticas de saúde e educação voltadas para as temáticas, assim como a saúde reprodutiva.

Este estudo foi organizado em três capítulos, cujo eixo central de cada um está exposto a seguir:

No Capítulo 1 preocupamo-nos em refletir sobre as metamorfoses macro-sociais configuradas, especialmente, nas três últimas décadas do século XX, as quais repercutem no cotidiano dos sujeitos, mobilizando valores, normas, modos de vida e que são reproduzidas no espaço escolar, estabelecendo limites e desafios para as ações educativas.

No Capítulo 2 buscamos contextualizar as políticas públicas de saúde e educação voltadas para a adolescência e a sexualidade com aportes na materialização das ações no Município do Rio de Janeiro.

O Capítulo 3 é dedicado a compreensão dos fenômenos da sexualidade e da gravidez na adolescência no espaço escolar. Para abordarmos o assunto partimos de cinco pontos fundamentais salientados na pesquisa empírica: a concepção de prevenção dos sujeitos pesquisados; a responsabilidade pela gravidez na adolescência; a relação facilidade/dificuldade da escola lidar com a questão; a mídia e sua interface com a sexualidade e as temáticas que os adolescentes indicam como imprescindíveis para serem tratadas com eles em possíveis ações a serem desenvolvidas.

**CAPÍTULO 1**  
**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS**  
**IMPACTOS NO COTIDIANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS**  
**MUNICIPAIS**

## **Capítulo 1 - As Transformações Societárias e seus Impactos no Cotidiano das Escolas Públicas Municipais.**

A preocupação com as metamorfoses ocorridas no padrão de produção nas últimas décadas assume destaque na literatura contemporânea. A constituição de um novo padrão de acumulação e de regulação social, traduzidos na “acumulação flexível” (Harvey, 1993) e no neoliberalismo (Anderson, 1995) difundem-se no cotidiano dos sujeitos, mobilizando valores, normas, modos de vida que refletem no dia-a-dia da instituição escolar e impõem muitos desafios às práticas educativas.

Logo, a partir desse viés é que buscaremos refletir ao longo deste capítulo como essas mudanças vêm se processando e como as mesmas são percebidas pelos sujeitos sociais envolvidas em nossa pesquisa, sem a pretensão de esgota-la.

### **1.1) As transformações Societárias e Políticas Sociais e Econômicas**

A partir de meados da década de 70 o padrão taylorista/fordista e da regulação keynesiana mostra sinais de sua decadência, quando a economia mundial apresenta sintomas de estagnação, *"com altos índices inflacionários e com uma mudança de distribuição do poder no cenário mundial"* (Iamamoto, 1999:31), deixando os Estados Unidos de ser a única potência mundial do ocidente com a emergência do Japão e da Alemanha como forças econômicas. Aliado a isto, na década de 80 ocorreu o desmonte do Leste Europeu, promovendo um redimensionamento das relações de poder no mundo. *"Estabelece-se uma intensa concorrência por novos mercados, acirrando a competitividade intercapitalista, que passa a exigir mudanças no padrão de produção"*.(idem) O novo paradigma da produção foi denominado por Harvey (1998) como regime de "acumulação flexível", cujas bases já vinham sendo tecidas, especialmente, pelos Estados Unidos, Inglaterra e no Chile (pioneiro na

América Latina). A eclosão deste novo paradigma trouxe consigo novas exigências e as transformações societárias verificadas impuseram modificações na dinâmica dos processos sócio-políticos. Tais mudanças apoiavam-se na flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, propiciando o surgimento de setores da produção inteiramente novos, novos mercados, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A "acumulação flexível" promove rápidas alterações nos padrões de desenvolvimento, tanto entre setores como entre regiões demográficas, acirrando a desigualdade entre eles; propicia a criação do "setor de serviços", bem como a implantação de conjuntos industriais completamente novos em regiões não familiarizadas com esses processos produtivos. Além disso, este regime de acumulação também envolve um novo movimento de aceleração do processo decisório, beneficiado pela comunicação via satélite, facilitando sua propagação numa proporção cada vez mais rápida (HARVEY, 1998).

É no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capitalismo bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução tecno-científica de base microeletrônica, instaurando nos modos de se produzir e de se gerir trabalho. (IAMAMOTO, 1999:18)

A classe que vive de seu trabalho é atingida diretamente pela imposição desse paradigma que em sua lógica promove uma economia cada vez mais acentuada do trabalho vivo, tanto pela valorização da informatização e da robótica no processo produtivo, assim como pela financeirização do capital, isso quer dizer que se retira o capital da produção para investir no soberano mercado, trazendo consigo a flexibilização das relações e dos vínculos de trabalho.

O desemprego e as múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho comprometem as conquistas e direitos trabalhistas, assim como as tradicionais estratégias de organização da classe trabalhadora, pois comprimem o salário daqueles que querem se manter no emprego, derivando no aviltamento do padrão de vida e no inchamento da população excedente para o processo de acumulação do capital.

Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades médias do capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças e mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência institucionalizada. A exclusão se torna contraditoriamente, produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação da produção e do mercado globalizado (IAMAMOTO, 1999:18).

Tais transformações sociais extrapolam, indubitavelmente, a estrutura de classe, promovendo profundas mudanças no perfil demográfico das populações, expansão urbana, crescimento das atividades de serviços, difusão da educação formal, novos circuitos de comunicação social (NETTO, 1996). Ocorrem também inovações valorativas e rupturas nos padrões comportamentais com a introdução da mulher e de segmentos mais jovens no mercado de trabalho.

Ao refletir sobre a inserção feminina no processo produtivo Antunes (1999) destaca que a mulher trabalhadora, em geral, exerce sua atividade de trabalho “dentro e fora da fábrica”. Ao fazê-lo, além da duplicidade do ato de trabalho, ela é explorada duplamente pelo capital, no âmbito fabril e no âmbito da vida privada, consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução. É na esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que são criadas as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seu companheiro, filhos e a dela própria.

Destarte, as mudanças ocorridas transcendem a esfera da produção e a lógica do capital. Busca-se dissolver antigas identidades sociais (classistas); minimiza-se o poder dos sindicatos; alarga-se a distância entre o mundo rico e o mundo pobre; desqualifica-se a esfera pública; “sataniza-se” o Estado, com vistas a minimizá-lo; valoriza-se a sociedade civil, liberando-a da tutela do “Estado-Protetor”; transferindo-se para ela, a título de iniciativa autônoma, responsabilidades antes alocadas à ação estatal; minimiza-se as lutas democráticas dirigidas a afetar as instituições estatais, despolitizando as demandas democráticas (LAURELL, 1997).

A crise econômica mundial do final dos anos 70 e início dos anos 80 marca o ponto de partida para a supremacia do mercado sobre a vida das pessoas, rechaçando-se o conceito de direitos sociais e a obrigação da sociedade de garanti-los através da ação estatal.

No Brasil, a hegemonia do pensamento liberal vai propor que a “crise”<sup>10</sup> pela qual o Estado vem passando, se dá porque o padrão de desenvolvimento e organização deste é incompatível com a crise do mundo do trabalho, pelo processo de globalização. Defende-se a reforma do Estado no âmbito econômico (fortalecimento do mercado, privatização); fiscal (equilíbrio fiscal para não gerar inflação); previdenciário; político; administrativo (todas subjugadas à “mão invisível do mercado”).

Distintamente ao que estava acontecendo em muitos países do mundo nos anos 80, o Brasil vivia um processo de abertura política, houve o fortalecimento dos sindicatos, de associações populares e de organizações civis, o acontecimento de greves e a ação dos movimentos sociais que conformaram os termos de uma experiência inédita na história brasileira, em que a cidadania é buscada como conquista e na qual a reivindicação interpela a sociedade na exigência de uma negociação possível, aberta ao reconhecimento dos interesses e razões que conferem validade às aspirações por um trabalho digno, por uma vida decente, por uma sociedade mais justa nos modos de seu ordenamento (TELLES,1994:88-90).

## **1.2) As políticas sociais num contexto de “barbárie” neoliberal**

Da correlação de forças existente nos anos 80 nasceu a Constituição de 1988, avançada no que diz respeito à seguridade social, com tendências universalizantes em relação aos direitos sociais.

---

<sup>10</sup> Sobre este assunto é interessante considerar a interpretação de Ana Elizabeth Mota que levanta a questão da cultura da crise, ou seja, “as novas formas de domínio tanto supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos, quanto a produção de outros padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudanças na esfera da produção e da reprodução social”.

Nesta linha de argumentação, a direção dos processos políticos e a produção de consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se em novos baluartes da ação das classes, diante da necessidade de superação das crises (Mota, 1995)

Nos anos 90, o acirramento da perspectiva neoliberal de diminuição do Estado, de redução dos gastos na área social, obrigou ao cidadão que necessitasse acessar aos programas sociais a comprovar cada vez mais a sua situação de indigência, na lógica do "cidadão-consumidor" (Mota,1995), ou seja, os direitos sociais foram lançados à órbita do mercado, colocando em cheque contradições inegáveis de sua cidadania. Neste contexto, o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que a iniciativa privada não tem interesse. Os programas sociais passam a ser seletivos e focalistas em contraposição à visão universalista da Constituição Federal de 1988.

No capitalismo em seu estágio monopolista anterior, o Estado intervia diretamente na questão social<sup>11</sup>, através de Políticas Sociais. De acordo com Iamamoto (1992) as políticas sociais são depositárias de uma dualidade contraditória. Elas mostram aos beneficiários uma imagem “redistributiva”, reparadora, enquanto, paralelamente, desempenham, para as classes dominantes, um papel de diminuição dos custos da manutenção e reprodução da força de trabalho, socializando o que antes era um custo exclusivo do empregador, assim como também cumprem uma outra função, não menos importante, que é a de legitimação da ordem estabelecida e de inibição de eventuais crises sociais.

Desse modo, as políticas sociais são a tradução concreta das múltiplas expressões da questão social, estando intimamente relacionadas ao conjunto de medidas e instituições emergentes do conflito capital e trabalho e dependem da correlação de forças entre o Estado e o protagonismo da classe trabalhadora na busca da conquista de seus direitos sociais (cidadania), cada vez mais corroídos pelas políticas neoliberais.

Os neoliberais sustentam que o intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta nos

---

<sup>11</sup> Por questão Social entendemos “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]”. (IAMAMOTO, 1983: 77)

contribuintes, mas, sobretudo, porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Desse modo, a solução da crise consiste em reconstituir o mercado, a competição e o individualismo (LAURELL, 1997).

As estratégias concretas idealizadas pelos governos neoliberais para restringir seu âmbito de ação no bem-estar social são: a privatização do financiamento e da produção de serviços; cortes dos gastos sociais, eliminação de programas e redução de benefícios; canalização dos gastos para os grupos carentes; descentralização em nível local. (idem)

No centro do projeto neoliberal repousa a tentativa de se impor um novo padrão de acumulação, pautado num novo ciclo de concentração do capital nas mãos do grande capital internacional.

De acordo com Pereira (1994), os diferentes modelos europeus estão convergindo para um padrão de proteção social que fortalece a dualização da prática do bem-estar, esta polarização expressa-se:

- 1) onde o mercado de trabalho ou o bem-estar ocupacional cuida dos trabalhadores empregados e;
- 2) onde o Estado (que tende a se retrair) e instituições privadas filantrópicas cuidam dos marginalizados ou excluídos das oportunidades de emprego e dos benefícios decorrentes da inserção no mercado de trabalho. Com a lógica desta dualização é justamente fazer com que a política social paute-se pelo princípio da menor elegibilidade e da seletividade no atendimento, fica claro que a cobertura do Estado e da sociedade junto aos excluídos será inferior à do mercado, que para ser eficiente, também demanda a proteção do Estado. (...)

Como expressão máxima dessa tendência vem se destacando nos meios intelectuais e políticos a defesa ideológica do pluralismo no âmbito da proteção social contemporânea (welfare pluralism). Por bem-estar pluralista ou misto entende-se a ação compartilhada do Estado, do mercado (incluindo as empresas) e da sociedade (organizações voluntárias, sem fins lucrativos, a família ou a rede de parentesco) na provisão de bens e serviços que atendam as necessidades humanas básicas. (TITMUSS apud PEREIRA, 1994: 9/10)

Para isto é necessário o enfraquecimento das classes trabalhadoras e das suas organizações reivindicatórias e partidárias. Neste contexto, torna-se primordial destruir as instituições de bem-estar social, por constituírem uma das bases da ação coletiva e solidária que diminuem a força desagregadora da competição entre os indivíduos e o mercado de trabalho. Nessa necessidade política está embutida uma necessidade econômica de destruir as instituições públicas, para estender os investimentos privados a todas as atividades econômicas rentáveis.

Este processo não se faz de forma linear, existem implicações políticas com interesses eleitorais, sendo este um dos principais fatores que não deixam cair por terra o abandono da obrigação do Estado em garantir os direitos sociais. Desta forma, que na prática não tem sido possível dismantelar as instituições sociais básicas, o que depende, diretamente, da correlação de forças vigente.

Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam as formas de sociabilidade (...) Forja-se assim uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a 'se virar' no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade – 'é assim mesmo, não há como mudar' - , ativam-se os apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias. Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um 'é livre' para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais. (IAMAMOTO, 2001)

### **1.3) O Cotidiano das Escolas Públicas pesquisadas: Algumas Indagações**

Neste item do trabalho buscaremos entender como as transformações societárias mais amplas se manifestam no dia-a-dia no discurso dos sujeitos que participaram dessa pesquisa. Essa discussão é densa de historicidade, mobiliza valores, normas; não sendo apenas uma visão de mundo, mas uma visão de mundo com uma ética correspondente.

A base sócio-histórica permite-nos entender a sociabilidade humana através do deciframento do discurso dos sujeitos. Como afirma Iamamoto (2001b) que o indivíduo concreto é produto histórico e social, é expressão da atividade humana completa (produção, ciência, cultura), a essência humana é mutável, um vir a ser em movimento das relações dos indivíduos sociais.

Nesse sentido, a autora considera que a essência humana é uma abstração da história, não um afastamento da mesma, é uma categoria teórica densa de historicidade que está dada na realidade e no pensamento. Porque uma abstração da história é uma elaboração intelectual que condensa o fenômeno histórico e revela o modo de ser, as determinações da existência. Isso nos permite

dizer que é no conjunto das relações sociais que o indivíduo se constitui como criador e como produto da sociedade. (Idem)

No universo desse estudo a pauperização da população é percebida de diversas formas. A diretora da escola "L" que foi trabalhar nesta unidade assim que ela foi inaugurada na década de 80, expressa que as características dos usuários da mesma foram se alterando, na medida em que foi deixando de atender mais diretamente os moradores do condomínio onde ela está situada, expandindo-se para comunidades que iam se formando nas imediações da escola:

"(...) Quando ela(a escola) começou, ela atendia basicamente ao condomínio, as crianças eram crianças do condomínio, tinha uma característica íntima com o condomínio.. Com o passar do tempo ela veio mudando, ela começou a receber crianças que são de comunidades as mais variadas e isso vem mudando a característica (...)" (Larissa - 52 anos - diretora geral da escola "L")

Esta unidade foi inaugurada em 1986 e a atual diretora, no quarto mandato, acompanhou as mudanças nas características da população usuária, destacando que o projeto pedagógico foi elaborado a partir da realidade experimentada cotidianamente na instituição. Entretanto, ressalta que este projeto está impresso na comunidade escolar e que este se sobrepuja, apesar das alterações sofridas na sua composição:

" (...) Eu acho que de uma certa forma demanda um tempo de quem chega se adapte a essa estrutura que tem aqui dentro, tanto por parte do aluno, quanto do profissional, porque também, se a gente tem um grupo de pessoas que estão aqui desde o início ou há muito tempo, mas a gente também tem muita gente nova que chega na escola e que marca a sua presença... Então isso de uma certa forma cria um pouquinho de conflito (...) são crises que ocorrem e no final dessa crise sempre a gente tem um ganho... a gente acaba descobrindo pessoas que descobrem a escola, se inserem na escola e querem ficar... o tempo que a gente tem com os alunos que demora um pouquinho... um, dois períodos e depois eles entendem o que a gente quer, o que a escola quer pra eles... Então é um eterno renovar." (Larissa - 52 anos - diretora geral da escola "L")

Na escola "M" onde realizamos este estudo comparativo, distintamente da unidade anterior, a direção estava no cargo há apenas dois meses e já havia sinais claros que estava dando um outro direcionamento na sua relação com a comunidade escolar, entendida como alunos, professores, pais e/ou responsáveis.

Durante nossa permanência no trabalho neste campo, as serventes nos revelaram que a escola vinha sofrendo depredações, os alunos arrombavam

portas e armários, rasgando os materiais nele contidos, assim como destruíam murais e trabalhos feitos, especialmente, pelos alunos do primeiro segmento do ensino fundamental, mais precisamente da educação infantil. Outro aspecto abordado pelas mesmas é que durante a arrumação da escola entre os turnos, elas achavam camisinhas e drogas nas salas. Ressaltavam que com a nova direção este fato não tem ocorrido. Elas atribuem essa situação à presença constante da direção na escola, impondo novas regras, novos limites. Os depoimentos das serventes são corroborados pela manifestação da direção geral:

"os pais mal acostumados iam entrando na escola xingando palavrões e não respeitavam a direção nem ninguém, se você abusasse partia até para a agressão física mesmo... No início virava aquela briga ali na porta, porque eu não deixei entrar ... cobrando uniforme, mostrando para eles que nossa escola é importante. O uso do uniforme não é vergonhoso, porque eles tem vergonha de usar uniforme, mostrando para eles que tinha que ter orgulho daquela camisa, daquele nome [da escola] na camisa. E isso eu faço sempre. No início eu tinha que falar: "Vocês estão com vergonha da camisa de vocês, gente? Vocês não podem ter vergonha, essa é a casa de vocês!". Teve uma menina que falou: " Isso aqui é uma porcaria". Eu disse: "Olha, se eu fosse você retira essa sua palavra, se eu fosse você e fosse para um lugar que eu achasse uma porcaria, eu me sentir uma porcaria maior ainda, então retira essa palavra porcaria, porque você não pode se sentir uma porcaria, se você tiver sentindo isso de coração, você vai ter que sair da escola. Que você não pode frequentar um lugar que você ache uma porcaria, que você não é uma porcaria, eu não acho você uma porcaria, você não pode estar achando a escola uma porcaria". Aí ela ficou de bico para mim muitos dias, tem uns 15 dias ela chegou para mim e falou assim: "É professora, realmente, eu não posso falar que é uma porcaria, a escola realmente está mudando" ... (Marilu - 52 anos - diretora geral da escola "M")

O diretor adjunto acrescentou como características da comunidade atendida:

"Eu estou falando da família da nossa comunidade... São pessoas de escolaridade muito baixa, a maioria, tipo 90% da clientela, famílias que nós podemos conversar e constatar através dos encontros que a gente tem aqui, as reuniões, conselho de classe, encontro com os pais e etc. Eles são muito limitados, a maioria deles são subempregados, um contingente muito grande de desempregados, vivendo de biscates... As mães, a maioria delas são empregadas domésticas, a grande maioria são domésticas, trabalham em casa de família..." (Murilo - 37 anos - diretor adjunto da escola "M")

De acordo com Telles (1994:97-99) sem direitos que garantam a identidade de trabalhador, o rompimento do vínculo de trabalho pode significar uma situação que joga o trabalhador à condição genérica do pobre, do desocupado, da delinqüência ou simplesmente da ociosidade, condição essa expressa na lógica do capitalismo e acirrada com a flexibilização e precarização do vínculo e das condições de trabalho presentes no estágio em que esse sistema produtivo se

encontra. Desqualifica-se os sujeitos em sua potencialidade a partir da forma de sua inserção no mercado de trabalho, responsabilizando-os pelo seu "fracasso" profissional.

O achatamento dos salários, a precarização dos vínculos e das relações de trabalho, fazem com que os professores se submetessem a formas mais aviltantes da venda de sua força de trabalho. A grande maioria dos docentes entrevistados tinha pelo menos duplo vínculo empregatício com o mesmo órgão governamental, sendo que um deles com as garantias previdenciárias e trabalhistas e o outro a título de "Hora Extra", onde o trabalhador exerce as mesmas atividades do outro contrato de trabalho, porém sem o amparo que o primeiro lhe proporciona. Isso sem contar com as outras alternativas encontradas por eles para a garantia da própria sobrevivência e a de sua família, como dar aulas particulares, venda de produtos de beleza, artesanato, dentre outras, ou ainda trabalhar em escolas particulares ou estaduais no horário noturno.

Este cenário nos permite inferir sobre a relação existente nas condições de trabalho, objetivamente, desumanas que muitos professores vivem associadas ao mesmo tempo à disponibilização dos meios e recursos necessários para o preparo de uma aula de qualidade, que extrapole os limites do conteúdo programático, que busque articular o conhecimento formal com a vida cotidiana, que requer uma constante reciclagem, capacitação e qualificação profissional. Isso nos remete a pensar que as condições objetivas de trabalho e de vida (desta categoria profissional) podem interferir no "produto final" do seu trabalho (no nível micro os alunos e no macro a sociedade de um modo geral), especialmente porque a "matéria prima" por eles transformadas é a vida humana, que na esfera legal, deveria assegurar ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania<sup>12</sup> e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - art. 22<sup>o</sup>), que,

---

<sup>12</sup> Não podemos omitir neste estudo, a grande contribuição dada por T. H. Marshall na conferência proferida em Cambridge em 1949. Este autor distingue em três dimensões a construção histórica da cidadania: civil, política e social. Estudos posteriores qualificam melhor a cidadania, ultrapassando a postura liberal do autor, considerando-a como um conceito estratégico para superação do capitalismo. (BEHRING, 1998)

certamente não estão apenas relacionadas ao fazer profissional docente, mas que se expressam nas relações sociais determinadas histórica e socialmente .

Pensar a educação para cidadania, nos mobiliza a indagar parafraseando Gentili (2000: 143-156): "Qual educação para qual cidadania?" Inumeras questões se põem e o que está em jogo é o projeto de sociedade que está sendo construído:

(...) um sujeito não se torna cidadão porque conhece seus direitos. Os direitos da cidadania são comuns a todos os membros de uma comunidade. Por desconhecer, por exemplo, que temos direito à saúde, não deixamos de ter ou (perdemos) o reconhecimento formal desse direito. Ocorre que a ignorância pode nos impedir de exercitar esse direito ou de reclamar seu cumprimento. Por isso, a educação, entendida como o mecanismo de difusão dos direitos existentes, não forma a cidadania, embora a faça mais consciente. (Idem)

A cidadania, completa o autor, *"se constrói socialmente como um espaço de valores, de ações e de instituições comuns que integram os indivíduos, permitindo o seu mútuo reconhecimento como membro de uma comunidade"* :

A cidadania é, desta forma, o exercício de uma prática indefectivelmente política e fundamentada em valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia, o respeito à diferença e às identidades, a solidariedade, a tolerância e a desobediência a poderes totalitários. (Idem)

Dentre as questões acima apontadas, não podemos deixar de mencionar os muitos desafios que são postos quando pensamos na estreita relação existente entre educação e a reestruturação produtiva, porque ao mesmo tempo que eclodem novas exigências educacionais para se atender ao mercado, a economia de trabalho vivo em detrimento ao trabalho morto faz parte da lógica desse padrão de acumulação.

A partir da constatação de que o mercado de trabalho, nas economias ditas globalizadas, vem apresentando aumento significativo do emprego precário, que tem impacto nos salários, aumento no trabalho informal e uma taxa crescente de desemprego. Neste sentido Leite (1997) contribuiu para o debate do conceito de empregabilidade, refletindo sobre as formas como este termo criado, contraditoriamente, camuflam e explicam essa realidade. Demonstra que tal conceito refere-se à capacidade dos trabalhadores de se manterem empregados ou de encontrar novos empregos, quando demitidos, a partir de suas

possibilidades de respostas às exigências de maiores requisitos de qualificação demandadas pelas mudanças tecnológicas do processo produtivo.

Assim, ancorado no conceito de empregabilidade, é que o desemprego tem como causa a baixa empregabilidade do trabalhador, sendo, portanto, ele mesmo o responsável por sua condição de desempregado, dito de outra forma, por sua inadequação às exigências do mercado.

Do momento em que se reafirma a centralidade da educação formal como demanda inevitável do processo produtivo

o aumento dos níveis de escolaridade pode estar ocorrendo simultaneamente com a precarização maior do emprego e com o rebaixamento salarial. Nesse sentido, considera que a realidade contradiz uma crença antiga da Sociologia do Trabalho, segundo a qual a tendência à utilização de mão-de-obra mais escolarizada implicaria a melhoria das condições de trabalho. (OLIVEIRA, 1999: 76)

Assim, torna-se imperativa a importância de avaliar as políticas em torno da educação básica para todos, à luz das necessidades requeridas pela reestruturação do capital, articulando ao debate a qualificação profissional com as mudanças no sistema educacional regular, "o que implica em reconhecê-las não apenas como resposta tecnológica" (OLIVEIRA, 1999:77).

No contexto de muitas transformações societárias, de satanização e de minimização do Estado, colocada em prática especialmente na última década, fica evidente no depoimento da direção das duas escolas pesquisadas as sérias conseqüências do impacto desse enxugamento para a comunidade escolar, tanto no que diz respeito a falta de recursos humanos como a de recursos materiais indispensáveis ao desenvolvimento das ações básicas no interior da escola, exigindo que os sujeitos sociais nela inseridos assumam tarefas que tradicionalmente não são de sua competência, redundando na exploração exarcebada do trabalhador, sobrecarregando-o, desqualificando-o, desapropriando-o do seu próprio trabalho:

"Do ponto de vista de apoio, que faz parte da educação também e no que tange a questão de equipe, houve uma época que a escola tinha direito a dois adjuntos, essa questão organizacional mudou, então fica muito, muito difícil, o perigo é tender para uma pessoa da direção cuidar de um assunto e a outra de outro e isso não é bom, você não pode ter uma visão fragmentada ... Então eu acho que essa questão ela chega... ela é quase que desumana no que diz respeito a escola pública, essa falta de recursos, essa falta de gente, a escola pública tem uma essência tão rica... que poderia estar infinitamente mais longe, poderia ter uma qualidade tal se a gente tivesse recursos... isso sucateia o nosso trabalho, a falta de recursos sucateia o nosso trabalho..." ( Larissa - 52 anos diretora geral da escola "L")

“Na rede pública existe uma falta de infra-estrutura... Você vê está tudo quebrado... a gente conserta, eles quebram, nunca tem dinheiro para nada, você nunca tem dinheiro para desenvolver alguma coisa realmente interessante, nunca tem tempo de fazer nada... Cargo de direção numa escola grande como essa basicamente se resume a tomar conta de aluno e evitar que a documentação referente a professores, pagamento e essas coisas todas de folha de ponto extravie ou chegue fora do prazo... e toma conta. Durante a semana toma conta disso daí(...) Aqui ... numa escola desse tamanho, você acredita que não tem um inspetor para tomar conta... Quem faz isso sou eu ...de vez em quando dou uma volta, saio da sala, vou lá no terceiro andar e volto ... quem está no corredor eu boto para sala, quem tá de bobeira eu mando descer... dou aquela olhada e tomo conta.. que eu tenho um bom relacionamento com eles, eles me respeitam, eles me escutam, fica mais fácil; para mim poder lidar com esse tipo de problema, se eu quiser sentar na minha sala e pensar em desenvolver um projeto... eu não consigo, não tenho tempo, nunca dá, não tenho dinheiro, às vezes é o dinheiro, às vezes é o tempo e às vezes são as duas coisas ao mesmo tempo...” (Murilo-37 anos - diretor adjunto da escola "M")

Essa discussão traz a tona o que lamamoto (1999: 32) denominou de "*trabalhador polivalente*", ou seja, o trabalhador é instado a exercer múltiplas tarefas, que até então não estavam necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições. Na particularidade da instituição escolar o corpo discente também é solicitado, em alguns momentos, a desenvolver algumas tarefas que deveriam ser desempenhadas por trabalhadores para garantir minimamente o seu funcionamento:

"(...) A escola não tinha recursos humanos nenhum, como não tem até hoje, ao nível de trabalho... um inspetor, uma coordenação, não havia... não havia naquela época também um número de funcionários que fazia a limpeza, nós não tínhamos... quando nós começamos em 95 na direção, não tinha um servente, nenhum... então nós envolvemos o aluno nisso, que ele trabalhasse em prol daquilo que era dele... então havia equipes que trabalhavam limpando sala, as aulas terminavam e ficavam 2, 3 para ajeitar a sala para o próximo turno, o turno da tarde fazia isso para o turno da manhã..." (Larissa - 52 anos - diretora geral da escola "L")

Estas ações por melhor intencionadas que sejam acabam por despolitizar as demandas da comunidade escolar, naturalizando e isolando questões estruturais que, de alguma maneira, acabam refletindo na qualidade do ensino fundamental público e gratuito. Muitas vezes as atividades privilegiam somente o conteúdo programático, porque falta estrutura para desenvolver trabalhos que busquem atender o aluno de forma integral, assim como para os profissionais estarem repensando sobre a sua prática:

"(...) nós poderíamos estar trabalhando e ter alguém com essa preocupação, pra poder ter alguém pra poder dar essa cobertura, pra estar filmando, escrevendo, nós não temos isso, então o que acontece fica a encargo também de quem está construindo fazer tudo... e as coisas se perdem... porque hoje enquanto ela estava falando eu estava lembrando de todo esse processo que nós passamos aqui... as pessoas não têm essa visão da importância... porque nós não temos isso registrado? Porque realmente fica muito difícil pra quem está construindo, você construir, escrever, relatar e perceber aonde errou e você vai lá... nós erramos aqui., mas consertamos aqui..." (Luzia- 42 anos - diretora adjunta da escola "L")

As tensões entre o público e o privado são expressas nas falas dos sujeitos:

"Eu já trabalhei na rede particular, mas lá a gente é adestrado. As regras burocráticas são mais rígidas, na escola pública existe maior autonomia. Valoriza-se a relação professor-aluno. Na escola particular o diretor maltrata o coordenador, que maltrata o professor, que maltrata o aluno (...) quando a gente tem filho em escola particular a gente acaba ficando prisioneiro dela, porque ela acaba se tornando ilha de excelência, construindo a sua própria grade curricular." (Mizael - 42 anos- professor de ciências da escola "M")

" (...) No particular você tinha que corrigir tudo que era caderno, livro, tudo assim... Provas bem elaboradas, você tinha quase que fazer um psicotécnico para as crianças. " (Marilu - 52 anos - diretora geral da escola "M")

A escola pública é valorizada pelo viés da maior autonomia do professor na execução de seu trabalho, sendo sugerido que na escola particular há um maior controle das atividades profissionais dos docentes, até mesmo um engessamento do trabalhador que tem que seguir regras mais rígidas. Na escola pública a relação docente - discente é apontada como importante, ao mesmo tempo em que na escola particular o que aparece são as exigências no acompanhamento mais próximo do desempenho do aluno, dando subsídios para que a empresa se torne a "ilha de excelência", que possa vender seus serviços no mercado.

Borón (1995) sustenta criticamente que as políticas neoliberais apresentam uma dupla articulação: a *satanização do Estado*, que é o responsável por todas as desgraças e infortúnios que afetam a sociedade capitalista e, por outro lado, a *exaltação e santificação do mercado e da iniciativa privada*, vista como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade.

Sem contar que o crescimento do consumo privado da educação, fruto da ideologia tecnocrática, ao invés de garantir um posto de trabalho remunerado à altura da "especialização" dos docentes impulsiona as indústrias de papel, mobiliário, construção civil, gráfica que funcionam como indutoras das indústrias da educação (FRIGOTTO, 1989).

Outra questão dentre muitas que nos foram colocadas pelos sujeitos envolvidos em nossa pesquisa diz respeito, nos termos de Frigotto (1989) a "improdutividade"<sup>13</sup> da escola. Na busca de refletir sobre como se constitui a relação da escola com o processo de acumulação, concentração capitalista, destacando que esta é uma mediação necessária e produtiva para a manutenção das relações capitalistas de produção. A desqualificação da escola, deste modo, não pode se reduzir ao resultado das "falhas" dos recursos financeiros e humanos, ou da incompetência, mas como uma decorrência desse tipo de mediação que se efetiva no interior do capitalismo.

A educação como mediadora dos interesses dominados surge, aqui, como a problemática da direção e da estratégia que essa prática educativa deve assumir no interior do capitalismo, onde se amplia a separação entre o mundo da escola e da produção (...) onde o Estado exerce uma dupla exploração. Enquanto explora como qualquer outro capitalista e enquanto aparelho repressivo e ideológico, efetiva uma exploração política a favor do capital. Esta força precípua do Estado no bojo das formas atuais de organização e de gestão da produção não lhe tira a natureza de um espaço contraditório onde a luta de classe se faz presente (idem).

Pensar nessas mediações nos remete ao depoimento abaixo:

*“Parece um paradigma meio ultrapassado que o povo tem que ficar burro, mas qual é a outra perspectiva, eu acho que é isso mesmo, o povo continua burro e há interesse dos governantes de manter o povo ignorante e burro. Para quê fazer uma escola de qualidade, para o cara começar a pensar e questionar as coisas? Para dar trabalho, para fazer passeata e arrumar problema para o governo? Não, deixa o cara lá, burro mesmo, qual é o problema? Paga aí um salário de fome para os professores, [eles] têm que trabalhar o dia inteiro, dá aula aqui, ali, sair daqui correndo para pegar um outro colégio lá, pega de noite para ter um salário melhor um pouquinho melhor no final do mês e como você pode desenvolver alguma coisa, como você pode ter interesse... e o governo diz: “Nós estamos valorizando...” Tá nada, é mentira, ninguém valoriza nada.” (Murilo - 37 anos - diretor adjunto da escola "M")*

Ainda na interlocução com Frigotto (1989) pensamos ser a prática educativa uma prática política, considerando sua dimensão ideológica, e técnica que extrapola as relações sociais de produção que condicionam o modo de

---

<sup>13</sup> Frigotto (1989) aprofunda esta discussão no terceiro capítulo denominado "A produtividade da escola "improdutiva": um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.

existência dos homens. A articulação da prática educativa escolar com os interesses dos dominados supõe a luta pelo acesso e pelas condições objetivas de uma escola de qualidade extensiva à classe trabalhadora, trazendo na sua raiz a luta pela democratização da escola, que concide com a democratização da sociedade de classe (Ianni apud Frigotto).

O viés do nosso estudo objetiva identificar como a escola, a partir das legislações que versam sobre o assunto e sobretudo da vigência dos Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>14</sup> (PCNs), articula a escolarização, observando os ciclos do ensino fundamental, com os temas transversais<sup>15</sup> inscritos nos PCNs, especialmente no que diz respeito à orientação sexual, temática da qual emana discussões sobre a sexualidade e sobre a gravidez na adolescência, entre outras. Esse debate será retomado e aprofundado no terceiro capítulo.

Entretanto, as duas escolas pesquisadas ainda ressentem-se de uma maior estrutura para que este debate objetivamente possa se efetivar. Apesar da existência do Núcleo de Adolescentes na escola "L", a direção alerta que a temática para ser ampliada, alcançando a maior parte do conjunto dos alunos, necessita de outros profissionais, que não unicamente professores, e de parcerias:

"Eu acho que a Secretaria de Educação é uma das secretarias que tem o maior contingente humano ... acredito que ela deva ter... Mas eu não falo nem em relação a professores não, eu falo em diversificar, por exemplo, um outro profissional de uma outra área, mas que tenha uma ligação com a educação, que pudesse estar dando um suporte para a escola... isso faz falta, nós somos psicólogos, assistentes sociais tudo ao mesmo tempo e ninguém consegue fazer tudo ao mesmo tempo bem, alguma coisa vai falhar, alguma coisa não vai ocorrer, então eu acho que esse suporte seria necessária, não necessariamente o professor não, ai você diz: "Porque tem tanto professor por aí...", não... Professor tem que estar em sala de aula como tem que ser, mas um suporte ao nível de outras secretarias, outras pessoas que pudessem estar ligadas... Aqui tem o movimento do voluntariado, mas ainda assim é um movimento que está começando, a mídia está estimulando, mas ainda é muito difícil, ainda é muito difícil e as nossas necessidades são muito grandes... o nosso problema é agora, é hoje, precisamos de muito gente trabalhando bem **hoje**, não para esperar tanto tempo mais... não pode ser algo esporádico, tem uma parceria que funcione e depois há que ser algo contínuo, rotineiro que crie estrutura... Então eu acho que isso é o que sucateia, isso é o que é desumano, não há entusiasmo que resista, em determinado momento você está cansada, fisicamente você não consegue mais responder aquela necessidade e eu acho que esse é o fator mais dramático..."(Larissa - 52 anos - diretora geral da escola "L")

---

<sup>14</sup> De acordo com o Ministério da Educação, eles são uma referência nacional para o ensino básico, estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas. No entanto, também é enfatizado o caráter flexível desta proposta, a qual permite um diálogo com as escolas no que se refere à elaboração de seu projeto pedagógico. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998)

<sup>15</sup> Os temas transversais condensam "preocupações da sociedade brasileira de hoje", correspondendo a questões importantes e urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana, como Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998)

A direção da escola "M", que não tem um núcleo de adolescentes, aponta a falta de vontade política e de investimento do governo na educação pública, numa perspectiva de formação que extrapole o âmbito do conteúdo programático, como está contido nas orientações nacionais dos PCNs:

"Minha análise é muito em cima da política, orientações políticas, eu não vejo no governo (...) e o partido que ele representa, nenhuma preocupação verdadeira em melhorar a educação, eu acho que o Projeto (...) qualquer outro projeto voltado para a questão do sexo na adolescência ou qualquer outro assunto, ele tem que ser um projeto engajado num projeto político educacional maior, mais amplo, que aí ele entra como um apêndice, que você fazer uma coisa a parte, o cara não dá nem o básico da escola, ele vai se preocupar com adolescência, grávida, a pobretona que engravidou ali do José? O cara não manda nem papel higiênico, diz que não tem dinheiro... Então como você partir para uma questão maior. Se você esbarra nessas questões que não deveriam mais existir, problemas como esses não deveriam mais existir... se fosse uma política importante, se a educação fosse prioridade para esse povo, não gastava milhões nessas praçinhas, nessas obras de maquiagem, politicagem barata, em propaganda milionária ..." (Murilo - 37 anos- diretor adjunto da escola "M")

Ao longo deste capítulo buscamos refletir sobre como as mudanças macro societárias refletem na vida dos sujeitos sociais e como estas repercutem, nas suas múltiplas determinações, no espaço escolar. No capítulo 2, a partir deste referencial, temos o propósito de articula-lo com as políticas sociais voltadas para a adolescência e a sexualidade, especialmente, as políticas de saúde e educação.

**CAPÍTULO 2**  
**AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA A ADOLESCÊNCIA E A**  
**SEXUALIDADE**

## **Capítulo 2 – As Políticas voltadas para a Adolescência e a Sexualidade**

As seqüelas da proposta neoliberal no âmbito das políticas sociais são claras, como foi colocado no capítulo anterior, tornando-se "cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas" (Iamamoto apud Draibe, 1999: 36). A proposta de redução do Estado incide diretamente nos direitos sociais dos cidadãos. Esta proposta limita o cidadão à condição de consumidor.

A Carta Constitucional de 1988, fruto do protagonismo da sociedade civil na década de 80, expressa como direito social<sup>16</sup> básico a saúde, a educação, entre outros, sendo estes direitos de todos os cidadãos e dever do Estado a garantia do acesso aos mesmos.

Partindo desse pressuposto legal é que a seguir discorreremos sobre as referidas políticas de saúde e educação, buscando fazer os aportes com a sexualidade e a gravidez na adolescência. Iremos abordar também, na seqüência, a implantação dessas políticas no Município do Rio de Janeiro.

### **2.1) As Políticas de Saúde e a Sexualidade: as ações voltadas para saúde reprodutiva**

No âmbito internacional, a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948, concebe o conceito de saúde como "estado completo de bem-estar físico, mental e social e não somente como a ausência de doenças ou enfermidades". Apesar da tentativa de definir saúde de forma multidimensional, observa-se a predominância do modelo biomédico. Entretanto, como ressalta Galvão (1999:167), essa discussão foi sendo amadurecida, propiciando que a OMS desenvolvesse uma nova definição de saúde que articula o indivíduo ao seu meio ambiente:

"A habilidade de identificar e realizar aspirações, satisfazer necessidades, e de mudar ou interagir com o meio ambiente. Logo, saúde é um recurso para a vida diária, não o objetivo de viver. Saúde é um conceito positivo enfatizando os recursos pessoais e sociais, assim como as capacidades físicas".

---

<sup>16</sup> No Título " Da Ordem Social", na Seção II do Capítulo II que trata da saúde e na Seção I do Capítulo III, que estabelece os preceitos gerais sobre educação (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

O cenário brasileiro na década de 80 estava percorrendo um caminho de idéias que levaram à Reforma Sanitária, passando pela VIII Conferência Nacional de Saúde e culminando na Carta Constitucional de 88, onde boa parte das reivindicações foi contemplada, inclusive a garantia do Sistema Único de Saúde (OSIS, 1998: 25-32).

"A saúde como direito de todos e dever do Estado" (art. 196 da CF/88), que traz em si uma relação estreita da saúde com o conjunto das condições de vida da população, como destaca Bravo (1996:77) ao referir-se à construção do conceito de saúde emergente da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986:

Em sentido mais abrangente a saúde é o resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. A Saúde não é mais um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (BRAVO, 1996: 77).

Dentro desta perspectiva de saúde integral<sup>17</sup>, que do nosso ponto de vista incluem a saúde e os direitos reprodutivos, é que privilegiaremos esse recorte no nosso estudo, especialmente no que diz respeito a saúde reprodutiva<sup>18</sup> na adolescência, a vivência da sexualidade e suas implicações (incluindo a gravidez).

Para fazermos uma breve retrospectiva sobre as políticas de atendimento aos adolescentes, não podemos perder de vista as origens do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), bem como o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD).

### **2.1.1) Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM):**

---

<sup>2</sup> Silva (2001:94) polemiza, pelo viés dos "problemas sociais" advindos do exercício da sexualidade, a apropriação da sexualidade enquanto objeto da saúde. Ressalta que esta apropriação vem reforçada pela concepção de ausência de doenças, que neste caso é a ausência de doença sexualmente transmissível, incluindo a AIDS, gravidez, etc., em contraposição ao discurso sanitarista que constrói o conceito de saúde ampliada, com enfoque a partir das determinações sociais. A autora entende a sexualidade como dimensão essencial da vida dos sujeitos, nela estando imbricada uma visão ampliada de saúde, a partir de suas múltiplas determinações, relacionadas aos aspectos afetivos, sociais, das representações de gênero, entre outros.

<sup>18</sup> A concepção de saúde reprodutiva vem sofrendo metamorfoses fruto da politização da temática pelo movimento de mulheres, dos debates das conferências internacionais sobre população e desenvolvimento e também de direitos humanos (COSTA, 1999; OSIS, 1998, GIFFIN, 2001).

Ao abordar o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) é importante salientar alguns antecedentes históricos que são significativos no Brasil. Tendências natalistas são observadas, implicitamente, desde o Brasil colônia até o início da República expressas na constituição do salário família e no auxílio natalidade. Durante o governo de Vargas, a tendência pró-natalista já se explicitava (COSTA, 1999: 323).

A partir da Revolução Cubana são reforçados os ideários e a doutrina controlista no Brasil, consubstanciada por uma política norte-americana de ajuda econômica aos países latino americanos na condição de que os mesmos adotassem estratégias voltadas para a redução do crescimento demográfico. Entretanto, houve reação, mesmo que clandestina, dos movimentos sociais, dos partidos políticos e de segmentos progressistas da sociedade brasileira que se indignaram com os tais princípios mobilizados tanto pela expansão do imperialismo norte-americano, quanto pela necessidade de ocupação como estratégia de autonomia nacional (COSTA,1999:324).

Com o endurecimento da ditadura militar, nos anos 70, reforça-se entre os militares o discurso da segurança nacional ameaçada pelo grande contingente de pobres e famílias numerosas, 'presas fáceis' para propagandas subversivas, além do ressurgimento de idéias eugênicas de controlar o nascimento de uma 'subespécie', que não atingia as condições físicas e de saúde para o ingresso no serviço militar (Ibid.).

A autora ressalta que é provável que a tônica dessa retórica eugenista<sup>19</sup> tenha propiciado a conformação de um cenário que propiciou a formulação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

Vale destacar que 10 anos antes da implantação do PAISM e antes mesmo do movimento feminista tornar-se público no país, "*o Brasil já havia assinado os termos do acordo internacional que definiu o controle da fecundidade como direito dos casais e a provisão dos métodos como dever dos Estados*" (GIFFIN, 2001:99). Entretanto, a era moderna da contracepção no país começou ainda antes, com a criação da BENFAM, em 1965, financiada com fundos

---

<sup>19</sup> Estudo das condições mais propícias à reprodução e aperfeiçoamento da raça humana.

internacionais e operada oficiosamente, inclusive, dentro dos serviços de saúde públicos (idem).

Esta autora alimenta o debate considerando o Brasil um "Estado de duas caras", porque ao mesmo tempo em que mantinha uma postura "liberal" de não interferência, propiciava, sem a formalidade oficial, a atuação de entidades internacionais, as quais restringiam a oferta de métodos contraceptivos a esterilização e a pílula, havendo uma lacuna profunda entre "*o uso de métodos modernos de contracepção e os cuidados à saúde*" (Ibidem).

Giffin (2001: 99) argumenta que a questão do controle da fecundidade no Brasil é um caso de "modernidade perversa". "Moderno" porque o perfil do controle da fecundidade assume proporções similares a dos países centrais, com a utilização de métodos modernos para esse fim e a "perversidade" está articulada ao fato de que as "escolhas reprodutivas são consideradas pela pobreza e pela falta de cidadania".

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi elaborado pelo Ministério da Saúde em 1983, em meio a forças antagônicas. A política de atendimento materno infantil<sup>20</sup> até então vigente foi reelaborada, incorporando as reivindicações do movimento feminista e da sociedade civil como um todo. "*O PAISM, mais que um programa, é o conjunto de diretrizes para reorganização de assistência à mulher*" (CAVALCANTI, 1998: 63), tendo em vista o dramático quadro epidemiológico da população feminina. A proposta de prática assistencial traçada pelo programa estava voltada para atender a saúde da mulher de forma integral (COSTA apud OSIS, 1998: 30).

A estratégia política do governo brasileiro de incluir as atividades de contracepção no PAISM atende, contraditoriamente, às demandas das mulheres e dos movimentos sociais, assim como para administrar e manter sob controle pressões externas e internas presentes no momento em que o programa foi lançado.

---

<sup>20</sup> "O Programa de Saúde Materno-Infantil surge no bojo da concepção sanitária, onde o cuidado a sadios deve constituir prioridade assistencial, através dos cuidados primários de saúde. As ações propostas estão no âmbito do acompanhamento ao pré-natal, controle programa era a proteção à saúde e bem-estar do concepto, produto de gestação" (CAVALCANTI, 1998).

O PAISM tem como objetivo:

oferecer atividades de assistência integral clínico-ginecológica e educativa, voltadas para o aprimoramento do controle pré-natal, do parto e do puerpério; **a abordagem dos problemas presentes desde a adolescência até a terceira idade**; o controle de doenças transmitidas sexualmente, do câncer cérvico-uterino e mamário, e a assistência para a concepção e contracepção. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1984)

Como pode ser observado nas bases dessa política de saúde as práticas educativas ganham destaque tendo em vista a valorização da necessidade da mulher se conhecer e assim contribuir mais no auto-cuidado e na reapropriação do corpo. *"Além disso, os movimentos de mulheres insistiram em que o PAISM incluísse ações definidas de educação sexual e em saúde de ele ser usado como controle populacional"* (ALVAREZ apud OSIS: 1998).

Apesar de reconhecermos os méritos da luta do movimento de mulheres pelo PAISM no Brasil, assim como a história dos direitos reprodutivos que ressaltam a necessidade de dar visibilidade e legitimidade à defesa da maternidade como opção, não podemos suprimir do debate, a lacuna existente entre o avanço nas definições formais de "direitos reprodutivos" e "cidadania" e a realidade reprodutiva da maciça maioria das mulheres. Giffin (2001: 102) sugere que observemos uma estreita relação entre os modelos econômicos que concentram riquezas e que sustentam esses programas e os congressos internacionais que consagram os "avanços" dos direitos reprodutivos.

A referida autora ainda adverte que a ideologia que desponta internacionalmente faz uma estreita relação entre o controle populacional com a diminuição da pobreza, entretanto, comprovadamente esta tese com tendências eugenistas e neomalthusianas<sup>21</sup> caem por terra com agravamento das condições de vida da maioria da população (GIFFIN, 2001; COSTA, 1999).

---

<sup>21</sup> "As teses do reverendo Thomas Malthus alertava sobre os perigos da superpopulação em decorrência do não correspondente crescimento da produção de alimentos. A despeito do caráter moralista e repressor da sexualidade, explícito nas teses malthusianas, apenas o aspecto da desproporcionalidade quantitativa entre os dois fenômenos - crescimento demográfico e disponibilidade de alimentos - é tomado como referência para a discussão do planejamento familiar" (COSTA, 1999: 323).

Apesar de todas as tensões<sup>22</sup> e contradições existentes no PAISM não podemos deixar de reconhecer a sua importância na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil.

O conceito de atenção integral à saúde da mulher redimensiona o significado do corpo feminino no contexto social, expressando uma mudança na posição das mulheres. Ao situar a reprodução no contexto mais amplo de atenção à saúde da mulher vista como um todo, o PAISM rompeu com a lógica que, desde há muito tempo, norteou as intervenções sobre o corpo das mulheres. No contexto deste

Vale lembrar que o PAISM foi pioneiro no âmbito nacional e internacional ao propor incorporar a perspectiva de integralidade na assistência as mulheres. Apesar de em sua proposta inicial não explicitar a expressão "saúde reprodutiva", a sua concepção de atenção integral à saúde inclui plenamente a definição de saúde reprodutiva adotada pela Organização Mundial de Saúde em 1988,

ampliada e consolidada no Cairo em 1994 e em Beijing em 1995. Consequentemente, a adoção do PAISM representou, sem dúvida, um passo significativo em direção ao reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres, mesmo antes que essa expressão ganhasse os diversos foros internacionais de luta (idem).

Apesar deste programa ser considerado de vanguarda nacional e internacionalmente, isto não quer dizer que "*as mulheres brasileiras têm saúde, o que por outro lado sugere problemas sérios de cidadania*" (GIFFIN, 2001:99).

A utopia neoliberal naturaliza a eliminação dos menos aptos. As precariedades programáticas do PAISM, reexaminadas a cada surto de mortalidade materna e

## **2.1.2) O Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD)**

### **2.1.2.1) Diretrizes Nacionais**

---

<sup>22</sup> Decorridos quase vinte anos da vigência do PAISM sua fragilidade é notada diante dos dados brasileiros sobre morte materna e perinatal; verifica-se que ainda ocorre uma associação dos assuntos reprodutivos a esfera feminina; existem estudos que apontam que este programa ainda não chegou a todas as regiões brasileiras; os serviços públicos ainda são poucos e precários para mulheres pobres e evidencia as diferenças de qualidade do modelo assistencial privatista que ia se consolidando na época de sua elaboração (Costa, 1999: 319-335).

O Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), assim como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), foi construído a partir das bases do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como bases prioritárias a integralidade, a interdisciplinaridade e a multisetorialidade.

O PROSAD foi criado pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 980/GM de 21/12/1989, e

fundamenta-se numa política de Promoção de Saúde, de identificação de grupos de riscos, detecção precoce dos agravos com o tratamento adequado e reabilitação, respeitadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde, garantidas pela Constituição Brasileira de 1988 ( MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1989).

O PROSAD é dirigido a todos os jovens entre 10 e 19 anos<sup>23</sup> e é caracterizado pela integralidade das ações e pelo enfoque educativo preventivo, com o objetivo de promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral de crescimento e desenvolvimento, buscando reduzir a morbimortalidade e os desajustes individuais e sociais; normatizar as ações consideradas nas áreas prioritárias; estimular e apoiar a implantação e/ou implementação dos Programas Estaduais e Municipais, na perspectiva de assegurar ao adolescente um atendimento adequado às suas características, respeitando as particularidades regionais e a realidade local; promover e apoiar estudos e pesquisas multicêntricas relativas à adolescência; contribuir com as atividades intra e interinstitucional, nos âmbitos governamentais, visando a formulação de uma política nacional para a adolescência e juventude, a ser desenvolvida nos níveis Federal, Estadual e Municipal (idem).

O acesso a esse programa far-se-á, prioritariamente, através das unidades primárias de saúde, onde deverá haver recursos humanos preparados para esse fim: *"Os profissionais de saúde identificados deverão ser sensibilizados e/ou capacitados, visando a formação de equipes multiprofissionais voltadas para*

---

<sup>23</sup> De acordo com o site do Ministério da Saúde, acessado em 26/01/03 (<http://www.saude.gov.br/>), diferente das bases programáticas do PROSAD, amplia a faixa etária atendida pelo programa para 24 anos, colocando como "RESPONSABILIDADE GOVERNAMENTAL", uma política nacional integrada de atenção específica aos jovens voltadas para a melhoria da qualidade de vida desta população com prevenção e redução da morbimortalidade. Ressalta-se, no entanto, a necessidade, essencial, de se ampliar alianças e parcerias para a criação de condições de proteção do bem-estar e maximização dos potenciais de todos eles; sendo "o caminho mais resolutivo para o alcance dos objetivos que repercutam na boa qualidade de vida dos jovens."

*a atenção integral do adolescente*", assim como essas equipes deverão ser capacitadas e supervisionadas periodicamente (idem).

Além das atividades estratégicas colocadas anteriormente o Ministério da Saúde ressalta a necessidade de se *"promover ações com interfaces com as áreas de educação, cultura, esporte, lazer, trabalho e justiça"*.

As ações educativas no PROSAD ganham relevância a fim de permitir que os adolescentes se reconheçam a si próprios como "protagonistas"<sup>24</sup>, observando o *"contexto familiar, comunitário e cultural, assim como permitir aos pais, educadores e sociedade o conhecimento da adolescência"* (idem).

Na vasta pesquisa bibliográfica que fizemos observamos inúmeros estudos que abordam amplamente a temática da adolescência, entretanto, poucos foram aqueles que buscaram articulá-los mais intimamente com o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD). Uma das hipóteses que sugerimos em relação ao pouco número de estudos sobre a questão é de que este programa, ainda, resente-se de implementação enquanto uma política pública (SILVA, 2001:93).

Ressaltamos que aproximadamente 25% da população brasileira encontram-se na faixa etária contemplada pelo PROSAD, sendo a maior parte desse contingente, composto por famílias pobres e indigentes, vivendo o "despertar" da sexualidade em condições adversas, carecendo, portanto, de ações educativas e preventivas que atendam as novas demandas no âmbito da saúde reprodutiva (SANTOS, 1996:83).

---

<sup>24</sup> De acordo com Holanda (2000) o termo protagonista refere-se ao sujeito ser considerado o personagem principal. No site do Ministério da Saúde conceito de "protagonismo juvenil", está relacionado a forma de atuação dos jovens a partir do que eles sentem e percebem a sua realidade. Disponível em <http://www.saude.gov.br/>, acessado em 28/01/03. Isto dá ao jovem uma posição de centralidade, tanto no que diz respeito a sua vida privada, familiar ou afetiva, mas a questões relativas ao bem comum, seja na escola, na comunidade ou na sociedade mais ampla (Altmann, 2002:6). Na elaboração de práticas educativas com jovens, o conceito de protagonismo juvenil (desenvolvimento de ações positivas de auto-estima e cidadania) ao lado do conceito de vulnerabilidade (que identifica os tipos de fragilidades da adolescência) são princípios fundamentais para definir programas adequados à adolescência hoje.

Temáticas sobre a gravidez na adolescência<sup>25</sup>, o risco de contaminação pela AIDS, dentre outras são alvo de preocupações governamentais. O Ministério da Saúde afirma que o Brasil conta com quase 51 milhões de jovens na faixa etária dos 10 aos 24 anos. A gravidez no segmento populacional de 15 a 19 anos cresceu, contrariando a tendência geral de diminuição das taxas de fecundidade. Este ministério apoiando-se na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) desenvolvida em 1996 constatou que 14% das mulheres nessa faixa etária tinham pelo menos um filho e que as jovens mais pobres tinham mais filhos do que as de melhor nível sócio-econômico<sup>26</sup>.

Ao mesmo tempo em que se observou um aumento percentual de partos de adolescentes de 10-14 anos atendidas pelo Sistema Único de Saúde, assim como curetagem pós-aborto, número insuficiente de consultas de pré-natal, tendo em vista a descoberta tardia da gravidez e/ou a ocultação do fato das famílias (idem).

Outro fenômeno apontado como preocupante refere-se que no Brasil, 13% dos casos de contaminação pelo vírus do HIV, no período de 1980 a 1998, foram diagnosticados em adolescentes. O Ministério da Saúde destaca que "*o adolescente é mais propenso a dispensar o preservativo porque não tem acesso a ele ou não é capaz de convencer o parceiro(a) da necessidade de seu uso*" (idem)

Diante desse quadro, adverte o referido ministério, é necessário assegurar aos adolescentes: orientação, proteção e apoio para que estes sigam uma carreira saudável rumo à idade adulta, sendo este um direito de cidadania que precisa ser assegurado. Desse modo, a via de acesso de grande importância

---

<sup>25</sup> A gravidez na adolescência tem sido considerada como um problema de saúde pública, nacional e internacionalmente, e, enquanto tal, vem sendo construída como um problema social, sendo interpretada como um fator de risco à saúde da jovem mãe e de seu filho.. Na área da saúde o fenômeno tem sido abordado de forma alarmista, sobre tudo em países mais pobres, ganhando status de epidemia (COSTA, 2002: 2).A dissertação da autora integra o corpo de trabalhos que vem sendo desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil (Projeto Gravada). Este projeto foi elaborado inicialmente por Maria Luíza Heilborn (IMS/UERJ), Michel Bozon (INED, Paris) Estela Aquino (MUSA/ISC - UFBA), Daniela Knauth e Ondina Fachel Leal (NUPACS/UFRGS). A pesquisa foi realizada em três centros de pesquisa: O Programa de "Gênero, Sexualidade e Saúde" do IMS/UERJ, o Programa de Estudos "Gênero, Mulher e Saúde" do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e o Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e Saúde/UFRGS. O grupo de pesquisadores da equipe GRAVAD compreende Maria Luíza Heilborn (coordenadora), Estela Aquino, Daniela Knauth, Michel Bozon, Ceres Victoria, Fabiola Rohden, Cecília McCalum, Tania Salem e Elaine Reis Brandão. O consultor estatístico é Antônio José Ribeiro Dias (IBGE). A pesquisa é financiada pela Fundação Ford e conta com o apoio do CNPq.

<sup>26</sup> Disponível em <http://www.saude.gov.br/>, acesso em 26/01/2003.

é a educação. *"A adolescente com maior escolaridade e maiores oportunidades de obtenção de renda é menos propensa à gravidez não planejada"* (idem).

De fato, o projeto hegemônico da sociedade atual pressupõe que a fase mais adequada para a procriação seja após a conclusão da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho.

Apesar do PROSAD abordar a saúde do adolescente a partir das bases da integralidade, a vivência da sexualidade e suas implicações (incluindo a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis), ganham destaque, sendo uma das finalidades do programa promover ações de caráter educativo e preventivo, bem como atender a novas demandas dos adolescentes no âmbito da sexualidade e da saúde reprodutiva, contemplando aspectos físicos, psíquicos e sociais (SANTOS, 1996:93).

No âmbito da produção de conhecimento, a sexualidade e os direitos reprodutivos dos adolescentes ganham espaço nas preocupações e reflexões de muitos estudos. Tais estudos trazem à tona o controle e a normatização da sexualidade neste período da vida:

Na atualidade a medicina tem sido uma das instâncias responsáveis pela normatização da sexualidade e esse fato remonta ao século XIX, quando o saber científico adquire uma maior legitimidade, inaugurando uma nova forma de poder que, deixando de privilegiar a dimensão repressora, que determina o lícito e o proibido, evidencia aspectos positivos de um saber

Apesar de tal constatação, esses estudos apresentam uma dualidade contraditória, ao mesmo tempo em que esse controle, ainda que sutil, esteja presente nas práticas educativas, as mesmas fornecem aos sujeitos a possibilidade de se apropriarem de seu próprio corpo, de fazerem as opções mais convenientes quanto ao método contraceptivo, assim como a escolha do momento mais apropriado para a procriação.

Entretanto, temos um longo caminho a percorrer, principalmente se considerarmos que o debate sobre a sexualidade, os direitos sexuais e reprodutivos, ainda vem acompanhado de mitos e tabus historicamente construídos, os quais permanecem em evidência na nossa cultura, nos valores da

sociedade brasileira, reforçados pela ideologia que avança mundialmente da redução da fecundidade como tradução do referido "direito reprodutivo". *"É isso que os programas de controle populacional queriam desde o início"* e parafraseando Giffin (2001:105), "Como pode ter saúde e direitos reprodutivos se não há empregos?"

### **2.1.2.2) O Programa de Saúde do Adolescente no Município do Rio de Janeiro**

No Município do Rio de Janeiro o Programa de Saúde do Adolescente segue as mesmas diretrizes do PROSAD do Ministério da Saúde, adaptadas às necessidades identificadas no referido Município, tendo como objetivo "promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral de seu crescimento e desenvolvimento, buscando reduzir a morbi-mortalidade e os desajustes individuais e sociais"<sup>27</sup>.

De acordo com a mesma fonte, o PROSAD no Rio de Janeiro tem como princípios básicos priorizar a promoção da saúde e desenvolvimento dos adolescentes; identificar e fortalecer fatores protetores do adolescente como a auto-estima, vínculos, habilidades sociais entre outros, valorizando o protagonismo juvenil, assim como envolvendo a família e a comunidade nas ações. A articulação da Saúde com outros segmentos da sociedade civil tanto no nível governamental (Educação, Desenvolvimento Social, Cultura, Esportes, Justiça) como não governamental (especialmente ONGs).

Em relação à organização do atendimento nas unidades de saúde é inerente ao referido Programa que o atendimento ao adolescente seja organizado de forma a que se torne atraente para este público alvo, com a garantia de respeito e confiabilidade com ênfase nas atividades educativas.

O PROSAD/RJ articula-se com diferentes programas e projetos da Secretaria Municipal de Saúde como "Saúde da Família, Saúde Escolar, Saúde da

---

<sup>27</sup> Disponível em [www.saude.rio.rj.gov.br](http://www.saude.rio.rj.gov.br), acesso em 20/02/2003.

Mulher, Saúde da Criança, DST/AIDS, Saúde Mental, Saúde do Trabalhador, Saúde Bucal, Alternativas, entre outros".

Dentre os programas supra citados destacamos a articulação existente entre o PROSAD e o Programa de Saúde do Escolar, ressaltando-se que as taxas de evasão escolar no ensino fundamental são elevadas, sugerindo que esses dados relacionam-se com as múltiplas repetências dos alunos, especialmente nas séries iniciais do processo de escolarização. Em relação ao adolescente, é importante destacar que "a defasagem idade-série faz com que o aluno desta faixa etária sintam-se desadaptado ao grupo escolar" (CASTELLO BRANCO, 1999: 89). Também é indicado que a baixa escolaridade pode estar articulada com a entrada precoce no mercado de trabalho, o sub-emprego e a gravidez na adolescência.

#### A ação conjunta entre estes programas objetiva

elaborar projetos que possam dar suporte às situações que geralmente afastam o adolescente da escola, como o trabalho, gravidez, maternidade e paternidade, evitando a interrupção da escolaridade. Um trabalho que deve ser feito é o desenvolvimento de pesquisas que visem a um melhor conhecimento do perfil do escolar adolescente e possam orientar o desenvolvimento de ações básicas propostas pelo Programa de Saúde do Adolescente. Esta proposta de ação inclui: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, imunização, abordagem do tema sexualidade e saúde reprodutiva (contracepção, pré-natal e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a AIDS), esporte, lazer, cultura e trabalho, dentre outros. Desse modo, são objetivos desta ação integrada (...):

- discutir com as escolas as especificidades da adolescência no sentido de valorizar o aluno, favorecendo sua realização como cidadão;
- favorecer a integração entre as Comissões de Educação e Saúde e as equipes do PROSAD das unidades de saúde;
- contribuir com a escola e com a comunidade na busca de soluções conjuntas para os problemas identificados;
- dar especial ênfase à realização de trabalhos sobre educação sexual e identificação precoce de gestantes para o pré-natal;
- incentivar a participação ativa dos adolescentes na elaboração, execução e avaliação de ações desenvolvidas pela escola e pelos profissionais de saúde". (idem: 90)

A gerência do PROSAD/RJ tem por atribuições a organização, o acompanhamento e a avaliação de serviços, projetos e atividades, assim como o levantamento, análise e divulgação de dados epidemiológicos, além da "participação nos espaços de definição de políticas públicas (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Macrofunção de Políticas Social)".

A elaboração e divulgação de materiais educativos, como também a educação continuada com o objetivo de oferecer treinamentos, cursos, estágios e um espaço de estudo sobre a adolescência, denominado de Centro de Estudos sobre Adolescência também compõem as atividades da respectiva gerência, além da captação de recursos; estabelecimento de parcerias; gerenciamento de projetos e assessoria a instituições diversas, dentre elas o Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde, UNICEF, Multirio<sup>28</sup>.

No Município do Rio de Janeiro as ações da gerência do PROSAD se materializam através dos seguintes Projetos:

- **EDUCARTE** -> Visa a capacitação dos profissionais<sup>29</sup>, especialmente da área da educação e saúde, para lidar com as questões da sexualidade (Educação Sexual e Cidadania), uma parceria que ocorreu no interregno de 1994 a 1997 entre as Secretarias Municipais de Saúde e Educação, Centro de Educação Sexual (Cedus) e a Fundação Odebrecht.
- **VISTA ESSA CAMISINHA**<sup>30</sup> -> Associa a distribuição de camisinhas para os adolescentes a atividades educativas, na perspectiva do "sexo seguro", dentro das Unidades Primárias de Saúde do Município do Rio de Janeiro.
- **SINAL VERDE** -> Este projeto, iniciado em 1998, é um desdobramento das atividades de educação sexual desenvolvidas através do Educarte, prevê o atendimento à demanda dos adolescentes encaminhados pelas escolas às Unidades de saúde.

As atividades de Educação Sexual norteiam o pressuposto de que os alunos sensibilizados para as questões intrínsecas à sexualidade percebam a necessidade de cuidar da saúde. Sendo assim, é imprescindível a abertura de um canal facilitador entre a escola e a unidade básica de saúde para atender as questões emergentes da adolescência. Entretanto, para se estabelecer essa relação direta é determinante que haja uma vinculação entre

---

<sup>28</sup> Disponível em [www.saude.rio.rj.gov.br](http://www.saude.rio.rj.gov.br), acesso em 20/02/2003.

<sup>29</sup> Muitos dos profissionais capacitados neste Projeto acabaram por alavancar a constituição dos Núcleos de Adolescentes em suas escolas de origem. Vale ressaltar ainda que esse Projeto ainda é referencial, de acordo com a gerência do PROSAD para a capacitação de profissionais da educação pela Secretaria Municipal de Educação do Município do Rio de Janeiro.

representantes de ambas as instituições e que sejam observados alguns critérios como o início da atividade sexual; a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis (DST); gravidez suspeita ou confirmada; ou ainda a prevalência de outros fatores regionalmente definidos.

Diante do atendimento a um desses critérios, o professor credenciado para participar do programa encaminharia o aluno com um cartão "Sinal Verde para o Adolescente" informando o motivo da solicitação à Unidade de Saúde. O adolescente também seria recebido nesta última unidade referida por um profissional sensibilizado e apto a indicar o fluxo adequado de atendimento.

- **HORIZONTES<sup>31</sup>**-> Este projeto, de uma forma geral, visa a promoção do desenvolvimento global dos adolescentes (e a ampliação de seus horizontes), a qualificação dos serviços de saúde e o fortalecimento de parcerias institucionais, tendo como objetivos:

- ampliar a reflexão sobre saúde e sexualidade na adolescência (incluindo as causas e as conseqüências da gravidez), facilitando o desenvolvimento de ações de promoção de saúde;
- implementar mecanismos que favoreçam o acesso aos serviços de saúde;
- qualificar a atenção ao adolescente de forma geral e da adolescente grávida em especial nos postos de saúde e maternidades;
- fortalecer o protagonismo juvenil;
- promover a criação de uma rede de apoio que possa facilitar aos pais jovens a continuação de seu processo de escolarização e de profissionalização. (SMS, 2003)

O referido Projeto tem como seus principais focos de atuação a "elaboração de recomendações para qualificar as ações de prevenção e atenção a gravidez na adolescência nas unidades de saúde da SMS/RJ"; levantamento e acompanhamento de dados e estatísticas sobre gravidez na adolescência, assim como propiciar a realização de seminários para debater a questão com divulgação dos resultados dos mesmos; capacitação de profissionais de saúde para o atendimento dos casos de gravidez na adolescência, violência doméstica, inclusive abuso sexual; elaboração e distribuição de materiais didáticos que alavanquem a discussão da questão e

---

<sup>30</sup> Observando o trabalho das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) que fazem um trabalho direcionado ao adolescente na Área de Planejamento 4 (AP4), área que também corresponde a 7ª Coordenadoria Regional de Educação (7ª CRE), 4 das 11 unidades desenvolvem este Projeto. Essa informações podem ser verificadas no site supra citado.

<sup>31</sup> Este Projeto, de acordo com uma representante da gerência do PROSAD, foi extinto assim como o Eduarte, entretanto ainda servem de referencial para a realização de várias ações.

de temáticas afins. Este Projeto vinha sendo desenvolvido em parceria com a Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro (SOPERJ) e o UNICEF.

- **ESTIRÃO** -> Objetiva a capacitação de profissionais de saúde de um modo geral e pediatras e clínicos, numa perspectiva de maior integralidade, para o atendimento ao adolescente; uma parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro através do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. Esse projeto aconteceu nos 5 últimos anos, e nesse ano está em compasso de espera, até se reestabelecer o convênio formal entre as instituições, uma vez que o mesmo era realizado como um "acordo de cavaleiros".
- **GRUPO DE TRABALHO SOBRE VIOLÊNCIA (GT de Violência)** -> Este trabalho vem ocorrendo desde 2000, com uma interface entre profissionais de saúde, educação, polícia técnica (Instituto Médico Legal - IML), do qual emergiu a primeira ficha de notificação da violência sofrida pelas crianças e adolescentes. No início do grupo de trabalho foi apontado pelo IML que a escola, especialmente a pública, em detrimento da própria família, era a instituição que na maioria dos casos denunciava a violência contra a criança e/ou adolescente. A ficha de notificação, ora vigente, vem sofrendo alterações para que cada vez mais propicie a coleta do maior número de informações para que o médico ao fazer a perícia em cada situação, possa atender mais adequadamente.

Desde sua implementação observou-se um aumento as notificações<sup>32</sup> com a capacitação e sensibilização dos profissionais para ter mais cautela no atendimento as situações que ocorrem nas unidades de saúde.

Este trabalho tem propiciado a organização de serviços no nível local; a implementação das atividades de prevenção e parcerias intersetoriais, assim como uma maior articulação da Secretaria Municipal de Saúde com os Conselhos Tutelares.<sup>33</sup>

A Secretaria Municipal de Saúde articulada com a Secretaria Municipal de Educação, através das gerências dos Programas de Saúde Escolar e de Saúde

---

<sup>32</sup> Informação fornecida por representante do PROSAD em 21/02/03.

<sup>33</sup> Maiores informações podem ser obtidas no site [www.saude.rio.rj.gov.br](http://www.saude.rio.rj.gov.br), no Programa de Saúde do Adolescente sob o título "Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente".

Bucal, vêm desenvolvendo ações voltadas para escolares da Rede Municipal de Educação, utilizando o espaço físico da escola como solo fecundo para as ações governamentais e não governamentais, dos quais destacamos:

- **ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE** -> Apropriando-se do conceito de saúde defendido na VIII Conferência Nacional de Saúde, na perspectiva da promoção de saúde, este Programa desde 1995 assinala três eixos básicos para a consolidação da proposta da Escola Promotora de Saúde: educação e saúde; desenvolvimento e aprendizagem; e participação popular, propondo ações na escola por integração intersetorial e formação de grupos de trabalho regionais e locais, buscando desenvolver práticas educativas ligadas ao cotidiano dos alunos e que tenham relação com hábitos higiênicos e outros que se relacionam diretamente com a qualidade de vida, ou seja, "desenvolver conhecimentos, estimular atitudes e práticas de promoção de saúde e de criar ambientes mais saudáveis" (SILVA, 2002: 85). Para a consolidação dessa proposta, equipes de saúde e educação foram criadas, como também foi aberto espaço para a participação de alunos universitários na execução de ações locais nas escolas a partir da oferta de algumas atividades pré-definidas (saúde bucal, ocular, auditiva, entre outras), estreitando os laços com a realidade das unidades escolares para captar a demanda nela existente, assim como buscar as alternativas que propiciem o engajamento das partes envolvidas em novas ações oriundas do cotidiano vivenciado.

Este programa aproxima da escola outros programas desenvolvidos pela SMS, como:

- SABER SAÚDE -> Prevenção ao tabagismo.
- COM GOSTO DE SAÚDE -> ações ligadas a hábitos alimentares.
- A ESCOLA E A AGENDA 21 -> Objetiva trabalhar questões ligadas ao meio ambiente saudável.
- AGITA RIO -> Combate ao sedentarismo, estimulando a prática de atividade física.

Até o momento 120 escolas das 1.039 escolas públicas municipais da Cidade do Rio de Janeiro foram abrangidas pelo referido programa.

- **DENTESCOOLA** -> O Programa de Saúde Bucal para os alunos do Município do Rio de Janeiro (DENTESCOOLA) foi criado pelo decreto municipal 20.311 de 30/07/01 com a finalidade de promoção da saúde e cidadania. Este Programa traz consigo uma proposta multidisciplinar entre as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Secretaria Especial de Projetos Especiais. A metodologia do Programa tem como ponto de partida o projeto político pedagógico de cada unidades escolar buscando desenvolver ações prioritárias conjuntas na perspectiva de formação de agentes multiplicadores. Sendo assim, os odontólogos das unidades básicas de saúde são capacitados para atender as mais diversificadas demandas da comunidade escolar. Em seguida, esses profissionais buscam fazer uma articulação com as escolas da área de abrangência dessa unidade de saúde (uma média 10 escolas), nas quais serão desenvolvidas ações de promoção de saúde em parceria com as lideranças emergentes das unidades escolares, cujo interesse está norteado pelas necessidades (dentre as quais a discussão da sexualidade, DSTs, adolescência) das respectivas comunidades. Essas lideranças deverão assumir a continuidade desse trabalho como multiplicadores, com o propósito de que o mesmo seja incorporado ao dia-a-dia da escola, sendo acompanhado, sistematicamente, pelo profissional de saúde com vistas a realimenta-lo.

O Dentescola tem os seguintes objetivos:

- Implementar ações de saúde nos espaços de formação (creches e escolas) tendo como matriz o Projeto Político Pedagógico local, construindo através de ações promotoras de saúde a interface de temas transversais, com a intenção de criar nesses espaços, pólos geradores da consciência individual e coletiva a cerca de suas necessidades;
  - Promover o reequilíbrio biológico, a valorização da auto-estima, o resgate da relação familiar e a integração do indivíduo com o meio psicossocial em que vive, gerando a multiplicação de agentes de mudança da realidade.
  - Implementar a formação de agentes multiplicadores de forma a gerar a conscientização individual e coletiva, culminando na busca dos direitos e acima de tudo o exercício dos deveres com responsabilidade e aprendizado sobre a co-gestão do Programa a nível local.
- **NÚCLEO DE ADOLESCENTES MULTIPLICADORES (NAM)**-> A composição dos NAM nas unidades escolares pressupõe, como foi colocado anteriormente, a discussão das temáticas como sexualidade, gravidez, adolescência,

DSTs/AIDS, drogas dentre outras que demandarem dos alunos através de técnicas de dinâmicas de grupos, sendo uma proposta pedagógica distinta da tradicional. Entretanto, o objetivo da proposta se constitui na formação de "multiplicadores", os quais terão como atribuição a disseminação dessas temáticas pela comunidade escolar. Os NAMs materializam as ações do Programa de Orientação Sexual e Prevenção ao Uso Indevido de Drogas Secretaria Municipal de Educação e propiciam a interação entre os programas acima citados (discorreremos sobre a contextualização deste Programa no item 2.3).

Elencadas estas propostas e a partir de nossa inserção profissional no Projeto de Orientação em Saúde Reprodutora para Adolescentes nos questionamos como essas ações ecoam nas escolas? Se a interação entre os profissionais das escolas e das unidades primárias de saúde objetivamente facilita o acesso dos adolescentes aos serviços que os mesmos necessitam? Que impacto essas ações teriam na qualidade de vida dos adolescentes, considerando as dimensões territoriais da Cidade do Rio de Janeiro, o número total de escolas existentes e o número de escolas atendidas? Existe superposição de programas atuando em uma mesma escola, enquanto outras ficam em compasso de espera? Estariam as escolas abertas para receberem esses programas? Quais são os critérios para definir as escolas atendidas? Que implicações esse trabalho teria com a implantação da "produtividade" nas unidades de saúde? Em que momento a família seria atingida com esse trabalho e que tipos de ações seriam desenvolvidas com elas para que essa atenção ao adolescente seja mais integral?

## **2.2) A Política de Educação e as Ações Voltadas para a Adolescência e a Sexualidade**

### **2.2.1) Considerações Gerais**

Nas últimas décadas, nas sociedades urbano-industriais, a adolescência tem sido alvo privilegiado de pesquisas, nas quais a emergência de novos valores

e a liberalização de comportamentos na área da sexualidade e da vida reprodutiva são enfatizadas. Órgãos governamentais, profissionais da área da saúde, educação, instituições religiosas, meios de comunicação buscam espaço para tratar de assuntos relacionados a este segmento populacional: A gravidez "indesejada" na adolescência e a exposição às doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS.

Em meio a este debate, a gravidez na adolescência tem sido tratada, especialmente, como problema de saúde pública, ganhando, nacional e internacionalmente, contornos de problema social, produzindo um discurso normativo e alarmista para que este fenômeno se dissemine no senso comum.

A escola tem sido considerada como um importante espaço para se fomentar e veicular informações acerca da prevenção a gravidez indesejada e formas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, despontando como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes.

A inserção deste debate no âmbito escolar, na esfera municipal, está presente em duas leis sancionadas em setembro e dezembro de 1997, as quais visam garantir o amparo a discussão da orientação sexual, seja para capacitação de professores para ministrar cursos para os alunos da rede municipal, seja para a implementação da proposta junto aos alunos no interior da escola. Entretanto, não deixam clara a concepção que norteará o trabalho, orientação ou educação sexual<sup>34</sup>, como abordaremos a seguir.

---

<sup>34</sup> Muitos autores vêm discutindo sobre essa temática, dentre eles Suplicy (1993), Valladares (2001), havendo distanciamentos e aproximações entre os termos "orientação sexual" e "educação sexual". De acordo com Valladares (2001), o debate sobre a inclusão da Orientação Sexual no currículo das escolas de 1º e 2º graus remete-se à década de 70, "quando a sexualidade teve sua importância reconhecida na formação global do indivíduo. (...) Incluídas no processo educacional, as discussões sobre a sexualidade propiciam à criança e ao adolescente mais segurança quanto a sua própria sexualidade". Em relação à essência da educação sexual Valladares (2001) e Suplicy (1993), se referem a um processo contínuo e em constante transformação, através do qual formamos nossa opinião, respeitando a experiência pessoal e o conjunto de valores transmitidos pela família e pela sociedade em um dado momento histórico. A orientação sexual, por outro lado, é um processo formal, sistematizado e por conseguinte, temporário que também influencia, forma opiniões, muda valores. Suplicy (1993), entretanto, ressalta a necessidade de que o processo de orientação seja contínuo como a educação e que a formalização não se cristalice, o importante é abrir espaço para a troca, permitir a emergência de temáticas que realmente vão ao encontro das inquietações oriundas das experiências do momento vivido. Altmann (2002:3) alimenta o debate colocando que o termo orientação sexual, no campo dos estudos sobre a sexualidade e nos movimentos sociais, designa a opção sexual do indivíduo. A autora sugere que a escolha pode estar relacionada aos termos usualmente utilizados na área como "orientação pedagógica", "orientação educacional" (idem).

A Lei 2576 de 30/09/97 institui o programa de orientação de professores para ministrar cursos de orientação sexual - sexualidade humana aos alunos matriculados nas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro, cujo programa tem por objetivos: pesquisar, elaborar, desenvolver e aprimorar métodos e recursos didáticos e pedagógicos que ensejem promover a reciclagem e atualização de professores, capacitando-os a prestar atendimento, esclarecimento e encaminhamento aos alunos da Rede Municipal de Ensino em relação à sexualidade humana, ficando a critério da Secretaria Municipal de Educação, o conteúdo programático, a carga horária e o tempo de duração, e os critérios básicos para a participação dos docentes na capacitação.

Em dezembro do mesmo ano foi sancionada a Lei 2604 (11/12/97), que institui o programa de educação sexual para os alunos da Rede Municipal de Ensino Público com o objetivo de ministrar aos alunos noções básicas sobre sexualidade humana, com ênfase na "orientação sexual, cuidado com a saúde do corpo, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, utilização de preservativos e métodos contraceptivos e acompanhamento da gravidez e parto".

No ano seguinte, na esfera federal foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que abordam a sexualidade do adolescente na forma de tema transversal<sup>35</sup>, sob o título de Orientação Sexual<sup>36</sup>.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais têm por objetivo estabelecer uma referência nacional para o ensino básico, estabelecendo uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas. O caráter flexível dessa proposta é, também, enfatizado, permitindo a interlocução com as escolas para a elaboração do projeto político pedagógico (ALTMANN, 2002:3).

Em relação aos temas transversais que devem ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização, os trabalhos devem observar a programação, através dos conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, assim como a extraprogramação, sempre que surgirem questões afetas ao tema (idem).

---

<sup>35</sup>Os temas transversais incluídos nos PCNs são: Orientação Sexual, Saúde, Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998)

<sup>36</sup>A concepção de "orientação sexual" foi adotada tanto pelos PCNs quanto pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro a partir de 1998, com o Programa de Orientação Sexual e Prevenção ao Uso Indevido de Drogas.

Altmann (2002:4) destaca que outro tema transversal inserido no documento é o de Saúde, "*o que indica um agenciamento entre a instituição escolar e o campo da saúde*", apontando o tema como específico e ponderando que a transversalidade pode configurar uma estratégia para expandir a orientação sexual por toda a instituição, perpassando para todos os campos disciplinares e ciclos de escolarização.

Em relação à prática docente dentro da proposta dos PCNs, o educador é instado como profissional e como cidadão a atuar nos reflexos da questão social na perspectiva da cidadania:

Propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania coloca imediatamente a questão da formação dos educadores e de sua condição de cidadãos. Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, do reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998:31-32).

Destaca-se, ainda, que o desafio está posto ao docente, na medida em que a formação tradicional dos mesmos não contemplou essa dimensão, nem haviam matérias voltadas para a questão política nem para o tratamento das "questões sociais" (idem).

Para o professor, a escola não é apenas lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. É, também, lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidades (idem).

Cabe observar que a demanda tanto para a inclusão do debate da sexualidade na escola, tanto para os alunos quanto para capacitação dos docentes, inclusive com a inserção de disciplinas que sensibilizem e qualifiquem os docentes para o exercício profissional é antiga<sup>37</sup>. Entretanto, as questões de pano de fundo que circundam a sexualidade, como a cultura, as tradições judaico-

---

<sup>37</sup> De acordo com Foucault (1997: 30-32), desde o século XVIII a sexualidade das crianças e particularmente dos adolescentes é objeto de intervenção da escola, passando a ser foco sobre o qual se erigiram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas sutilmente hierarquizadas e intimamente relacionadas as relações de poder. No Brasil a inclusão da educação sexual na escola ocorreu nos anos 20 e 30 como um espaço de intervenção da medicina higiênica para produzir comportamentos normais. (Altmann, 2002:14) Nos anos 30, a educação sexual foi intensificada em razão da propagação da sífilis que fazia muitas vítimas. De acordo com a autora nas décadas de 60,70,80 a educação sexual sofreu "fluxos e refluxos" por ser considerado um assunto da esfera privada de responsabilidade das famílias. Altmann (2002:14) Em meados da década de 80 e 90, a AIDS e a gravidez na adolescência ganham o status de problema de saúde pública, orientando as ações preventivas nas esferas governamentais e não governamentais.

crists, os tabus, os mitos, os pudores, as interdições que ainda persistem na sociedade contemporânea.

Apesar de tudo isso, pelo menos formalmente, a escola passa a compartilhar com a família a responsabilidade com a sexualidade do adolescente, porém esta deve ter o cuidado para não reduzir a sexualidade a noções de perigo, controle e interdição, mas encaminha-la de forma crítica, reflexiva, formativa e educativa, promovendo a saúde integral das crianças e dos adolescentes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998).

### **2.2.2) As Ações voltadas para a Sexualidade desenvolvidas pelas escolas públicas no Município do Rio de Janeiro**

A Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro vem implementando nas escolas públicas municipais, desde 1994, projetos de capacitação docente, no âmbito da Orientação Sexual, privilegiando as questões relacionadas à sexualidade, à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS e ao uso indevido de drogas. Vários projetos que tiveram a parceria de instituições governamentais e não governamentais, entre eles o EDUCARTE, AIDS E A ESCOLA e SER VIVO que desenvolveram ações independentes voltadas para o objetivo acima proposto. (SME/RJ: 2001:6)

Nesta linha de atuação, no ano de 1998 foi implantado o **Programa de Orientação Sexual e Prevenção ao Uso Indevido de Drogas**<sup>38</sup>, buscando articular essas ações, oferecendo suporte institucional para a continuidade dos projetos acima citados. Sendo assim, a escola abre um espaço para debater e enfrentar temas emergentes de seu cotidiano – **“como a gravidez na adolescência, a convivência com soro positivos, a violência, a sexualidade”**, entre outros (Idem).

---

<sup>38</sup> É curioso perceber a associação existente entre a sexualidade e as drogas presente na denominação do Programa que acompanha o trabalho dos núcleos de adolescentes multiplicadores, ficando latente a visão negativa da sexualidade.

A Rede Municipal de Educação é composta por 1.029 escolas<sup>39</sup>, divididas em 10 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). Atualmente existem 63 Núcleos de Adolescentes Multiplicadores (NAM).

É imprescindível para o funcionamento dos NAMs o professor ter sido capacitado em curso oferecido pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Simultaneamente a esta etapa, o docente constrói um projeto que é submetido à CRE, a qual o mesmo está vinculado, e posteriormente à Secretaria para aprovação. Para a constituição do NAM é necessário apoio da unidade escolar, assim como a existência de local, minimamente, apropriado para acontecerem as atividades. Vale ressaltar que a aprovação da constituição do NAM depende de disponibilidade de horário do professor e disponibilidade orçamentária, já que isso significa que o professor deverá receber o correspondente a sua dupla regência.

A composição dos NAM no interior das escolas depende da organização, da criatividade, da estratégia dos coordenadores para mobilizar o corpo discente em torno das questões que serão discutidas nos encontros, os quais possuem uma proposta pedagógica distinta da convencional. A abordagem dos temas como sexualidade, gravidez, adolescência, DSTs/AIDS, drogas dentre outros que demandarem do grupo são feitos através de técnicas de dinâmicas de grupos. Entretanto, o objetivo da proposta não se esgota nestas atividades, os alunos são formados "multiplicadores", com a responsabilidade de disseminar essas temáticas, criativamente, pela comunidade escolar.

Os pressupostos básicos do Programa de Orientação Sexual da Rede Municipal, que têm uma íntima relação com o NAM, buscam compreender o ser humano em sua dimensão histórica, integral, interdisciplinar, tendo como pano de fundo a cultura, os valores, a cidadania, a auto-estima. (Secretaria Municipal de Educação/RJ, 2001:7)

Os valores que norteiam o trabalho de Orientação Sexual são:

---

<sup>39</sup> Fonte: SME/Projeto de Educação Ambiental e Saúde - março de 2002.

- Toda pessoa tem dignidade e valor próprio.
- A sexualidade é parte da vida de todas as pessoas.
- A sexualidade inclui dimensões biológicas, éticas, psicológicas e culturais.
- Os indivíduos expressam sua sexualidade de várias formas.
- O exercício da sexualidade compreende aprender o respeito ao corpo, aos próprios sentimentos e aos do outro.
- Numa sociedade pluralista, as pessoas deveriam respeitar a diversidade de crenças nela existentes sobre a sexualidade.
- Todas as crianças deveriam ser amadas e cuidadas.
- Indivíduos e sociedade se beneficiam quando as crianças e os jovens são capazes de conversar sobre sexualidade com seus pais e/ou outros adultos responsáveis.
- Explorar a própria sexualidade faz parte da busca do bem-estar sexual.
- Relacionamentos sexuais nunca deveriam ser coercitivos e exploradores.
- Pessoas jovens que têm relacionamentos sexuais precisam ter acesso a informações e programas de saúde de qualidade (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2001: 8).

A legitimidade da discussão da temática da sexualidade é inquestionável, especialmente, se feita pelo viés de seu caráter formativo, que propicie a discussão livre e democrática de normas e padrões de comportamento em relação a sexualidade, buscando a construção de um conhecimento que ultrapasse o senso comum e permitindo que o jovem faça suas opções mais consciente. Isso demanda qualificação docente, assim como sensibilização, informação, dentre outros do conjunto de sujeitos sociais não somente inseridos no universo escolar, como também das instituições que fazem a interface com o mesmo público alvo, como, por exemplo, os serviços de saúde, para que se busque a garantia básica que possibilite o acesso aos serviços públicos que dêem suporte a escolha do jovem. Daí a necessidade objetiva de um trabalho articulado entre unidades escolares e de saúde.

Alguns avanços na concepção da temática da sexualidade numa perspectiva de integralidade são notados nas diretrizes do Programa de Orientação Sexual, principalmente por se tratar, ainda, de uma questão tão permeada de tabus, preconceitos e de outras formas obscuras que persistem em camuflar o seu debate. Entretanto, ressaltamos que o social está ausente das dimensões da sexualidade inscritas no referido Programa numa perspectiva de integralidade. Sendo essa questão basilar para compreendermos o caráter político inerente ao fenômeno, sobre o qual destacamos os direitos sexuais e

reprodutivos como possibilidade de se romper o paradigma da sexualidade enquanto mercadoria, enquanto exploração para o consumo.

### **2. 3) As Expectativas dos Sujeitos da Pesquisa sobre as Políticas voltadas para a Adolescência**

As transformações macro societárias ocorridas a partir da década de 60 alcançaram padrões mundiais e a sexualidade, como qualquer outro aspecto da vida humana, está sujeita a uma série de processos acelerados de mudança que ocorrem no contexto da complexa globalização que tem marcado as décadas finais do século XX (HARVEY apud PARKER, 2000:143).

Louro (2000:10) demarca que essas mudanças interferem na sexualidade e apontam para novas possibilidades:

Se as transformações sociais que construíram novas formas de relacionamento e estilos de vida já se mostraram, nos anos 60, profundas e perturbadoras, elas se acelerariam ainda mais , nas décadas seguintes, passando a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais.

A emergência do movimento feminista e do movimento dos homossexuais foi propulsora de novas propostas que trazem em seu foco central a democratização das relações sociais, especialmente, entre os sexos. Contudo, é verdade que os padrões de vida sexual na sociedade atual são resultado de uma luta social na qual classe e sexualidade estão, intrinsecamente, ligadas.

Nos vários segmentos pesquisados (alunos, professores e direção) buscamos construir uma reflexão acerca de quem seria a responsabilidade de discutir com os adolescentes sobre sexualidade, consultando-os, percebendo qual o espaço privilegiado pelos sujeitos envolvidos.

Nestes segmentos, independe se a escola tenha ou não trabalhos voltados para a sexualidade dos adolescentes, identificamos, particularmente, entre os alunos, que a responsabilidade da orientação sexual deveria permanecer na esfera privada, sendo de responsabilidade da família. Isto ocorreria por razões

diversas, seja por causa do número de meninas ficando grávidas muito cedo, seja porque existe mais intimidade, seja ainda a necessidade de se estabelecer limites. Foram selecionados alguns depoimentos que esclarecem estas questões que estão expostos abaixo:

*“Porque, a gente confia mais nos pais pra dizer o que é certo e o que é errado, o que a gente tem que fazer, o que não deve fazer... e isso também é um papo que pais e filhos também têm que levar... Os pais que têm que mostrar como é, prevenir os filhos, falar que tal hora certa, tal hora é errada... como se deve se prevenir por isso que pra mim os pais é que tem que conversar sobre isso”. (Leonardo-15 anos - aluno da 7ª série e membro do NAM - escola "L" )*

*“Porque o começo é mesmo dentro de casa, explicar os filhos o que ocorre com a sexualidade, tipo assim vai ter um debate e a gente não sabe o que vai falar, fica sem graça, às vezes não sabe o que falar dentro de sala, mas isso tem que vir da família mesmo”. (Luara- 17 anos - aluna da 7ª série e membro do NAM - escola "L")*

*“Pai e mãe tem que ajudar, porque eles têm que explicar para agente não se prejudicar no futuro. Para não falar que os pais não ajudaram caso faça alguma “besteira””. (Marlene - 13 anos - aluna da escola "M")*

*“(...) Eu acho que foi o que eles passaram, eu acho que eles tentam passar pra gente o que eles já viveram”. (Maurício - 14 anos - aluno da escola "M")*

De acordo com Zagury (1996: 168-206), uma das preocupações centrais dos pais através dos tempos foi a vida sexual dos filhos. A autora afirma com base na sua pesquisa que esta não é uma preocupação "moderna", sempre esteve presente nos pais. Entretanto, argumenta que esse *"assunto era resolvido com uma grande dose de repressão e mantendo as crianças e os jovens no desconhecimento, na ignorância, por vezes total sobre o assunto"*. Esta pesquisa identificou que houve um aumento considerável na conversa entre pais e filhos, embora indique que muitos ainda não consigam ter esta relação mais estreita.

Zagury destaca ainda que alguns pais preferem não fazê-lo, acreditando que isso possa despertar o adolescente precocemente e levá-lo a iniciar a sua vida sexual mais cedo (idem).

Apesar dos pais serem os indicados significativamente pelos adolescentes como os responsáveis pelo estabelecimento do diálogo sobre sexualidade, estes ainda se ressentem que isto ocorra de fato, conforme os depoimentos a seguir:

*“A minha mãe ela conversa comigo sobre essas coisas assim, conversa, mas eu acho que ela não conversa muito... eu acho que ela tem vergonha de falar pra mim... aí eu falo: “ Mãe, fala, me ensina um pouquinho”... Aí ela: “então tudo bem”... Aí ela começa a falar, quando ela vê que está ficando pesado ela pára... apesar de... eu não sei muitas coisas sobre a adolescência... que eu peço pra minha mãe me contar, mas ela não abre o jogo todo, então eu não sei muita coisa, eu também gostaria de aprender bastante(...)” (Lucimar - 17 anos aluna da 6ª série e membro do NAM - escola "L")*

“Eles (pai e mãe) têm que explicar pra gente não ficar com dúvida e fazer besteira... Não entram no papo, só falam pra usar isso e aquilo outro e pronto... Camisinha e só”. (Marcílio - 14 anos - aluno da 8ª série da escola "M")

*“Eu acho que a conversa tem que ser desde pequenininho, porque quando chega uma certa idade e quiser contar sobre isso, fica aquele clima... Não tem diálogo... Acho que se não tiver um diálogo é pior mais tarde... Porque a gente fica sabendo pelos outros e o ideal é a gente ficar sabendo pelos nossos pais direito como é que é”... (Marta- 14 anos- aluna da 7ª série da escola "M")*

Dos relatos acima emanam uma multiplicidade de questões, que trazem como pano de fundo os tabus, as interdições, as limitações, os ditames culturais que interferem na sociabilidade dos homens e obscurece as tensões, os conflitos historicamente determinados que permeiam o fenômeno da sexualidade.

Contraditoriamente, a sexualidade está expressa no cotidiano das pessoas, nas propagandas apelativas e insinuantes, nas novelas (colocado pela mídia como um dos produtos televisivos nacionais mais reconhecidos internacionalmente), nos padrões de beleza, na cultura do corpo, tornando-o objeto de desejo. Além desse viés mercantil, o corpo também se torna preocupação da área da saúde, pela via da prevenção e, quiçá, da promoção da saúde; as campanhas nacionais de combate a AIDS alertam para o uso do preservativo, que também serve para evitar a gravidez "indesejada", não planejada, sobre a qual a mídia vem explorando e veiculando frequentemente. Apesar dessa temática está imiscuída no dia-a-dia da sociedade, tanto a esfera privada (família) como a esfera pública (neste trabalho focada na escola) ainda apresentam dificuldades na abordagem dessas questões, como foi colocado anteriormente.

Por parte dos alunos, a necessidade de diálogo em casa aparece simultaneamente com a dificuldade que os mesmos têm de estabelecerem uma relação com os pais que permita que exista uma troca mais aberta entre eles, sugerindo que a recíproca seja verdadeira, isto é, assim como os pais se vêm encabulados de tratar do assunto, os filhos (alunos) têm vergonha de conversar com seus pais sobre sexualidade, principalmente por temerem as interdições, as

proibições, decorrentes ou não das "descobertas" que este contato mais próximo, possivelmente, permitirá a eles.

A escola, então, aparece como um lugar privilegiado para o debate da sexualidade, permeado por muitas tensões.

A manutenção deste debate com adolescentes no espaço doméstico é expresso nos depoimentos selecionados a seguir:

*“Bem, de início, tendo já o adolescente trazido esse conhecimento do seu lar, não deveria ser uma preocupação da escola pública para não causar problemas para a escola... É igual como a gente sabe que foi há algum tempo, a escola não tinha nada a ver com essa parte há algum tempo atrás e a sociedade evoluiu, a falta de informação que se tem hoje, a falta de contato... e a escola termina tendo que se prestar a esse papel (...) Tem os seu lado bom e ruim, atrapalha na parte acadêmica, atrasa esse lado para tratarmos de outro, essa é a parte ruim da coisa, a parte boa é que podemos fazer algo por alguém que necessita”... (Liliane- 46 anos - professora de língua inglesa da escola "L")*

“Eu já passei pela experiência do aluno perguntar como se fazia filho... aí ele falou: “Mas não me conta da cegonha não que eu já sei da cegonha”... Aluno de 4ª série.... Aí eu falei assim, como eu não tenho a ordem legal de falar sobre o assunto, eu falei: “Pergunta ou seu pai ou a sua mãe que eles vão te explicar e amanhã você me diz o que eles te explicaram...”, porque em cima do que a família ensina, porque entra religião, entra tudo, não é? Eu queria acompanhar o mesmo raciocínio da família ... Aí o aluno me chegou no dia seguinte: “Professora pode me explicar porque eles não souberam me explicar...” . Eu falei: “Porque eles não souberam te explicar se eles aprenderam isso?” O aluno respondeu: “Não, mas eles ficaram me enrolando, minha mãe manda perguntar ao meu pai e o meu pai manda eu perguntar a minha mãe... ficaram me enrolando... dá pra senhora me explicar o que é orgasmo? Quando a gente tem que ter o primeiro ato sexual? Se a gente pode ter com qualquer uma pessoa ou se a gente...” Perguntas que já são mais evoluídas para uma criança de 4ª série(...)Na escola municipal ainda não tem essa introdução porque fica esperando parecer do prefeito, parecer da secretaria de educação, aquela parte toda burocrática... então o que os professores fazem, eles dão orientação, mas não aquela orientação específica... eles dão uma orientação assim no geral, mais ou menos do que é e uma conversa no dia-a-dia, que às vezes eles (alunos) não conversam com os pais, pedem aos professores para conversar... uma conversa no dia-a-dia. (...)Aí eu entrei já na área das doenças venéreas, não muito a fundo para também não me estender muito que eu não sabia a reação da família... então eu expliquei a ele que tem as doenças venéreas, que além das doenças venéreas tem a AIDS, que é uma doença perigosa, que ele tem que ter cuidado, não é com aquele que está com AIDS, que aquele você vê logo de cara, é com aquele que transmite a AIDS, que está sadio mas transmite... Ele perguntou como é que se sabe e eu falei que através de exame de sangue ou então quando se conhece a família da menina e sabe que a menina está sempre indo ao médico, está sempre se cuidando... Aí não tem problema nenhum. Agora que se você que ir pro ato sexual e não ter filho logo de cara têm os anticoncepcionais, eu expliquei todos os anticoncepcionais, só não mostrei que eu não tinha no caso para mostrar... Mas eu expliquei que tem as pílulas, a camisinha que é a mais usada, tem as operações que as mulheres fazem e que os homens também podem fazer... então eu dei um parecer geral para eles. (Marília - 37 anos - professora da 3ª série da escola "M")

Professores de ambas as escolas pesquisadas colocam que o âmbito da família é o espaço mais adequado para se tratar das questões que envolvem a sexualidade, especialmente, do adolescente. Os docentes colocam sua

preocupação com o conteúdo a ser ministrado em sala de aula, assim como com a reação que a família possa ter, ressaltando os aspectos religiosos, a observância dos valores que estão presentes na particularidade dos sujeitos e da sua família que são inerentes a temática.

Além disso, como pano de fundo nestes depoimentos, observamos que apesar das leis municipais existentes desde 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como foi abordado anteriormente, que versam sobre o assunto, os quais colocam para o professor essa atribuição como um tema transversal ao conteúdo programático estabelecido, os mesmos não aparecem nos relatos acima, pelo contrário, é apontada a ausência de um diploma legal que permita se falar sobre a questão da sexualidade mais livremente no espaço escolar.

Mesmo quando prevalece a lei do silêncio quando se alude ao fenômeno, muitos autores (Louro; Weeks; Brizman, 2000) problematizam sobre a escola como partícipe da produção de sujeitos "normais" (enquadrados no padrão de normalidade hegemônico), a despeito de contradições e fragilidades que revestem a questão. *“A escola precisa se equilibrar num fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e de outro, simultaneamente, contê-la” (LOURO, 2000:26).*

A produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Esse não é, no entanto, um processo do qual os sujeitos participem como mero receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos são implicados e são participantes ativos na construção de suas identidades. Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam a pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si (idem).

Quando os docentes (de ambas as escolas pesquisadas) corroboram a posição de que a escola aparece como um local possível para se colocar esse debate, ressaltam que esta gradativamente vem ocupando um espaço que anteriormente era da família, seja porque esta não se sente preparada para enfrentar o assunto com os filhos, seja devido às suas condições sócio-econômicas e/ou, ainda, porque os pais não têm formação para este fim. Alguns depoimentos dos docentes foram destacados para identificar essa posição:

“Eu acho que a família deveria ser a responsável por isso, mas devido às condições sócio-econômicas, financeiras e da educação mesmo da família hoje em dia, essa responsabilidade foi transferida ao professor. O professor seria apenas um suporte, assim como o médico seria um suporte e hoje na verdade nós estamos assumindo essa responsabilidade. É uma bandeira até nosso de fazer trabalho sobre isso, eu também faço, entendeu? A gente se preocupa muito com isso em virtude dos fatos que acontecem no dia-a-dia. Você vê adolescente de 12, até 9 anos que teve um filho. Como a responsabilidade, na minha opinião, era dos pais, que foi transferida pra escola. O professor está assumindo”.(Múrcio - 40 anos - professor de ciências da escola "M")

*“Essa responsabilidade ela seria... tem o início em casa, mas há um grande número de pessoas que não estão preparadas pra falar sobre isso... Então quer dizer, acontece que a família já passou muito do que era responsabilidade dela pra escola e isso não me desagradava muito não. Apenas nós sabendo disso e já inclusive os PCNs nos falamos, que nós temos a condição e devemos falar sobre isso, que assunto dos temas transversais, nós estamos tendo que fazer esse papel, se a família hoje não está conseguindo fazer, nós temos que fazer, mas ao mesmo tempo um trabalho paralelo para que a família retome também com a responsabilidade dela, porque eu acho que não vai deixar nunca mais de ser responsabilidade da escola”. (Moisés - 41 anos - professor de matemática da escola "M")*

*“A sexualidade é um tema, ela parte do particular para o geral, o comportamento sexual vai do particular para o geral e então ela começa em casa, com a família, com o psicólogo, a orientadora, isso é o ideal, quando a mãe tem instrução, o pai, eles exercem esse papel de orientador, mas quando o pai e a mãe não têm tempo, não tem formação específica ou desejada pra isso, então tem que ter alguém para complementar, aí a escola entra com a parte informativa, essa questão da parte formativa que já vem de casa... que a formação de um ser ela é completa”. (Lenise - 50 anos - professora de língua portuguesa da escola "L")*

“A gente recebe uma clientela muito sem informações, e também os pais que infelizmente eles não têm essa formação e por não ter essa formação os filhos chegam na escola, sem muita... sem informação alguma, na verdade ficou a cargo da escola... Acho que desde... você pode conversar, você pode mostrar filme, você pode tudo desde o jardim. Nós tivemos agora problema com aluno quase no final do ciclo, uma menina fazendo sexo dentro da escola... eles são muito novinhos ainda... Tá faltando orientação desde o início, mostrar o que é bom pra eles, o que não é bom, o que pode, o que não pode, que as mães, os pais estão muito ausentes por muitos compromissos, por ignorância do assunto”. (Ludmila - 53 anos - professora de sala de leitura da escola "L")

É inegável a importância da participação da família, entendida aqui em seus vários arranjos possíveis, famílias monoparentais, homossexuais, "tradicionais", dentre outras. Entretanto, a co-participação da escola é no mínimo indispensável, ressaltando-se que desde que seja garantida a discussão democrática sobre a sexualidade permitindo ir além das respostas estáveis e esperadas, que se preocupe com a compreensão das questões mais íntimas, que permita um espaço de troca entre educadores e educandos e não de imposição de saberes e de poderes.

No entanto, partindo dos depoimentos acima, fica no ar a indagação de que se os pais estivessem preparados para "informar" os filhos a escola não precisaria se preocupar com a questão. Só que esta vai muito além da informação,

transcende a esse enfoque, os sujeitos não precisam só da informação, é imprescindível entender a sexualidade no conjunto de suas múltiplas determinações. Se observarmos o artigo 22, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece como finalidades da educação básica a formação indispensável ao exercício da cidadania e os meios necessários para progredir no trabalho e em estudos posteriores, sem dúvida alguma esta é uma atribuição inerente ao espaço escolar.

Nas diversas entrevistas realizadas com os professores e direção, inclusive a coordenação pedagógica, buscamos discutir com os segmentos sobre as expectativas que os mesmos possuíam acerca de uma política pública voltada para adolescência, especialmente, sobre a sexualidade.

Nas entrevistas realizadas com os docentes de ambas as escolas que compuseram o universo deste estudo comparativo houve convergência de várias sugestões. A revisão dos currículos, a modificação da política educacional e a criação de uma disciplina específica para tratar da sexualidade com adolescente perpassam as narrativas dos professores, destacando que para que essa proposta efetivamente se realize é necessário que haja uma capacitação dos mesmos, assim como proporcionar a abertura de um espaço de troca entre este segmento da escola. O depoimento a seguir é muito rico para esclarecer essa posição:

”Nós ainda estamos, nosso currículo ainda é o currículo da Grécia, cartesiano que só matemática que é importante, como se o único raciocínio que nós temos que ter é o raciocínio lógico... e eu não vejo mais isso como justificativa, atualmente não pode mais ser, todo conhecimento que se tem da formação do homem tanto do ponto de vista psicológico como social e também neurológico, não é só o raciocínio lógico, então porque uma carga horária de 6 tempos para matemática, outras de 6 tempos para português e todas as outras que são importantes para o aluno é colocado num segundo plano... se pudesse falar em política educacional tem que ser revisto isso. Até a própria arte, eles fazem um trabalho que defendem a arte a arte é muito importante, mas só tem dois tempos por semana de arte, então na realidade eles não querem que a gente faça nada, porque você com 2 tempos por semana, você não tem nada pro aluno, deveria existir m trabalho, uma preocupação de como lá fora nos países mais desenvolvidos eles colocam a arte como uma coisa normal como qualquer disciplina, pelo contrário, eles colocam a arte como uma multidisciplinaridade, então você através do teatro com dança você consegue trabalhar todas as outras disciplinas... Então, por exemplo, na China, ainda mais os orientais que eles valorizam muito essa parte da arte deles... Na Argentina eles dão aula de tango para manter a tradição desde o primário... Você pega um filme Tango ele vai falar isso que os alunos têm aula de tango para manter a tradição e não só isso, o tango é difícil como o samba nosso é muito difícil, e você trabalha o que a relação homem mulher, eu acho que diminuiria essa rivalidade que tem entre as crianças... a gente podia trabalhar isso desde o primário com as crianças, nós estamos tão atrasados que educação física está entrando agora no primário, sendo que já deveria estar trabalhando com o corpo há muitos anos atrás. Então o aluno chega na 5ª série sem ter vivência corporal nenhuma... Eu acho que precisava muito repensar isso no currículo e as crianças ficam em cima " Pra quê tanta matemática?" Há uma prioridade muito grande do professor... engraçado quando a gente tem conselho de classe: " essa matéria de vocês é ..." como diz não serve pra nada, existe isso dentro da própria classe, aquele professor que ainda se acha mais valorizado porque ele é de matemática ou porque ele é de português, a gente sabe perfeitamente... eu vejo assim, o aluno se ele não conseguir vivenciar determinadas coisas corporais, ele não vai conseguir nem falar, se ele não consegue andar numa linha reta, não adiante que você queria que ele desenhe uma linha reta que ele não vai conseguir, mas o professor não consegue entender isso... um professor de matemática, de português eles têm tantas dificuldades como o aluno” ... (Lilian - 45 anos - professora de educação física da escola "L")

Esta narrativa está tratando de várias questões dentre elas a prevalência do raciocínio lógico na educação das crianças e dos adolescentes, as quais trazem seqüelas para a formação integral do aluno, de vivência com o próprio corpo e a cultura num movimento mais amplo de explorar e manter viva as raízes culturais de nosso povo.

A contribuição dessa professora foi além, conforme descrito acima. Ela sinalizou alguns nós que existem quando determinadas ações são desenvolvidas na escola pública, que alguns talentos acabam por serem revelados, entretanto, a forma dicotômica como as instituições estão organizadas, apesar do potencial dos alunos, da batalha e da frustração do professor que se vê incapaz de atender a demanda e de ter a sua atendida.

“Então, por exemplo, o núcleo de artes, em princípio existia uma verba para fazer uma escola de arte do município, é uma pena enorme, se perdeu... existe um projeto muito antigo, até hoje existe o projeto e não foi avante, porque nós não temos nenhuma escola de arte, nem do ponto de vista estadual, nem do ponto de vista municipal e o municipal seria importante porque o aluno que é artista ele vai ser artista desde que nasceu, então você vê alunos aqui, a gente convive com alunos... tinha o W. da 8ª série que saiu o ano passado, que ele é um artista... ele olhava e desenhava, era uma coisa incrível e ele não tem para onde ir, você não tem para onde encaminhá-lo, então os núcleos de artes em princípio era para isso, era para pegar esses alunos, descobrir esse potencial e indicar para uma escola de artes... só que morreu no meio do caminho... Então, por exemplo, o núcleo de artes, em princípio existia uma verba para fazer uma escola de arte do município, é uma pena enorme, se perdeu... existe um projeto muito antigo, até hoje existe o projeto e não foi avante, porque nós não temos nenhuma escola de arte, nem do ponto de vista estadual, nem do ponto de vista municipal e o municipal seria importante porque o aluno que é artista ele vai ser artista desde que nasceu, então você vê alunos aqui, a gente convive com alunos... tinha o W. da 8ª série que saiu o ano passado, que ele é um artista... ele olhava e desenhava, era uma coisa incrível e ele não tem para onde ir, você não tem para onde encaminhá-lo, então os núcleos de artes em princípio era para isso, era para pegar esses alunos, descobrir esse potencial e indicar para uma escola de artes... só que morreu no meio do caminho”. (Lilian - 45 anos - professora de educação física da escola "L")

Por analogia, esse trabalho em muito se parece com o trabalho dos núcleos de adolescentes multiplicadores. É possível que o trabalho dos NAMs permitam o *empowerment*<sup>40</sup> dos alunos, no sentido de potencializá-los para que os mesmos façam as suas opções "conscientes" no que diz respeito à sua sexualidade, entretanto, o mesmo é motivado a ser um multiplicador, seja no âmbito da escola ou fora, em sua família, em sua comunidade. Que tipo de suporte o aluno tem para ser um multiplicador? A escola, especialmente, a coordenação do núcleo de adolescente, está articulada com outras instituições que fazem o mesmo trabalho? É preciso problematizar os possíveis trabalhos desenvolvidos pelos multiplicadores para que este possa realmente ser estendido a toda comunidade escolar, não privilegiando apenas alguns alunos. É importante arrematar as demandas do dia-a-dia.

Muitas tensões estão postas no interior da escola, as quais são solo fecundo para pensar as políticas públicas voltadas para adolescência.

Em ambas as escolas pesquisadas, os professores de educação física entrevistados indicaram a intervenção do Estado como imprescindível para a realização de ações voltadas para a adolescência. As sugestões transitam entre as formas de controle da programação exibida nos meios de comunicação de massa e campanhas preventivas veiculadas pelos mesmos assim como pela

---

<sup>40</sup> Há uma discussão em torno da palavra *empowerment* em inglês. A qual traduziremos como empoderamento. (ver Paivs, 1996)

escola, buscando, se necessário for, a interferência da defensoria pública, da polícia e/ou do juizado da infância e da adolescência, conforme ilustra os depoimentos abaixo:

“Em termos de política social é partir mesmo do Estado a responsabilidade de melhorar o acesso, o nível de informação, com programas dentro dos postos de saúde, de esclarecimento, a própria escola, que é um meio de divulgação, mas eu acho que o Estado deveria intervir, embora a questão da censura é uma coisa que a gente tem uma certa relutância, mas tem certas coisas nos meios de comunicação que eu acho que deveria estar sendo censurado”. (Leôncio - 42 anos - professor de educação física da escola "L")

*“Eu acredito, como já falei, que deve ter um complexo de atividades e serviços para que exista uma campanha de prevenção... Agora, acreditar que esse governo vá fazer, eu não só não acredito, como pago para ver... Estou pagando para ver ele fazer uma campanha a nível nacional com os meios de comunicação, com a escola, com a polícia, com a defensoria pública, com o juizado de menores que ele reuna a sociedade... Que esse governo faça isso, duvido. (Manoel- 28 anos - professor de educação física da escola "M")*

Estas narrativas exprimem uma concepção de Estado baseada em seu viés repressivo, coercitivo, já ultrapassadas numa sociedade em que já está consolidada a democracia.

As ações voltadas para a adolescência, indiscutivelmente, instam articulações do Estado e suas instituições democráticas para que sejam cumpridas as legislações, desenvolvidas campanhas educativas, preventivas, mas que, sobretudo, propicie a participação e o controle social para que estas propostas, traduzidas em políticas sociais logrem maior êxito, atendendo as demandas da população usuária de tais políticas.

Neste contexto, a concepção dos dirigentes de ambas as unidades escolares pesquisadas enquanto protagonistas, mentores intelectuais de proposições que atendam aos sujeitos para as quais as mesmas estão direcionadas são divergentes na essência, de acordo com os depoimentos a seguir:

“Olha, eu até acredito, mas é aquilo que eu te falei, tem que ter alguém que vá acordar, dá um salto da cama e começar a vender essa idéia porque é difícil ... uma coisa que um aceita e o outro não aceita. Que nossa sociedade ainda continua assim, mas a pessoa vai ter que vender isso com muita vontade. Vender, comprar ... vai ter que passar isso aí e ter muita gente de compromisso junta”. (Marilu - 52 anos - diretora da escola "M")

Eu acho que a gente já vive uma fase tão difícil, não é adulto, não é criança e eu acho que nós não temos uma política voltada para o adolescente, nós não temos, por exemplo, se há nos postos de saúde ... eu me lembro de um trabalho que eu não sei se ele ainda existe na Maternidade Praça XV tinha um setor voltado para as mães adolescentes, eles cuidavam tanto do atendimento pré-natal como do atendimento posterior, mas eu não lembro, pelo menos não é de meu conhecimento que tenha outras instituições que tenham um trabalho voltado para os adolescentes... então, no fundo, no fundo, se fosse criada uma secretaria voltada para adolescência, com subsídios para adolescência, com projetos para adolescentes... digamos assim... metade desses meninos que estão aí fora, fazendo bolinha... esses meninos que a gente está perdendo, nós não perderíamos, se nós tivéssemos efetivamente uma política voltada para a adolescência... Todo meio e estrutura voltada para eles, parcerias com empresas que pudesse estar voltada para inserir esse menino no mercado de trabalho, como uma secretaria de educação, de saúde voltada com setores, com postos de saúde, voltados para adolescente... Parece utopia, parece coisa de Finlândia, mas puxa vida... Digamos assim, é um investimento grande, mas o retorno...(Larissa - 52 anos - diretora da escola "L")

Outras sugestões de propostas de ações voltadas para a adolescência tiveram como foco central a família, salientando que na medida em se direciona as políticas para esta instituição, fortalecendo-a, as mesmas repercutirão na juventude, conforme os depoimentos a seguir:

*“Eu acho que o poder executivo não está dando assistência a família de modo que a mãe não precise ir trabalhar pra que elas tomem conta dos seus filhos, o poder judiciário fica cheio de problema porque essa falta da família vai resultar em irregularidades judiciais, que o poder judiciário tem que atender, filhos abandonados, viciados, gravidez precoce, essas doenças transmissíveis... Entendeu? A família assistida, sobra tempo pra mãe conversar com seu filho, a conversa, o amor, o carinho, chegar perto... eu dormia com a cabeça encostada aos 16 anos no colo da minha mãe, ali eu ficava perguntando as coisas de malandragem, que eu queria saber”. (Lídia - 57 anos - coordenadora pedagógica da escola "L")*

“uma política para adolescente que se pense, primeiramente, na família... O que eu preciso dá a essa família, o que eu governante, o que eu é... o que eu sabedor dessa temática... em que eu vou mexer, o que eu posso fazer para ajudar a esta família para que o meu adolescente seja realmente adolescente, que o adolescente quer ser feliz, ele quer vida, ele quer aquilo que você está vendo lá fora, estão felizes da vida que amanhã eles vão dançar, eles vão representar a escola deles amanhã, adolescente quer isso, eles querem saúde, física e mental, quando eu penso nisso eu penso primeiro na família, o que eu posso fazer, quando eu mexer nisso, eu não digo nem acertar não ajudar mesmo o meu adolescente... quando eu estiver fazendo isso aqui, eu vou estar ajudando o meu adolescente e mostrando o meu adolescente, eles só querem viver... Agora se ensinam de forma incorreta, se estão fazendo coisas de forma incorreta, isso, como eu posso dizer... foram as pedras, eu torno a dizer: eles não nasceram adolescentes”. (Luzia - 42 anos diretora adjunta da escola "L")

“Eu tenho três adesivos nos meu carro: “ O melhor é viver em família, aperte mais esse laço”, o outro: “família uma idéia genial de Deus”, o terceiro adesivo é um pensamento de Pitágoras: “Eduque as crianças e não será necessário castigar o homem”. Então a primeira coisa é valorizar a família, agora essa família não pode ser egoísta, ela tem que se ampliar, não é o socialismo não, é humanismo. Então essa família tem que se ampliar, vamos valorizar a família, o alicerce é a família, é o amor, o afeto dos componentes da família e esse amor e esse afeto ele acaba se expandindo porque afinal de contas nós somos seres racionais, não somos seres estúpidos. E se somos seres ... precisamos viver em sociedade, então nós temos que viver em sociedade e viver bem. Então a família é importante e começa a se expandir. O governo e a sociedade também, o hoje em dia já não dá mais pra saber o que fazer, já se perdeu o controle da situação e eu também não sei se um dia cabia só a ele fazer, caberia só a ele fazer”. (Moisés - 41 anos - professor de Matemática da escola "M")

A leitura mais apurada dos últimos depoimentos citados nos remeteu a um grito de socorro de alguns membros do corpo docente porque o que se está em voga é o afrouxamento dos laços familiares que redundaram na falta de controle da família sobre os seus adolescentes. Isto repercute diretamente nas relações de sociabilidade que se estabelecem dentro da escola, impondo-lhe novas demandas. Tal fato também vem atrelado a uma grande nostalgia do modelo de família nuclear que se encontra em decadência e que na sociedade moderna ganhou novos contornos (monoparental, homossexual, etc.).

As transformações ocorridas na família serão resgatadas no próximo capítulo, assim como algumas temáticas emergentes de nossa pesquisa empírica, buscando caracterizar o fenômeno da gravidez na adolescência. Destacamos como trilhas possíveis para acessar às políticas públicas voltadas para adolescência no Município do Rio de Janeiro, a concepção de prevenção; responsabilidade pela gravidez na adolescência; a relação facilidade/dificuldade da escola lidar com a questão; a mídia e as temáticas que os adolescentes privilegiaram para possíveis ações focadas neles.

# **CAPÍTULO 3**

## **SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA**

Este capítulo pretende fazer uma revisão da bibliografia disponível sobre as características teóricas da adolescência, abordando múltiplos enfoques da questão. Há estudos que se ancoram na clivagem biomédica, dando contornos universais ao fenômeno a partir da associação direta entre adolescência e sexualidade, estabelecendo uma correspondência entre adolescência e efervescência hormonal. Desse modo, enfatiza-se o "despertar" de determinadas glândulas para tratar das intercorrências delas advindas como a menarca<sup>41</sup>, a semenarca<sup>42</sup>, enfim, a potencial propensão à reprodução, ou seja, a maturação sexual que leva o indivíduo à capacidade reprodutiva. A homogeneização do fenômeno encobre aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos que permeiam a questão. Por outro lado, há, também, estudos que enfatizam a questão social.

A sexualidade e o fenômeno da gravidez na adolescência no espaço escolar são outros aspectos a serem destacados em nossa pesquisa, fazendo aportes com o trabalho de campo que direcionou a trajetória desta dissertação.

### **3.1- A Adolescência como questão teórica**

De acordo com Zagury (1996: 24) a adolescência é uma fase de transição entre a infância e a juventude<sup>43</sup>, período de extrema importância no desenvolvimento dos indivíduos, período, este, que apresenta características próprias, acrescida da capacidade de reprodução. "As mudanças corporais que ocorrem nessa fase são universais, com algumas variações, enquanto as psicológicas e de relações variam de cultura para cultura, de grupo para grupo e até entre indivíduos de um mesmo grupo" (idem).

A característica mais perceptível é o acentuado desenvolvimento físico com fortes transformações internas e externas. Ocorrem mudanças marcantes nos campos intelectual e afetivo.

---

<sup>41</sup> Primeira menstruação.

<sup>42</sup> Primeira ejaculação.

<sup>43</sup> Groppo incorpora outro sentido para adolescência, advertindo que o mesmo pode ser confundido com juventude dependendo da ciência que vá se apropriar da categoria (como veremos a seguir).

Os adolescentes vivem o conflito entre o impulso ao despreendimento, à independência, ao mesmo tempo em que se defendem pelo medo à perda do conhecido, ao 'colo' dos pais, à dependência. Para Aberasturuy e Knobel, o adolescente não atinge a identidade adulta sem que antes tenha elaborado ou aceito três perdas fundamentais: a perda do corpo infantil, a perda da identidade e do papel infantil. E essas perdas englobam um processo importante característico da adolescência: o de desimbiotização, ou seja, a ruptura com o vínculo de dependência. (PAIVA, 1998: 15)

O amadurecimento sexual é outra mudança importante neste momento da vida, "o disparar do relógio biológico, colocando em funcionamento glândulas que produzirão hormônios importantíssimos. Há, portanto, uma grande atividade hormonal e glandular, que levará à capacitação reprodutiva" (ZAGURY, 1996: 24).

Paralelamente ao desenvolvimento físico (interno e externo) ocorrem modificações na sociabilidade dos adolescentes, havendo uma tendência à valorização do grupo de amigos em detrimento dos pais, assim como uma tendência ao acirramento da imitação (o que é bem apropriado pela mídia e pelo mercado voltado para este segmento populacional). Assim, "a forma de se vestir, de falar, de agir, até mesmo os gostos tendem a ser muito influenciados pelo grupo" (idem: 25).

A partir da conquista dos direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988, os quais vêm sendo abordados neste trabalho, tornou-se imperativo para fazer valer os ditames da Carta Magna a construção de legislações específicas para viabilizarem a garantia de acesso aos mesmos. Dentre as inúmeras leis sancionadas, temos interesse especial pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>44</sup>. Muitos avanços ocorreram a partir da entrada em vigor desta legislação, sendo apontado como um dos principais a compreensão da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, na condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Ao estatuir a concepção de criança e adolescente como pessoas em desenvolvimento, com direito à liberdade, ao respeito, à dignidade e à proteção integral, sem discriminação de qualquer tipo, o ECA estabelece alguns mecanismos para assegurar esses direitos, quais sejam: prevê a formulação de políticas sociais a partir da articulação de ações governamentais e não governamentais; reconhece como crucial a garantia ao direito e a proteção integral e especial àqueles que dela necessitarem; aponta a descentralização político – administrativa como fundamental no processo de delineamento de políticas sociais voltadas para este grupo social; garante a participação da população na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis; além disso, atribui novos papéis e funções ao Ministério Público, Defensoria Pública e Conselhos Tutelares, a fim de favorecer a implementação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes (SALES, 1997:36).

<sup>44</sup> A I  
Códig  
espec  
previs

Este Estatuto no Artigo 4º, Parágrafo Único, na alínea c, dispõe que este segmento da população tem preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas.

Entretanto, para efeito legal é considerado adolescente aquela pessoa que se encontra na faixa etária compreendida entre os 12 e os 18 anos incompletos. Este parâmetro, porém, é focal, na medida em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) compreende por adolescentes aquelas pessoas que se encontram entre os 10 e os 19 anos, sendo este padrão utilizado para a definição de estratégias, e estatísticas que vão subsidiar as políticas e ações governamentais nacional e internacionalmente.

Madel (1993:2), assim como Groppo (2000:7) acaloram esse debate expandindo a classificação etária do início da puberdade, em torno dos 11 anos de idade até os 25 anos, fase esta considerada como juventude.

Groppo (2000: 7-14) destaca que existem três momentos básicos do curso da vida social, que é o **nascimento** (ingresso na sociedade); a fase de transição que pode ser denominada como **adolescência, juventude e puberdade** (vai depender da ciência que vai incorporá-la) e **maturidade**. Nesta perspectiva, o autor esclarece que a ciência médica utiliza o conceito de puberdade, considerando as transformações ocorridas nessa fase no corpo; a psicologia, a psicanálise e a pedagogia incorporam a categoria adolescência, no sentido que compreendem esse momento da vida como um período onde acontecem mudanças na personalidade, na mente, no comportamento do indivíduo que vai se tornando adulto; e a sociologia incorpora a categoria juventude, contemplando-a como um interstício de transição entre as funções sociais da infância e as do homem adulto.

Outros aspectos importantes para a reflexão da categoria juventude são as diferenças de gênero, geração e etnia, assim como, classe social, tipo de

sociedade na qual este adolescente está inserido (urbano/rural), as quais vão determinar a maneira de ser adolescente. Na verdade o que estamos querendo destacar é que a classificação etária associada ao critério sociocultural sugere que existem muitas juventudes. Entretanto, para efeito legal a observância do critério etário permite ou não o acesso a determinados direitos<sup>45</sup>, apesar das várias concepções que a categoria adolescente possui.

Os limites etários, dentre os quais encontra-se a categoria adolescente, passa por metamorfoses e que, na atualidade, se alastram do início da puberdade até a juventude (25 anos), momento em que os jovens são considerados em formação e, portanto, imaturos (MADEL, 1993:2).

De acordo com a autora<sup>46</sup>, a noção de imaturidade reflete nos direitos que o cidadão tem para o exercício pleno de sua cidadania, o qual depende do Estado ou de outra instituição que se responsabilize por ele, entendendo-o como cidadão "em formação".

A questão imaturidade/maturidade é crucial para ser enfrentada, pois é através dela que se busca compreender o tipo de relações existentes em nossa sociedade, através de seu marco jurídico-político e instituição familiar, que se estabelece com a juventude. Essa discussão traz em si a cassação da cidadania do jovem identificada como irresponsabilidade jurídica e civil. Nesse sentido, existe uma tendência a considerar "a juventude com desconfiança e hostilidade e o adolescente como um problema a ser tratado" (idem, 4).

A "imaturidade" da juventude deve ser abordada nos múltiplos ângulos que compõem a ordem social: político, econômico, cultural, institucional.

O recuo da fronteira da adolescência nas sociedades atuais tende a manter os jovens afastados dos limites da discussão política, econômica e cultural destes e a renovação que estes podem representar. Tal recuo exprime, inclusive, a incapacidade do aparelho produtivo atual de absorver na ordem econômica as novas camadas de jovens que chegam ao mercado de trabalho (mesmo aqueles

---

<sup>45</sup> O ECA determina que o adolescente hospitalizado seja acompanhado em período integral durante o tempo em que o mesmo permaneça internado e que as instituições de saúde devem proporcionar as condições mínimas necessárias para essa permanência. Apesar das várias concepções da categoria adolescente, só tem acesso a esse direito aquelas pessoas que tem até dezessete anos, onze meses e vinte e nove dias.

<sup>46</sup> Ibidem. pag.3-6.

com formação universitária), causando desemprego nas faixas mais jovens justamente, as mais carentes das classes trabalhadoras.

Emerge, desta forma, um círculo vicioso de exclusão do jovem: que não é absorvido pela ordem econômica e social face ao dinamismo do sistema e ao mesmo tempo cria-se mecanismos de punição e depreciação, que a juventude é "naturalmente" alienada, ou inclinada a "maus hábitos" , como o fumo, drogas, desregramento sexual e violência. "Sofreria, de fato, da rebeldia típica do imaturo, imaturidade e rebeldia aparecem, assim como sinonímia justificadora da ação coercitiva que se exerce a todo momento sobre o jovem" (idem, 6).

Há neste caso, uma incapacidade da ordem social de absorver a novidade e a mudança que as jovens gerações aportam, não por serem 'naturalmente rebeldes', mas por não terem o compromisso com as relações sociais que encontram já estabelecidas. São ao mesmo tempo as protagonistas e as anunciadoras de transformações que estão se verificando nessas relações, de que a maioria dos integrantes das camadas sociais integradas ou assimiladas completamente à ordem se recusa a tomar conhecimento (MADEL, 1993:6).

A discussão muda de enfoque na medida que o jovem passa a ser o responsável pela incapacidade do sistema produtivo de absorvê-lo. Ele é potencialmente um desviante dessa ordem a ser protegida, um indisciplinado em potencial. Madel (1993) trabalha com a hipótese de que este auto-controle disciplinar é uma das explicações político institucionais para a exclusão da adolescência do exercício da cidadania, que se soma a já mencionada incapacidade do sistema produtivo de absorvê-lo.

"Esta dupla situação - exercício do controle social e exclusão da ordem econômica - fornece o conjunto de representações sociais sobre o jovem justificando medidas posteriores de cassação de quaisquer direitos de cidadania, de práticas de repressão legal, de internação e de eliminação física" (idem, 7).

No Brasil, particularmente, a partir da segunda metade da década de 50, a ordem social, jurídica e política foi sendo transformada, impulsionada, majoritariamente, pelos adolescentes das camadas "médias". É marca dessas camadas médias urbanas das últimas décadas o repúdio ao "sistema" em seus aspectos moral, econômico, político, sexual e institucional. Esse inconformismo

tem se alastrado para além das citadas camadas médias pelos filhos das classes populares, "coisa inédita em nossa história", destaca a autora (op. cit).

A recusa de uma ordem econômica predatória em relação ao meio ambiente e à força de trabalho, injusta quanto às relações de produção e à apropriação coletiva da riqueza social concentradora de poder em todos os níveis, é um traço comum dos movimentos políticos da juventude, de 68 para cá (...). Entretanto, há que salientar que da rebeldia dos jovens dos anos 60 à marginalização política, econômica e social do final dos anos 80 aprofundaram-se, por um lado, as grandes contradições das sociedades industriais (capitalistas e socialistas), e por outro, a distância entre ordem social e juventude (idem, 9).

Pelo prisma das autoridades políticas e institucionais, esse inconformismo é visto como alienação, delinqüência ou subversão, podendo ser percebido um abismo entre as gerações que representam o poder e as que a ele são subordinadas.

Os cidadãos de todas as classes sofrem os efeitos do poder de uma ordem social que exerce seu caráter opressivo sobre todas as idades e classes. Mas, os impactos do controle e da repressão institucionais têm sido muito violentos sobre as gerações jovens. Ao observar as estatísticas sobre a causa de mortalidade por faixa etária da OMS, percebe-se um aumento acentuado no número de mortes, neste segmento populacional, nas grandes cidades, nos últimos 30 anos.

Dentre outros tantos aspectos que envolvem a temática, estudos na área médico-epidemiológica tendem a identificar a adolescência como um período de ajustes frente às mudanças físicas (biológicas, hormonais) e emocionais que caracterizam a passagem da infância para a idade adulta, período com natural predisposição à experimentação, à procura do novo/desconhecido e, portanto, de grande suscetibilidade a comportamentos de risco. A produção acadêmica caracteriza-se por buscar identificar e quantificar fatores de risco que possam acometer a saúde e o desenvolvimento normal – ou esperado – do adolescente.

Na esfera da sexualidade, o anseio está em estabelecer os nexos causais entre práticas sexuais e os seus desdobramentos para a vida dos jovens. Diagnosticar fatores de risco que concorrem para o início da vida sexualmente ativa geralmente vem acompanhado pela classificação "precoce", bem como pela tentativa de estabelecimento da gravidez na adolescência como conseqüência da

falta de informação acerca da utilização adequada dos métodos contraceptivos. Assim, a gravidez na adolescência é vista como um grave problema social e de saúde pública na medida em que acarreta riscos biológicos e limitações tanto para as mães quanto para a prole.

No campo dos estudos sócio-demográficos, são colocados na pauta fatores macro-sociais e variáveis demográficas como a distribuição espacial e etária, nível socioeconômico da população, taxas de fecundidade, níveis de escolaridade, que ajudam a compor todo um panorama alarmista em torno da gravidez na adolescência. São erigidas estritas ligações entre gravidez na adolescência e pobreza, gravidez na adolescência e evasão escolar, a gravidez na adolescência e mortalidade materna, gravidez na adolescência e instabilidade de vínculos, gravidez na adolescência e tipos de famílias constituídas entre outros<sup>47</sup>.

### **3.2 - Refletindo sobre a sexualidade**

A categoria sexualidade é polimorfa, apresentando uma infinidade de significações construídas cultural e socialmente, com determinações históricas particulares.

**A sexualidade é um elemento basilar da vida humana e encontra-se presente desde o nascimento até a morte, compreendendo um conjunto de emoções, sentimentos, fantasias, desejos e interpretações, as quais o ser humano vivencia ao longo de sua vida, através da relação consigo mesmo e com as pessoas. É a partir da vivência que a sexualidade vai sendo construída e logo vai sendo formada e determinada de acordo com a cultura da sociedade em que o indivíduo a experimenta. Na construção social do fenômeno da sexualidade estão intrínsecos valores sociais, morais,**

---

<sup>47</sup> Pesquisa realizada por GAMA, S. e outros, intitulada **Gravidez na Adolescência como Fator de Risco para Baixo Peso ao Nascer no Município no Rio de Janeiro, 1996 a 1998** constatou que a gravidez na adolescência apresenta como fatores de risco para a mãe maior chance dos filhos nascerem com baixo peso (<2.500 gramas); exposição a abortos; distúrbios de ordem afetiva e para o recém nato maior taxa de morbidade e mortalidade (apesar dos avanços nos diagnósticos pré- natais, especialmente entre os filhos de menores de 15 anos);distúrbio de ordem afetiva. Cabral (2002:12), entretanto, apoiada em estudos de Stern e Garcia, destaca que a idade por si só, comprovadamente, não é fator de risco, salvo para casos de gestação em adolescentes menores de 14 anos.

**religiosos, que, muitas vezes, reduzem este fenômeno a genitalidade e, até mesmo, a transgressão.**

**A contribuição de Foucault (1985) para a reflexão da sexualidade vislumbra possibilidades de tratar o assunto como repressão, poder, preconceito, interdição do corpo, desejo, paixão, prazer, controle, pecado, opção sexual, construção de papéis sexuais e doenças sexualmente transmissíveis.**

Não podemos deixar de destacar, também, a intimidade existente entre os conceitos de sexualidade e gênero, sexualidade e sexo, sexualidade e direitos reprodutivos e direitos sexuais<sup>48</sup>, sexualidade e reprodução (fertilidade-mortalidade). sexualidade e trabalho.

A sexualidade 'grita' porque em toda sociedade ela se encontra subordinada às condições de reprodução das relações sociais que não derivam dela, mas que a obrigam a ter com seus próprios meios e um discurso que, para o essencial, não vem dela e vai além dela, pois legitima a ordem a qual ela deve se submeter. Essa subordinação não é somente de um domínio da vida social às condições de funcionamento de outras relações sociais. (GODELIER apud LOYOLA.

Destarte, o fenômeno da sexualidade está estreitamente articulado a reprodução da força de trabalho, como corrobora Mantega (1979: 99-110), fazendo uma abordagem preliminar de obras de pensadores clássicos como Freud, Reich, Marcuse, Foucault. Ao salvaguardar as singularidades e particularidades nos estudos cada um, o cerne das questões abordadas por eles vincula sexualidade a reprodução.

Neste artigo, Mantega sugere que nos primórdios do capitalismo a moral repressiva deveria facilitar a formação de novos contingentes de trabalhadores e desse modo o sexo "normal" era aquele restrito à procriação para que não se desperdiçasse tempo e energias, canalizando-os para o trabalho nas fábricas.

Francisco Oliveira (1998), ao analisar o conceito marxista de reprodução humana na era do capitalismo em seu estágio monopolista, associa-o aos entraves na relação entre capital e população. Incorpora ao debate para a compreensão do fenômeno da reprodução humana a os conceitos essenciais de "mortalidade" e "fertilidade".

Nesse sentido, a fertilidade é subordinada à mortalidade, ou, em outras palavras, a mortalidade é sobredeterminante no conjunto dialético mortalidade-fertilidade ou na reprodução da população.

A fertilidade deve ser entendida como um componente do custo de reprodução da força de trabalho, compreendida, portanto, como um aspecto do "gasto de trabalho" (...). Mais explicitamente: o trabalhador, na sua submissão formal e real ao capital, não é dono sequer dos meios de consumo que consome, nem de sua família (OLIVEIRA.1998:139).  
re  
so  
resultado aleatório, não planejado, e essa aleatoriedade está presente no fato de que os salários não são

---

<sup>48</sup> Sobre estas temáticas é interessante a leitura dos artigos do livro Sexualidades Brasileiras, organizado por Richard Parker e Regina Maria Barbosa, da Editora Relumê Dumará, 1996.

pagos tendo em vista o tamanho da família do trabalhador, mas determinados, de um lado, pela virtualidade técnica que ele transfere ao capital, e, de outro, pelo valor que incorpora ao produto.

A discussão é aprofundada pelo autor na obra citada, ao abordar a mortalidade como o “consumo” das forças de trabalho ou da sua negação, a fertilidade responde pela reposição de uma das reservas das forças de trabalho, talvez a mais remota reserva, que é a reprodução da população; pois sob o capitalismo, a mais próxima reserva de forças de trabalho é a própria população excedente, cujos movimentos de expansão e/ou de contração são determinados pelo ciclo da acumulação de capital e não pelos movimentos demográficos.

### **3.3 - O fenômeno da gravidez na adolescência no espaço escolar**

Para compreendermos a questão da gravidez na adolescência em nosso estudo, buscamos destacar como trilhas possíveis para acessar as políticas públicas voltadas para a adolescência no Município do Rio de Janeiro, temáticas a saber: a concepção de prevenção; responsabilidade pela gravidez na adolescência; a relação facilidade/dificuldade da escola lidar com a questão; a mídia e sua interface com a sexualidade e os assuntos que os adolescentes querem conhecer. A abordagem dessas temáticas teve como eixo a fala dos sujeitos pesquisados e o referencial teórico utilizado nesse trabalho. Procuramos, a partir do discurso dos entrevistados, avaliar o seu significado. Nos itens a seguir estas questões serão tratadas.

#### **3.3.1 - A concepção de prevenção presente nos diversos sujeitos pesquisados**

De acordo com Ferreira (2000), o verbo prevenir tem como significado dispor com antecipação, ou sorte que evite mal ou dano; chegar, dizer ou fazer antes de outrem; interromper, atalhar; avisar, informar com antecedência. Houaiss (1993), entretanto, dá um sentido de movimento ao termo atribuindo-lhe o sentido de preparar-se para o desenvolvimento de alguma ação, sem, contudo, relacioná-la a alguma situação que seja danosa para a vida.

Neste sentido, os sujeitos precisam preparar-se para algum acontecimento para o qual eles tenham as informações e os meios necessários que lhe permitam fazer as mais variadas opções inerentes aos múltiplos aspectos da vivência cotidiana.

A primeira vista, o sentido da palavra está relacionado à exposição aos riscos, que, de alguma maneira, traz consigo uma conotação coercitiva, tendendo a disseminar medo, perigo, insegurança como está colocado no depoimento a seguir, quando abordamos a compreensão que a aluna tinha acerca da prevenção relacionada com sexualidade na adolescência:

Ainda mais que é jovem, essas coisas todas, a menina e o menino, é um perigo... que o menino... e muito, tem muitas meninas aí... Eu acho que o menino também, que o menino ele fala esses negócios aí e já vai conhecendo. A menina e a menina acaba se entregando... ainda mais esse negócio de gravidez, menina se perdendo rápido, eu acho que a escola deveria tratar sim... Coisa pesada... (Lucimar - 17 anos - aluna da 6ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L")

Esta fala ecoa no discurso de uma professora quando indagada sobre a mesma questão respondida pela aluna acima citada:

Prevenir é “fazer a cabeça”, é ler, ver filmes, conversar, os métodos usados da medicina. (Milena - 46 anos - professora de ciências da escola "M")

A cultura da escola, de uma maneira geral, faz com que na relação pedagógica educador-educando, em se tratando, especialmente, de sexualidade, ancore-se na verticalidade da relação entre os referidos sujeitos, como está expresso na fala acima, facilitando que

“respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino dos fatos seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. Além disso nessa cultura, modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes. Tudo isso faz com que as questões da sexualidade sejam relegadas ao espaço das respostas certas e erradas” (BRITZMAN, 2000:85-86).

Ao mesmo tempo em que se adota o disciplinamento dos corpos dos sujeitos como estratégia, desdobra-se a vigilância sobre a sexualidade, a fim de abafar o debate propulsor de muitas buscas e descobertas sobre o assunto, fazendo parte do que Louro (2000: 26) denominou "dessexualização da escola", pois a escola ao mesmo tempo em que deve incentivar a sexualidade "normal", deve controlá-la.

De acordo com Weeks (2000: 42), "A Igreja e o Estado têm mostrado um contínuo interesse no modo como nos comportamos ou como pensamos". O autor continua ressaltando que nos últimos séculos observou-se um crescente interesse por várias áreas do conhecimento acerca da sexualidade, dentre elas a medicina, a psicologia, o trabalho social, as escolas, sempre buscando "regular as nossas atividades corporais". Louro (2000: 25) acrescenta que essas instâncias colocam em prática várias tecnologias de governo, algumas até muito sutis, que se complementam entre si, "tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos".

Dentro dessa perspectiva, consideramos que não podemos perder de vista a importância da legitimidade da discussão do auto-cuidado na vida das pessoas, desde que este debate seja situado histórico e culturalmente, ou seja, politizado. Entretanto, o que vem acontecendo é a construção da sexualidade adolescente como um problema de saúde pública, como foi aludido anteriormente, dando ênfase às conseqüências negativas da atividade sexual neste segmento populacional. Este enfoque traz consigo uma concepção de sexualidade associada a medo, perigo e não a do sexo seguro<sup>49</sup> especialmente nos tempos em que a AIDS cresce a olhos vistos entre a população adolescente. Tenta-se construir e imprimir padrões hegemônicos de adiamento do exercício da sexualidade para depois da conclusão do processo de escolaridade (preferencialmente após a conclusão do curso superior), buscando-se refutar a gravidez na adolescência, atrelando-a a gravidez indesejada<sup>50</sup>. Esta perspectiva pode ser observada nos depoimentos abaixo:

Que tem que **ter muito cuidado** pra não pegar doença e também pra não engravidar... (Luana - 17 anos - aluna 7ª série da escola "L")

Que tem que **ter muito cuidado** para não pegar doença e também para não engravidar (...) Eu acho que **prevenindo você corre menos risco**... (Marta - 14 anos - aluna da 7ª série da escola "M")

---

<sup>49</sup> Paiva (1996: 214) expõe que os números da "epidemia" de gravidez adolescente e da AIDS reelaboram a sexualidade adolescente como um problema social, de saúde pública, além de um problema moral. Entretanto, ressalta a autora, esses números não são neutros, não escapam da moral.

<sup>50</sup> Dodooriam (2001) questiona esta perspectiva hermética de se tratar o referido fenômeno. Heilborn et al (2002) e Rohden (2002) destacam que é imperativo desconstruir a homogeneidade que permeia o fenômeno. É necessário "problematizar os discurso que tomam este fenômeno como algo único. Isso significa inserir o tema da gravidez na adolescência em um contexto mais amplo e sobretudo considerar a diversidade dos jovens brasileiros de acordo, com as variações sócio-econômicas e culturais" (ROHDEN, 2002: 167)

A prevenção não tem como fugir, a prevenção ela é importante porque você não deixa acontecer coisas ... Me fez lembrar Newton: "A toda ação corresponde a uma reação", **a cada atitude errada há uma reação de comum acordo com essa atitude**, não é? E a terceira lei de Newton da ação e reação, terceira lei da mecânica clássica, ela vem a gerenciar não só a matéria, não só energia, mas a nossa conduta moral... então, quer dizer, ela é importante nisso.. para todo ato equivocado vai haver uma ação correspondente a isso. Se o ato é agradável muito bom, se não é (...)" (Moisés - 41 anos - professor de matemática da escola "M")

Esclarecimento dos riscos, diálogo esclarecedor, fazer sexo seguro, saber os riscos. Existe uma necessidade de se desvincular o ato da garantindo a livre escolha do adolescente. "Como eu cheguei aos 18 anos e sou virgem?". Hoje em dia existe uma pressão maior para que a menina perca a virgindade. É importante ligar a sexualidade com o emocional, preservar a relação afetiva, não se deve levar a intimidade que se tem com um parceiro para o outro. Atualmente é comum não se saber de quem é o filho por ter transado com várias pessoas ao mesmo tempo. Falar de gravidez envolve auto-estima porque o corpo muda, a menina fica sempre mais caidinha que as outras da mesma idade. (Maila - 43 anos - coordenadora pedagógica da escola "M")

Outra questão que é apontada, sobremaneira, nos depoimentos da escola que possui o Núcleo de Adolescentes Multiplicadores (NAM) e atravessam o discurso dos professores entrevistados, diz respeito à **INFORMAÇÃO**:

Pois é, a prevenção deveria vir desde a infância, inclusive para que quando chegue a adolescência, ele já tenha um conhecimento tal, que ele já até saiba se prevenir, desde a infância tudo acontecendo, eles vão percebendo tudo ao redor e já saberão... (Liane - 46 anos - professora de língua inglesa da escola "L")

Informação... É só com que a gente pode lidar, infelizmente informação os nossos alunos até têm, mas você vê que na hora mesmo... todos os anos têm várias meninas grávidas, a questão da doença sexualmente transmissível a gente não sabe como é que anda, pelo menos a gente não tem essa informação, pelo menos nessa faixa de idade não aparece muita coisa, a informação... eles sabem direitinho como se prevenir, eles sabem as conseqüências... (Leoncio - 42 anos - professor de educação física da escola "L")

Eu acho que não é só ensinar a usar a camisinha não... que quando a gente fala de prevenção: "usar camisinha"... Não é isso não. Prevenção é realmente fazer um trabalho de conscientização, você vai se prevenir, mas vai estar se prevenindo consciente de quais são os passos do que você está fazendo, o que vai acontecer... Então prevenção pra mim... você me pergunta o que é prevenção, não é usar a camisinha, é esclarecimento do que tem de positivo e o que... é estabelecer responsabilidade, eu sou responsável pelo que eu faço... Aí você diz: "Mas fazer isso com o adolescente?" É difícil, mas não é impossível... Diz assim: "o posto está dando camisinha, o posto está dando camisinha, mas eu não gosto", então eu vou apanhar a camisinha porque eu quero me prevenir, porque se eu não fizer isso, eu vou ter essa responsabilidade... (Luzia - 42 anos - diretora adjunta da escola "L")

A última fala acima nos remete a Paiva (1996: 214) quando a mesma aponta que os estudos realizados por ela e por outros autores indicaram que se o tratamento dado à questão está focado na informação e na responsabilidade individual,

"não dá conta das dificuldades materiais e do contexto social que expõem as pessoas ao risco da gravidez indesejada ou do HIV. Por exemplo, o preço da camisinha e a falta de opções acessíveis para a contracepção e a saúde reprodutiva limitam a decisão individual de fazer sexo seguro."

A partir dos argumentos da autora, consideramos que existe uma lacuna entre o atendimento às necessidades dos sujeitos e a proposta apresentada na rotina da instituição de agendamento e outras demandas institucionais expressas no cotidiano das mesmas e que, muitas vezes, impedem que os sujeitos tenham o seu objetivo atendido de imediato.

O depoimento do diretor adjunto da escola que não possui trabalho com adolescente traz para o debate o prisma cultural endógeno a compreensão da sexualidade:

Você toma cuidado quando passa em algum lugar escuro à noite, eu acho que com o sexo é a mesma coisa, se você não tomar certos cuidados... camisinha, preservativos, evitar eu não sei se é o caminho mais difícil, né? Evitar de fazer, deixar de fazer falar isso pro garotos e pras meninas... aí entra também uma questão cultural? No momento que a gente vive, existe uma valorização muito grande do sexo, do corpo está presente em todos os segmentos. Você vê isso em televisão, rádio, jornais e a prevenção vem também desse lado... incentiva e ao mesmo tempo, proíbe... (Murilo - 37 anos - diretor adjunto da escola "M")

Esta fala sintetiza os múltiplos aspectos etimológicos da prevenção, desde o uso mais abrangente de métodos preservativos, inclusive a abstinência sexual, até a valorização do sexo, ao mesmo tempo em que ressalta a antinomia (incentivo e proibição) contextualizada no momento histórico vivido, onde a mídia tem um papel de relevância na "produção dos corpos" e dos próprios indivíduos.

Ainda na discussão da prevenção, a narrativa abaixo foi impar em nossa pesquisa e nos remeteu mais uma vez ao artigo de Paiva (1996: 218), quando ela destaca que, na tradição da pedagogia do oprimido como prática de liberdade, referindo-se a Paulo Freire, a "conscientização" é o fio condutor da ação dos educadores, sem, contudo ter o sentido estrito dado pela psicologia (ganho da consciência), vai muito além, porque pressupõe a noção de si mesmo como parte de um grupo social, resultado da história.

Eu acho que a prevenção ligada a sexualidade tem como o objetivo primeiro e último fazer daquele adolescente um ser humano feliz, bem resolvido, resolvido com ele mesmo, aceitando os limites dele. Parece utópico, parece uma coisa meio filosófica, meio fora da realidade, mas não é... eu acho que prevenção ligada a sexualidade é isso, é você dar subsídios a esse adolescente que não conhece o universo, não conhece o mundo para que ele quando precisar utilizar daquela prática, ele possa fazer com consciência, escolhendo, sendo feliz ...parece utópico, seria o caso de dizer que os adultos são felizes com todas as informações que eles têm e tudo mais... alguns são, outros não são, mas eu não sei se é por esse motivo, pode ser por outros motivos... então a gente fica, vamos dizer assim, no objetivo, talvez, entre aspas, na ilusão de que dando informação, você faz com que aquele adolescente que não conhece o mundo como um todo, que conhece até algumas coisas que a gente não conhece, que ele possa ter mais uma opção de vida, "eu estou fazendo isso porque eu quero, porque vai ser bom para mim... ou não estou fazendo porque não vai ser bom para mim...". Então é ter condições de escolha, eu acho que é basicamente isso... (Larissa - 52 anos - diretora geral da escola "L")

Este pode ser o caminho para o que Paiva (1996:216) denomina de "sujeito sexual", ou seja, que o indivíduo possa ser capaz de regular a sua vida sexual, implicando em:

- a) "desenvolver uma relação negociada com as normas da cultura, familiar e de grupo de pares;
- b) explorar (ou não) a sexualidade independente da iniciativa do parceiro;
- c) conseguir dizer não e ter esse direito respeitado;
- d) negociar práticas sexuais que sejam prazerosas para si, desde que aceitas pelo parceiros e consensuais;
- e) conseguir negociar sexo seguro;
- f) ter acesso aos meios materiais e serviços para efetuar escolhas reprodutivas, contraceptivas e de sexo seguro. "

Muito ainda temos que caminhar para conseguirmos ultrapassar os ditames do senso comum, na maioria das vezes impregnado pela "educação bancária", na perspectiva adotada por Freire<sup>51</sup>, a fim de que as questões inerentes à sexualidade sejam construídas a partir da prática da liberdade, como já falamos anteriormente. Esta tem como um dos pressupostos básicos a ênfase na prática dos educadores<sup>52</sup>, no estímulo a emergência do potencial reflexivo e criativo latente em cada ser humano. Assim, acredita-se que a partir do cotidiano vivenciado, os homens percorram um processo que vai do espectador ao protagonista e que constitua-se como tal.

### **3.3.2 - Responsabilidade sobre a Gravidez na Adolescência**

Com o objetivo de melhor compreendermos como o fenômeno da gravidez na adolescência se expressa na escola, indagamos aos entrevistados de todos os segmentos (alunos, professores e direção) sobre a incidência de gestação, no ano

---

<sup>51</sup> Na concepção "bancária", a educação é um ato de "depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos", partindo do pressuposto de que o educando, metaforicamente, é considerado uma caixa vazia, é alienado de sua existência, enquanto o educador "doa" seu saber àqueles que nada sabem. A prática educativa não prevê a relação de troca, de construção coletiva do saber. (FREIRE, 1983:67)

<sup>52</sup> Quando falamos em prática educativa estamos nos referindo, inclusive, às práticas desenvolvidas nas instituições de saúde, como já foi colocado no capítulo 2.

de 2001, na unidade onde os mesmos estavam inseridos. As repostas foram muito fluidas em todos eles, sem que pudéssemos chegar a um consenso em relação à quantidade de gestantes existentes. Este fato nos chamou muita atenção, porque este foi um dos critérios de elegibilidade de nosso estudo para definirmos a escola sem o trabalho do NAM. A fluidez dos dados nos levou a acreditar na ineficiência do acompanhamento das situações de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar como está expresso na legislação<sup>53</sup> em vigor.

A interrupção da trajetória escolar é recorrente em muitos estudos sobre a adolescência (GUIMARÃES, 1998; SOUZA, 1998; HEILBORN et al, 2002). De acordo com Rohden (2002:3) a classe social é um dos fatores determinantes que promove variações importantes relacionadas ao abandono precoce da vida escolar relacionada à gravidez. Entretanto, adverte a autora, este evento, freqüentemente, ocorre num contexto onde já houve o abandono da escola. Desse modo, diante do emaranhado de fatores que envolve este fenômeno, "é perigoso, por exemplo, afirmar que a gravidez na adolescência é responsável pela evasão escolar" (ROHDEN, 2002:166).

Nossa pesquisa empírica apontou que o episódio da gravidez na adolescência reflete distintamente em cada uma das unidades escolares estudadas, sendo que na escola "M" (que não possui no NAM) este é um dos motivos que impulsiona a aluna a sair da escola, como está expresso na narrativa a seguir:

"Muitos casos acontecem, mas as famílias não informam. A gravidez é a demonstração explícita do sexo. A gravidez provoca dois tipos de comportamentos nas jovens mães: Aquelas que assumem o filho tornam-se mais responsáveis, aquelas que não assumem o filho procuram apagar a fase anterior ao nascimento do filho, existindo uma necessidade de apagar esse momento. Por isso, a menina sai da escola, busca novos grupos que não tenham conhecimento desse seu "deslize". Por isso as mesmas saem da escola, procuram apagar os vínculos estabelecidos com qualquer grupo que saiba do ocorrido. Desse modo, elas rompem com a escola". (Maila – 43anos - coordenadora pedagógica da escola "M")

Já na escola "L" este movimento é inverso, pois as alunas que foram, de alguma maneira, convidadas a deixarem a sua escola de origem, procuram esta unidade para não se sentirem obrigadas a abandonar a trajetória escolar, como

---

<sup>53</sup> O ECA em seu artigo 56 estabelece que "os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de (...) II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares (...)".

nos relata a diretora geral da escola "L":

"Nós não temos casos de evasão em função da gravidez, muito pelo contrário, o que a Lúcia citou das pessoas que são rejeitadas em outras escolas e chegam aqui a gente da a matrícula e não sabe, depois a mãe sinaliza que aquela menina está grávida e a gente reconduz." (Larissa - 52 anos - diretora geral da escola "L").

Além dos dados de nosso trabalho de campo, verificamos no monitoramento da área da 7ª CRE, realizado anualmente pelo Projeto de Orientação em Saúde Reprodutora para Adolescentes, que nos anos de 2001 e 2002, 26% e 18%, respectivamente, das alunas que engravidaram, abandonaram a escola. Estes dados são bastante instigantes e nos remete a possibilidade de pesquisas futuras.

Outra questão levantada no trabalho de campo, especialmente, na entrevista conjunta com os alunos da escola onde não existe o NAM refere-se à frequência da prática do aborto entre as escolares dessa unidade, cujos comentários ultrapassam a privacidade dos sujeitos e alcançam o pátio, os corredores, os portões da escola.

Muitas (alunas) que abortaram também... Tem muitas mesmo aqui na escola que abortaram (...) É o que eu digo, contar para um, esse um passa para outro, para outro, para outro e a escola toda fica sabendo... rola fofoca. (Magda - 13 anos - aluna 6ª série da escola "M")

O aborto, assim como a evasão escolar, muitas vezes decorrente de gestação na adolescência, contribui para camuflar a realidade dos dados. Giffin (1995: 62) afirma que no Brasil a ilegalidade do aborto impede o conhecimento exato deste fenômeno. A autora argumenta que dimensionar o aborto provocado, para além da ilegalidade e de complexidades metodológicas esbarra na questão do

mito do amor materno incondicional e a importância fundamental e o próprio sentido de "ser mãe" cristalizado na construção social da identidade feminina. Na ótica de muitas religiões, certamente na católica, é pecado. Talvez por isso tudo, as mulheres não façam frequentemente distinção entre "fazer a menstruação descer" e "fazer um aborto".

Sobre a responsabilidade da gravidez, as questões relacionadas ao gênero<sup>54</sup> atravessam o fenômeno, sendo a família, da adolescente do sexo

---

<sup>54</sup> A categoria gênero pode ser definida como a organização social da diferença sexual, não refletindo apenas a realidade biológica da diferença dos corpos que se destaca, mas no sentido de sua construção nas relações estabelecidas com essa realidade.

"Eu acho que a responsabilidade pela gravidez é dos pais, porque ela não sabia o que ia acontecer (...)" (Marli - 14 anos - aluna da 5ª série da escola "M")

feminino, responsabilizada pela ocorrência da mesma, seja porque não estabeleceu os limites a serem cumpridos pela filha, seja porque não a orientou, nem instrumentalizou-a a fazer as suas opções contraceptivas adequadas:

"Porque se os pais tivessem conversado na hora exata, no momento exato, ela não tinha ficado grávida... por isso que às vezes eu culpo muito os pais e às vezes algumas pessoas não concordam, se tivesse conversado sobre tudo, ela não tinha ficado grávida, com certeza..." (Liana - 15 anos - aluna da 8ª série da escola "L")

"O pai e a mãe da filha. Eu acho que eles são os culpados de muita coisa de ruim que está acontecendo na sociedade, são os pais e as mães, principalmente de pessoas... não em geral, os pais e as mães... A família perdeu o controle porque não quer ter o trabalho e na verdade porque ela quer que alguém faça esse serviço, e esse alguém é a escola... É a minha maior crítica em relação à família, que joga em cima de nós uma responsabilidade que nós temos que ter, mas não primordialmente... Primordialmente é o pai e a mãe que tem que educar, porque eu sou educado pelo meu pai e pela minha mãe. Eu devo a minha educação política aos meus professores, mas a minha educação ética, ao meu pai e a minha mãe." (Manoel - 28 anos - professor de educação física da

Porque a família é a que mais atua sobre todo indivíduo, é a família. (Laís - 37 anos - professora de ciências e coordenadora do núcleo de adolescentes da escola "L")

"Tem mães até que orientam e a filha aparece grávida... eu acho que a falta de ocupação do adolescente, eles sabem como evitar, porque vêem tudo, a maioria sabe, mas eu acho que também é a falta de ocupação, a falta de responsabilidade, eu vejo meninas que namoram o dia inteiro... essa falta de educação, de orientação, de informação também, mas a oportunidade que eles têm, eles têm uma vida muito ociosa, os adolescentes hoje em dia... Então essa vida ociosa não dá a preocupação ao aluno sobre o seu futuro... e as carências afetivas, falta mãe, falta pai, a gente sabe o quanto influenciou na nossa vida na nossa época, esse carinho e essa atenção da mãe, há mães que marcavam até no calendário o dia que a filha ficou e investigavam: " Você já ficou? Você não ficou..." Essa preocupação, essa vigilância... os nossos alunos são filhos de mães que foram mães adolescentes... sempre a responsabilidade é dividida pelo aluno, pelo adolescente que sabe, mas vai e a família que dá chance, a criança vai e chega de madrugada em casa, tanto para a menina quanto para o menino, esse elemento facilitador que é a vida livre..." (Lídia - 57 anos - coordenadora pedagógica da escola "L")

De acordo com Minayo (1999: 83-106) a família é uma organização social complexa, lócus da política, misturada no cotidiano das pessoas, nas discussões de filhos com pais, nas decisões sobre o futuro e, potencialmente, um espaço de afeto, conflito e contradições.

*"(...) las tendencias modernizadoras de la época contemporánea que han transformado el contexto socioeconómico, político y simbólico en que existe y se desarrolla la familia. Entre éstas se mencionan la globalización, de la vida económica y social, la consolidación de la democracia como sistema de gobierno y protección de los derechos de las personas, la aparición de una cultura audiovisual de crecientes vínculos internacionales y la universalización de la educación. "* (Ediciones de las Mujeres Nº 20, 1994 – Isis Internacional)

Mesmo com todas as transformações ocorridas na família contemporânea, nas três últimas décadas (Hobsbawn, 1995; Calderón, 1994), esta ainda ocupa um papel central na sociabilidade dos sujeitos, atuando “na moralidade e na autoridade da religião sobre o cotidiano das pessoas, incluindo-se aí as experiências da vida sexual” (MINAYO, 1999: 87).

Nas narrativas, tanto as que responsabilizam a família quanto as adolescentes do sexo feminino pela gravidez, fica evidente a naturalização<sup>55</sup> das relações de gênero. Altmann (2002: 12) remetendo-se a Geertz reforça que não existe natureza humana independente da cultura e o tornar-se humano está ancorado nos padrões culturais, nos "significados criados historicamente em termos dos quais dá-se forma, ordem, objetivo e direção à vida".

O que se apresenta na sociedade é que a mulher tem que ter mais responsabilidade com a prevenção. Os dois têm que ter responsabilidade, mas **o homem é amoral por natureza** (apresenta no físico que está excitado). (Milena - 46 anos - professora da 4ª série da escola "M")

É recorrente nos depoimentos que, apesar de estarmos no início do século XXI, percebemos que em nossa cultura urbana ainda estão arraigadas tradições culturais ligadas à sexualidade com forte influência judaico-cristã, refletindo em muitas narrativas um cunho conservador.

Apesar de passadas quase três décadas do período denominado "revolução sexual", as gerações mais jovens ainda reproduzem padrões anteriores a este período, embora o debate sobre as diferenças de gênero, fruto da luta do movimento de mulheres, esteja nas ruas, na mídia, na produção acadêmica.

"Eu falo que é bonito (a relação sexual), mas tem que ter cuidado pra **não jogarem a vida fora**, a juventude fora, a responsabilidade tanto do menino quanto da menina... Eu sempre pedia muito: "Gente, frisa a responsabilidade do homem porque isso aí é que está difícil hoje em dia!" Eu sempre pedia a eles (as pessoas que iam dar palestras na escola que ela trabalhava): "Gente, por favor, frisem a responsabilidade masculina, porque os homens estão sendo criados para ser irresponsáveis e não pode...". Eu tenho muito medo das minhas filhas, com netos hoje em dia ficar passando isso. Eu falo que a mulher brasileira é a mulher mais machista que existe. Mais do que os homens brasileiros até. Nós somos criadas assim... primeiro a gente tem que corrigir a gente mesmo pra poder passar pra eles? Nós é que somos machistas..." (Marilu - 52 anos - diretora da escola "M")

<sup>55</sup> “A definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação das diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças” (BOURDIEU, 1999: 23).

Na escola que não possui as ações do NAM, apenas um aluno apontou que a responsabilidade sobre a gravidez é do homem alegando que "se ele tiver uma relação sexual sem proteção e engravidar alguém vai ter que assumir o filho". É interessante destacar que no grupo de alunos pesquisados, este era o único adolescente trabalhador. A inserção no mercado de trabalho estaria relacionada à atitude do aluno de co-participação na responsabilização da gravidez e todas as conseqüências dela decorrentes?

Outro ponto que aparece nos discursos de ambas as escolas trabalhadas quanto à responsabilidade dos pais da adolescente sobre a gravidez, é, no mínimo paradoxal, quando está relacionada ao controle da sexualidade de suas filhas, o que nos remete ao ditado popular que diz: "Prendam suas cabras que os meus bodes estão soltos", ou seja, aos adolescentes do sexo masculino tudo é permitido, enquanto para as do sexo feminino devem ser, minimamente, "puras" e "castas" (PAIVA, 1998; DESSER, 1993). Não sendo possível essa opção, as mesmas devem preocupar-se com a contracepção, até mesmo "exigindo" que o parceiro tome as precauções necessárias como se o homem fosse eximido de proatividade em matéria de anticoncepção.

"Para mim (a responsabilidade) é delas e dos pais (...) Porque os pais deixaram ela muito solta. E ela porque não se preveniu na hora. (...)" (Mateus - 16 anos - aluno da 6ª série da escola "M")

"Eu acho que o homem, sei lá, na hora ele não quer saber de nada... o homem não quer saber de nada, só quer saber de fazer, na hora ele não quer saber de se prevenir, eu acho que as mulheres deveriam tomar mais consciência do que os homens." (Mary- 14 anos - aluna da 8ª série da escola "M")

"Das próprias meninas (...) Os meninos também, mas eu acho que é mais das meninas, que os meninos qualquer menina que eles vêm pela frente deles eles atacam, as garotas que tem que se cuidar, se quer ter alguma relação usa um remédio, vai no ginecologista, ou então pede o menino pra se prevenir, entendeu? Essas coisas." (Mércia - 15 anos - aluna da 8ª série da escola "M")

"A menina que fez porque quis... Porque ela que fica com o filho na barriga nove meses, ela tem que cuidar do filho..." (Luciana - 12 anos - aluna da 5ª série da escola "L")

"Sinceramente, continua sendo a menina, porque eu acho que se ela tivesse um pouco mais de consciência ela evitava a situação da gravidez, até poderia ter uma vida sexual mais consciente, mas certamente todos são responsáveis, o rapaz também". (Leôncio - 42anos - professor de educação física da escola "L")

"Quem é responsável pela gravidez segundo a biologia, a sociologia, as "gias" é o homem, mas quem sempre pega a responsabilidade é a mulher... Já tá tudo errado, o homem que é responsável pela gravidez... Biologicamente é o homem, não é isso... culturalmente quem é responsável pela gravidez é a mulher, quer dizer o ato de engravidar, agora a gravidez, o filho, a criação... sinceramente eu não sei quem é responsável..." (Lenise - 50 anos - professora de língua portuguesa da escola "L")

Eu acho que hoje é muito mais as meninas... Hoje eu percebo as meninas... você trabalhando com adolescente você percebe isso muito forte, é elas quem procuram, é elas que chamam, na realidade a gravidez é de responsabilidade dos dois, mas eu acho que quem leva mais, quem chama mais, quem ouriça são elas... (Luzia - 42 anos - diretora adjunta da escola "L")

Neste último depoimento, existe um estranhamento da mulher se tornar mais ativa no que se refere ao jogo da sedução e, por isso mesmo, subliminarmente ela acaba também sendo responsável pela gravidez, ou seja, independente da mulher ser ativa ou passiva no que se refere a sua vida sexual, ela acaba sendo sempre culpabilizada pelas intercorrências que possam acontecer.

#### De acordo com Desser (1993:152)

A identidade da “mulher moderna” inclui a aspiração ao controle da própria sexualidade. Mas essa aspiração está comprometida pelos liames que atam a jovem “mulher moderna” a uma sexualidade que é “normal”, mas que deve legitimar-se pela “inocência” e pela “honestidade”. (...) [reflexo da contradição entre] este sexualismo difuso e o que o que pode ser denominado sancionamento condicional do exercício da sexualidade. Assim, uma adolescente pode reconhecer como ligada ao direito de pôr em prática uma dada conduta sexual: pode se reconhecer como membro de um grupo, aquele das adolescentes dos anos 90, com direito à sexualidade legítima, diferente da geração de sua mãe, ao mesmo tempo que orienta o exercício da sexualidade por normas que suspendem o exercício consciente e programado da sexualidade – normas diferentes das que regulam a sexualidade masculina e com pontos em comum com as que regulam a sexualidade de adolescentes de gerações anteriores – a fim de se pôr de acordo com o “normal”.

A gravidez na adolescência foi considerada pelos alunos freqüentadores do Núcleo de Adolescentes como de responsabilidade tanto do homem como da mulher, de acordo com as narrativas selecionadas abaixo:

"Se um dos dois falar eu não quero, então não vai ter..." (Luara - 17 anos - aluna da 7ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L" )

"A responsabilidade é dos dois porque eles sabem na hora o que eles estão fazendo (...) Eu sei que o tesão é grande e tal, mas eles têm que ter noção do que tão fazendo..." (Lenira - 15 anos - aluna da 8ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L" )

"Primeiro porque ela quis e ele também, depois ela vai ter que tomar conta do bebê que o bebê não vai poder ficar sozinho, amamentar o bebê, ele vai ter que arrumar um trabalho para sustentar o filho... Por isso que eu acho que a responsabilidade é dos dois, os dois quiseram fazer e agora têm que tomar conta". (Leonardo - 15 anos - aluno da 6ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L" )

Estariam esses discursos diretamente relacionados ao trabalho desenvolvido pelo NAM? Os efeitos de um trabalho educativo sobre a sexualidade podem se refletir na seguinte assertiva de Paulo Freire:

"(...) no momento em que você, num trabalho sério, crítico sobre a sexualidade, você desafia o jovem a pensar em torno de seu corpo, não há dúvida nenhuma de que no fundo o cara descobre a importância de seu corpo no mundo. A importância de descobrir, desinibidamente, o seu corpo no mundo. Ele descobre o corpo com o mundo, o corpo com os outros... Então, de maneira nenhuma a informação sexual filosoficamente posta, cientificamente posta, pode levar a qualquer descompasso. O que leva ao descompasso é a falta de compreensão, é a compreensão do corpo que se esconde no esconderijo para não desvelar nunca o corpo. Quer dizer, é o esconderijo que leva o corpo não à curiosidade, mas à perdição dele mesmo". (FREIRE apud SILVA, 2001a: 92-93)

A solidariedade foi apontada por algumas alunas como um aspecto que deve ser reforçado pela escola, que, se for necessário, deverá doar alimentos, especialmente, para as alunas que estiverem faltando a escola em decorrência da gravidez:

Acho que tinha que ligar pra casa da pessoa e perguntar o que aconteceu e ajudar, né? **Fazer uma doação...** Dá assim leite... um monte de coisas, uma cesta básica... (Luciana - 12 anos aluna da 5ª série da escola "L")

Em contrapartida, distintamente da aluna do depoimento acima, também vinculada à escola que possui o NAM, uma professora criticou certas manifestações que ocorrem no interior da escola, concebendo-as como paternalistas, que acabam por desobrigar os jovens pais a arcarem com a responsabilidade de seus atos.

"A responsabilidade é dos dois, mas eu acho até que existe uma postura muito paternalista, porque a menina acaba fazendo chá de bebê, acaba ganhando as coisas, antigamente até era pior, nós aqui começamos a perceber porque que estava todo mundo com pena, então todo mundo ajudava, então de repente passou a ser bom ficar grávida, porque todo mundo ajudava... Agora já parou, eu acho que são tantas grávidas, que eu acho que todo mundo resolveu mostrar que não é bom ficar grávida porque senão era um tal de todo mundo dá isso, dá aquilo, dá carrinho, a própria família: "Ah, coitada ela está grávida"... Coitada porque, é uma idiota, uma burra, porque toda família se reunia e ficava mexida, aí a família inteira ficava mexida e ia ajudar, ajudar, ajudar... os responsáveis pelos atos não faziam nada... recebiam tudo de mão beijada... Então, esses direitos eu acho que até existem, mas são questionáveis... Para mim em alguns casos eu acho que tinha que ser como mulher grávida quer... Porque por exemplo, quando a mulher lá na FAETEC tem mulheres bem mais velhas que tem filhos inclusive, elas são dispensadas da aula de educação física, não obrigada a fazer aula a noite, dependendo do curso, mas isso é dentro da lei, normal... Agora cria-se uma outra só pra grávida adolescente, eu acho que acaba sendo um pouco paternalista. (Lilian - 45 anos - professora de educação física da escola "L")

### **3.3.3 - As facilidades/dificuldades para a escola lidar com a gravidez na adolescência**

O preconceito, a discriminação, a vergonha, a falta de informação habitam o universo dos discursos dos alunos ouvidos em nossa pesquisa, quando questionados sobre as facilidades e dificuldades que a escola encontra para lidar com a gravidez na adolescência, sendo enfatizadas as dificuldades, que dão abrangência à temática e que está expressa nos discursos a seguir:

Eu acho que não deveria ter preconceito, não é? A menina sair, ter o filho e vir. Depois continuar estudando... As dificuldades... Ah, sei lá... É como eu falei, não devia ter preconceito, esses negócios assim... deveria ensinar mais e os pais deveriam informar mais... Para mim é dificuldade que os pais quase não ensinam... às vezes não tem pai, às vezes não tem mãe, fica aquela guerra e tal, aí é difícil para o adolescente saber o que fazer... (Márcia - 14 anos - aluna da 6ª série da escola "M")

Para mim é difícil, vai ter que tirar, ela não vai poder estudar grávida... Ainda mais aqui, tem algumas pessoas que ficam grávidas e têm vergonha de vir pra escola.... (Mateus - 16 anos - aluno da 6ª série da escola "M"))

De acordo com o ECA, a discriminação da criança ou do adolescente é uma infração aos seus direitos fundamentais, sendo passível de punição, por ação ou omissão. (Artigo 5º)

Na escola onde não existe um trabalho voltado para as questões emergentes da adolescência, os alunos não conseguiram ver facilidade para a intervenção, tal possibilidade é aludida na outra unidade deste estudo comparativo. Houve uma similaridade nos destaques dos depoimentos dos escolares de ambas unidades. O depoimento abaixo sintetiza as questões abordadas por este segmento:

Sofre porque ela é discriminada, a pessoa fala: "Pôxa, eu te avisei tanto"... Às vezes até zoada na rua ela é: " Olha lá está grávida, não sei o que, fez besteira, isso que dá, vai ralar para poder sustentar o filho, senão vai morrer os dois de fome.." Entendeu? Ela sofre humilhação, mas o que ela tem que fazer para não sofrer humilhação? Ela não transar, mas se ela quer tem camisinha, tem remédio... (Luíza - 12 anos - aluna da 5ª série da escola "L")

Apesar da "humilhação", da "discriminação" que pode advir das intercorrências do exercício da sexualidade sem proteção, havendo a possibilidade de redundar na gravidez, a prevenção é a indicação mais adequada para se evitar maiores constrangimentos e sofrimentos, adverte a aluna.

O depoimento abaixo também é muito rico para traduzir a possibilidade de se articular a gravidez à continuidade do processo educacional pelo prisma da garantia de um direito fundamental da adolescente:

As facilidades é que vão estar dando o direito dela estudar e as dificuldades porque às vezes a bolsa pode estourar dentro de uma sala de aula e a diretora não saber como fazer, pode encaminhar para qualquer hospital, mas não sabe se o pré-natal foi feito naquele hospital, se ela vai querer ter naquele hospital, as dificuldades dela cair e se machucar e não ter como fazer... eu acho isso... (Liana - 15 anos - aluna da 8ª série da escola "L")

O direito a escolaridade é destacado na narrativa supra citada, sendo este para a aluna um dado inquestionável, respaldado pela legislação em vigor<sup>56</sup>. A dificuldade apontada está relacionada aos cuidados essenciais para evitar acidentes que afetem a integridade física da aluna, assim como da escola não dispor dos meios e das condições adequadas para o pronto atendimento da mesma e, até mesmo, para o encaminhamento, emergencial, da escolar para uma unidade hospitalar, caso seja necessário.

Outro ponto também observado por outros alunos da mesma unidade escolar, e que salientamos do depoimento acima, está relacionado ao encaminhamento da aluna grávida para a unidade de saúde onde a mesma fez o pré-natal, cabendo aqui algumas considerações, muitas vezes desconhecidas pela maioria da população. Independente de onde a mesma tenha realizado o pré-natal, o qual pode ter sido realizado numa unidade primária de saúde (posto de saúde), a mesma é referenciada para a maternidade mais próxima a sua residência, considerando a complexidade da situação de saúde apresentada pela mesma, assim como a existência de vaga para o atendimento. Outrossim, destacamos que qualquer mulher no período de gestação deve ter sempre consigo o cartão do pré-natal, no qual sempre estão contidas informações relevantes que auxiliarão o profissional de saúde no momento necessário. Isso pode deixar as pessoas ao redor da gestante numa situação menos alarmante.

Além dessas questões acima colocadas, a escassez de pessoas capacitadas para abordar a temática na rede municipal também é uma das dificuldades impostas pela realidade, presentes na fala dos docentes citados a seguir. Outro aspecto mencionado, é a delegação, cada vez mais freqüente, dos

---

<sup>56</sup> Lei 6.202 de 17/04/1975 – atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares a partir do 8º mês de gravidez, podendo esse período de repouso ser aumentado para antes e depois do parto, devidamente comprovados por atestado médico. Sendo assegurado à aluna em estado gravídico ou puerperal a prestação dos exames finais. Lei 8.069 de 13/07/1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente – Artigo 4º.

pais e/ou responsáveis pelos alunos para que a escola absorva, muitas vezes solitariamente, a formação mais global do discente, ao mesmo tempo em que os professores não têm capacitação para abordar o assunto, tanto pela complexidade do fenômeno, quanto pelos próprios limites pessoais, traduzidas pela suposta falta de respaldo legal, como também pelo receio de serem mal interpretados e sofrerem possíveis sanções:

**"Os pais não vêm a escola, os pais hoje em dia estão colocando a escola, o papel da escola, como diz, educadores, como papel da escola de educar e educar tudo ... porque existe a educação familiar, educação instrucional, que é a escola e a educação social, que é a sociedade... então os pais estão transformando a escola nesse papel de fazer a educação familiar, entendeu? Então, a gente lida com a criança, nós estudamos para isso, tentando amenizar a problemática que a criança passa, mas quando ela chega em casa é totalmente diferente... os pais nunca trabalham junto com a escola, ou eles são omissos ou eles jogam tudo para escola... Facilidade assim eu não vejo, por causa desse respaldo legal que a gente não tem. Ter uma aula específica sobre sexualidade, já dar uma orientação, até sobre a gravidez, o que é uma gravidez precoce... a gente não tem esse respaldo, a gente pode dar uma palestra aqui, outra ali, discretamente, mas não pode avançar mais... Com certeza. A comunidade escolar em relação ao professor, funcionários da escola até cuidam, orientam a ela não correr, ficar perto de criança que está correndo, não ficar descendo e subindo escada muito rápido, orienta quando ela está passando mau, porque ela está sentindo isso... Agora, em relação a comunidade onde ela vive, que é o social dela, ainda tem muito tabu, a criança passa por muita dificuldade, muito tabu, as pessoas já olham de cara feia, às vezes os tios, os vizinhos, já olham de cara feia, já começam a rotular a menina, não precisa nem dizer os nomes que você já sabe... então ela passa por essa dificuldade, na escola é que ela por enquanto encontra um apoio, porque a gente tenta amenizar a situação dela. "** (Marília - 37

"Não é uma pessoa só, nós falamos de mídia, ela tem uma responsabilidade sobre isso, embora ao mesmo tempo que mesma mídia divulga o cuidado na GA, ela passa novelas, ela passa filmes que fazem o serviço contrário daquele serviço que ela presta a sociedade. Então é uma coisa que tem que ser pensada. Eu não pensei muito, mas ao mesmo tempo que ela divulga o cuidado para que não ocorra a gravidez na adolescência, ela passa novelas e filmes e uma série de programas que dizem... E a incapacidade da família de orientar o jovem para isso... de conhecimento, as pessoas têm muita dificuldade de falar sobre sexo, a escola, nós temos muito cuidado ao falarmos com os nossos alunos sobre sexo... Primeiro que aquele que fala, tem que falar de uma maneira bastante consciente, estar em condição de falar, tem vários fatores... Você pode falar com muito boa vontade, mas não estar sabendo fazer, poderá não estar sabendo fazer da maneira correta e ... então a família, às vezes, não tem essa capacidade de lidar e nós da escola, muitas vezes, nós temos que tomar um cuidado muito grande porque vamos supor, isso já aconteceu não em termos da gravidez, gravidez não, mas outro tipo de assunto já aconteceu de pessoas falarem com muito boa vontade, com vontade de colaborar, nada mais do que isso e serem muito mal interpretadas e o profissional de educação ter que responder, ter que poder colocar a limpo aquilo que estava acontecendo que uma aluna, por uma questão de ignorância, a família não falava sobre aquilo e o profissional foi falar com a turma e um responsável levou a esse profissional a ter que esclarecer a situação, isso é uma coisa muito desagradável, embora os temas transversais, os PCNs com os temas transversais nos indicam, nos dão base, nos dão sustentação para falar sobre isso, ainda não é uma coisa que está muito... ainda não é comum, não é normal falar dentro das escolas, embora o professor de ciências use a questão dos preventivos, fale sobre o processo de gravidez." ( Moisés - 41 anos - professor de matemática da escola "M")

A professora de um dos relatos acima, no decorrer do processo de entrevista, destacou que a religião das famílias dos alunos é um outro fator complicador para se abordar a questão na escola, na medida em que os professores devem observar os valores religiosos de cada aluno e atuar sobre os ensinamentos passados pela família.

"(...) porque a partir do que a família ensina, porque entra religião, entra tudo! Eu queria acompanhar o mesmo raciocínio da família..." (Marília - 37 anos - professora da 3ª série da escola "M").

Apenas um professor dessa escola apontou como facilidade para a escola abordar esse assunto, destacando a convivência diária com os alunos como um fator principal. Entretanto, ao mesmo tempo, o docente culpabiliza a família pelas várias problemáticas que os adolescentes estão sofrendo na atualidade:

Facilidades é que nós estamos no dia-a-dia pelo menos quatro horas com o aluno. Essa é a grande facilidade e a dificuldade que eu volto a insistir é a família não dá nenhum tipo de apoio à continuidade ou à preparação para esse trabalho. Eu boto a culpa na família porque eu acho a família a maior culpada de vários problemas que estão acontecendo, como violência, sexualidade... Eu acho a família a grande culpada. Primeiro, porque dentro de casa, o pai e a mãe não se respeitam, não respeitam... (Manoel - 28 anos - professor de educação física da escola "M")

Indubitavelmente, a família, nas últimas décadas, vem passando por profundas transformações, a saber: a crise do modelo hegemônico de família nuclear, a emergência de novos arranjos familiares como as famílias monoparentais, famílias compostas por pessoas do mesmo sexo, entre outros. Porém, essas mudanças não estão dissociadas das transformações societárias mais amplas ocorridas, especialmente, na segunda metade do século XX, como a precarização dos vínculos empregatícios e salariais, a ênfase na ideologia da individualização, que despolitiza questões fundamentais intrínsecas ao sistema capitalista, ou seja, o conflito capital X trabalho (NETTO, 1996; HOBBSAWN, 1995).

Nessa perspectiva, a família não pode absorver sozinha a responsabilidade das muitas crises que estamos vivendo.

Em ambas as escolas pesquisadas, há convergência de opiniões entre os professores de educação física, ressaltando que o contato diário com os escolares propicia a realização de ações especificamente voltadas para eles, assim como a dificuldade da presença da família na escola, a fim de que possa estabelecer um trabalho de parceria, trançando um divisor de águas entre o que compete a uma e a outra, a fim de que a família volte a assumir a responsabilidade que acabou sendo repassada para a escola. O depoimento abaixo é esclarecedor dessa questão.

"Na questão da facilidade seria a questão da possibilidade de dar informação, porque está em contato com essas crianças diariamente, então essa seria a facilidade em você lidar com essa situação é utilizar o dia-a-dia para dar essas informações que são necessárias, dar a orientação que seria necessária para os alunos... A questão da dificuldade é a questão de que saiu daqui para fora a gente não sabe o que essas crianças estão fazendo... A gente sabe que tem famílias desestruturadas, tem uma série de questões que são familiares, a própria escola, muitas vezes, segura muito a barra de família, mas a gente não sabe da vida de cada um... eu acho que essa seria uma grande dificuldade, eu sinto que há uma distância muito grande da família em relação a escola... A gente vê isso quando a gente chama os responsáveis para reuniões de pais e vem muito pouca gente e geralmente vêm aqueles que não têm problemas, que são os alunos que não dão trabalho, que têm um aproveitamento melhor, são aqueles pais que você sente que têm uma estrutura familiar... São aqueles que comparecem a escola... Aqueles que têm os problemas, que precisa que o pai esteja aqui presente para trabalhar em parceria a gente não consegue... tem uma reunião o pai não vem, tem escola aberta para ver, para discutir a questão dos resultados de rendimento dos alunos e os pais não comparecem, como muitos comparecem só para assinar o boletim e tchau vão embora... Eu acho que a grande dificuldade é essa, a distância que tem entre a família e a escola nesse trabalho de parceria, a família está passando muito para escola a responsabilidade de tudo, está se ausentando da responsabilidade... Não é isso, a escola não tem o papel de educar os alunos, ela tem o papel de educar como um co-ajudante, é um trabalho formal, um trabalho de cultura, um trabalho de formação do aluno aqui na escola, mas muita coisa que é em cima de valores, de estrutura familiar a própria família tem que assumir essa responsabilidade..." (Leôncio - 42 anos - professor de educação física da escola "L")

Outras questões que permeiam o universo dos discursos dos professores da escola que possui o NAM, no que se refere à dificuldade da unidade lidar com as questões emergentes da sexualidade na adolescência, incluindo a gravidez, diz respeito à evasão ligada à baixa auto-estima da aluna grávida, assim como o receio da mesma de ser motivo de chacota entre os membros da comunidade-escolar, como se expressa no depoimento a seguir:

Eu não sei se tem facilidade. Eu acho que tem muito mais dificuldade, porque essa grávida por ela mesma ela sai da escola e quando a gente consegue que ela continue na escola, ela fica com a auto-estima muito baixa. Então é aquela aluna que pára de falar, ela vai para escola quase que obrigada, não participa das festas da escola. Eu acho que a escola tenta resgatar a aluna, mas eu acho que a própria aluna tem medo de falarem piadas. Fica um ambiente engraçado, porque ninguém quer gozar, ninguém quer falar nada, então fica só no meio da fofoca, fica todo mundo falando baixinho e tal, para que ela não saiba, mas a própria menina percebe e o menino a mesma coisa... (Lilian - 45 anos - professora de educação física da escola "L")

Esses novos contornos passam pela garantia fundamental do direito à escolaridade, o direito à não discriminação, além do direito de ser, preferencialmente, atendida na unidade hospitalar onde a mesma frequente o pré-natal. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em seus artigos 4º, 7º e 8º que:

“**Art 4º** - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

**Art. 7º** - A criança e o Adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

**Art. 8º** - É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.

§ 1º - A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema.

§ 2º - A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.

§ 3º - Incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem”.

Se observarmos atentamente a legislação supra citada, nos artigos 7º e 8º, verificamos que os mesmos amparam duplamente a gestante adolescente, porque lhe dá proteção assim como a seu concepto.

Outra questão apontada e que reflete na prática cotidiana do professor de ciências, cujo depoimento encontra-se abaixo, refere-se a interferências de outras pessoas da unidade de ensino, especialmente, da coordenação pedagógica, quando o mesmo desenvolve atividades que objetivam discutir a sexualidade com as turmas para as quais ministra aulas. A discussão de base

científica (fisiológica), mesmo que não se proponha a debater mais profundamente as questões culturais, religiosas que permeiam o fenômeno da sexualidade, traz intrinsecamente consigo uma ambigüidade que se desloca entre a necessidade da formação e a interdição, contribuindo para silenciar uma questão premente e que está presente no dia-a-dia dos adolescentes.

Em relação aos alunos do núcleo de adolescente destacamos a associação entre o exercício da sexualidade e a questão da formação/informação e do projeto de vida que se queira perseguir.

Eu acho que a escola deveria falar bastante sobre a gravidez (...) Para as meninas saberem bastante e que elas abram bem os olhos delas.. (Lucimar - 17 anos - aluna da 6ª série e membro do núcleo de adolescente da escola "L")

A facilidade é a diretora garantir, tipo assim ela ter que sair, vai lá, parar no mês que tem que parar, a diretora dar a garantia dela ir, ficar o tempo que ela precisar e voltar ou então fazer uma prova, fazer tudo assim para passar para o outro ano... E a dificuldade é da menina parar de estudar e o ensino dela ficar prejudicado... Ah, vai ter, se ela precisar, se ela perder uma matéria, que era importante naquilo ali e tem muitas coisas na faculdade que são coisas bobas que eles pedem, que eles pedem... aí ela não sabe, vai dificultar os estudos dela... (Luara - 17 anos - aluna da 7ª série e membro do núcleo de adolescente da escola "L")

A dificuldade para prevenção da gravidez, no âmbito escolar, passa pelo viés da responsabilidade individual, entretanto existe uma enorme lacuna entre ter o conhecimento (essencial) da existência dos métodos contraceptivos e ter acesso viável e, em tempo real, aos mesmos nos serviços de saúde. Além disso, para adquirir o método mais apropriado para cada sujeito, o mesmo necessita assumir o exercício da sexualidade, o que para o adolescente, às vezes, é complicado, tendo em vista a imposição de regras que ainda trazem consigo muitos tabus, mitos, crendices que distorcem e escamoteiam a questão. Isto sem considerar a expectativa que vem sendo construída para os adolescentes nas últimas décadas,

que, como já dissemos anteriormente, é percorrer todo o processo de escolaridade, inclusive o 3º grau, inserir-se no mercado de trabalho para que então possa constituir família e viver mais livremente a sua sexualidade (GUIMARÃES, 1998; DESSER, 1993).

Entretanto, esse projeto não é hegemônico entre a maioria dos adolescentes que participaram de nossa pesquisa que posicionou-se favorável ao exercício da sexualidade desde que com proteção:

Besteira não, besteira é ter filho (na adolescência) ... Besteira é não prevenir. (Magda - 13 anos aluna da 6ª série da escola "M")

A relação sexual é tratada pelos alunos, sejam eles do sexo masculino ou feminino, como "fazer besteira", ou seja, eles têm interiorizado o discurso que prevalece socialmente, entretanto apontam que com prevenção tudo é possível.

Todo adolescente chega uma hora e tal que ele está naquilo... e ele tem que se prevenir, que ele sabe tipo assim se a gente pegar uma barriga, o bebê não vai ter culpa de nada, entendeu? Que tem vários tipos de prevenção aí, tem camisinha, tem anticoncepcional...entendeu? Eu acho assim que para acontecer isso tem que ter sentimento, não só pro prazer, ter sentimento amor assim, convivência com a pessoa, várias coisas... (Lenira - 15 anos - aluna da 8ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L")

Outro apelido dado a relação sexual é fazer "essas coisas", esse depoimento vem acompanhado de apelos da mãe (que têm incorporado o discurso hegemônico), por quem a aluna é orientada:

**Ela me fala assim... quando eu tiver que fazer alguma coisa... eu estou nova para fazer alguma coisa... quando eu assim me formar, sabe? Só fala para mim estudar muito e também fala para mim quando for fazer essas coisas usar camisinha... essas coisas ela fala. (Marli - 14 anos - aluna da 5ª série da escola "M")**

Quando a entrevistadora indaga o que a aluna entende por "essas coisas", a mesma assume que:

É que eu sou muito vergonhosa também ... (Marli - 14 anos - aluna da 5ª série da escola "M")

Desse modo, essas noções de sexualidade articulada à "besteira", ao fútil traz em si uma dupla informação: esta é valorizada ao ponto de ser proibida, ao mesmo tempo em que está relacionada a um "ato impensado" (HOUAISS,

1993). Nesta perspectiva, reforça-se, de alguma maneira, que o adolescente omite a vivência de sua sexualidade, limitando-se possibilidades de prevenção, de orientação.

Desconstruir essas noções pelo viés da formação para cidadania é uma dificuldade que se apresenta à escola e que precisa ser enfrentada com ações que desmistifiquem tais conceitos apropriados pejorativamente, avançando no sentido da construção coletiva de novas possibilidades de conhecimento, de transformação da própria cultura.

A professora do Núcleo de Adolescentes apresenta uma dificuldade muito peculiar, mas que não é vivida apenas por ela, é extensiva a outros professores que realizam atividades pedagógicas que extrapolem o contexto da sala de aula nos moldes tradicionais. Quando a mesma foi indagada sobre as facilidades e dificuldades em trabalhar com o NAM, ela respondeu de pronto:

A liberdade que eu tenho... Todos aqui respeitam o meu trabalho, todos os professores respeitam o meu trabalho, não duvidam não, porque todo trabalho que você vê que o professor está fora da sala de aula, fazendo uma atividade diferente com o aluno, geralmente não é muito respeitado que o pessoal leva na bagunça, o trabalho não vai adiante e tal e há uma resistência você estando fora da aula e ele está lá no quadro e giz, mas ele pode fazer a aula dele como ele quiser, aqui tem liberdade na escola pra fazer onde ele quiser... Então eles me respeitam, mesmo aqueles... eles me respeitam e sabem que eu estou trabalhando, não estou enrolando... Agora, não sabem direito como é o trabalho... Até a própria direção, confunde muito... Eu já tentei falar pra eles em reunião, já lá... Agora já não peço mais a palavra não, mas no começo eu pedia muito a palavra na reunião e falava meia hora... Aí nequinho ficava falando, conversando, não prestava atenção... Mas agora eu já cheguei num ponto que não precisa, não quer entender, não entende... o meu trabalho flui da mesma forma... (Laís - 37 anos - professora coordenadora da núcleo de adolescentes)

No que se refere às dificuldades, a mesma destacou questões fundamentais de falta de estrutura as quais refletem no trabalho, especialmente no que diz respeito às ações que deverão ser desenvolvidas pelos alunos multiplicadores. Para os mesmos é solicitado que exerçam as atividades inerentes à sensibilização, à capacitação que estão tendo, seja nas comunidades em que vivem, seja em outras instituições de saúde ou educação, onde existe um trabalho de parceria<sup>57</sup>, disseminando as questões que norteiam o trabalho realizado no núcleo. Entretanto, no cotidiano existem fatores limitadores deste, expresso na fala da docente:

Dificuldade seria um espaço adequado (o núcleo funciona numa sala projetada para ser um laboratório).. aquela utopia, espaço adequado, ar livre, poder gritar, fazer a brincadeira que quiser fazer sem se preocupar com barulho, o transporte pra poder sair com eles para algum evento, isso que é importante, pra alguma coisa, uma atividade fora, que também é interessante... (Laís - 37 anos professora coordenadora do núcleo de adolescentes)

O que parece utópico para a professora do NAM pelo tipo de atividade que é desenvolvida, é fundamental para a valorização do trabalho desses adolescentes, assim como do professor que faz a coordenação deste.

As direções das duas escolas investigadas têm posições bem distintas sobre as facilidades/dificuldades na realização de ações voltadas para os escolares. A escola que não tem qualquer atividade mais específica defende que a orientação destas sejam estabelecidas de cima para baixo, ou seja, que a coordenadoria regional de educação centralizasse e executasse as propostas, como se apresenta no depoimento que está transcrito a seguir.

Mais dificuldades do que facilidades. Seria fácil se tivesse um projeto e eu acho que a CRE seria a grande responsável por isso... isso tinha que partir da CRE...

**Entrevistadora** - Mas você enquanto diretor adjunto leva essa demanda para a CRE?

Não. Não levamos essa demanda para CRE, não existe qualquer preocupação nesse sentido... Também não somos cobrados, nem há nenhum tipo de orientação nesse sentido. Em qualquer direção anterior nunca houve que eu saiba, essa preocupação realmente, discutir essa questão profundamente, não há e nunca houve.... Eu acredito que a CRE é na verdade o polo centralizador, é claro que as idéias podem e muitas delas surgem das próprias escolas, mas a gente se fizer uma análise um pouco mais profunda e perceber que a nossa orientação política no caso dentro do Município do Rio de Janeiro, a política educacional, ela na minha opinião não está muito preocupada com isso, não está preocupada em aprofundar essas questões e eu vejo também com muita preocupação essas mudanças que ocorrem dentro da escola pública, principalmente do Município porque a gente não pode esquecer... Minha análise é muito em cima da política, orientações políticas, eu não vejo no governo (atual), no partido que ele representa, nenhuma preocupação verdadeira em melhorar a educação, eu acho que projeto voltado para a questão do sexo na adolescência ou qualquer outro assunto, ele tem que ser um projeto engajado num projeto político educacional maior, mais amplo, que aí ele entra como um apêndice, que você fazer uma coisa a parte, o cara não dá nem o básico da escola, ele vai se preocupar com adolescência, grávida, a pobretona que engravidou ali do José? O cara não manda nem papel higiênico, diz que não tem dinheiro... Então como você partir para uma questão maior. Se você esbarra nessas questões que não deveriam mais existir, problemas como esses não deveriam mais existir... se fosse uma política importante, se a educação fosse prioridade para esse povo, nego não gastava milhões nessas praçinhas, nessas obras de maquiagem, politicagem barata, em propaganda milionária ... (Murilo - 37 anos - diretor adjunto da escola "M")

Este posicionamento nos leva a acreditar que este projeto tenderia a não ser bem sucedido tendo em vista as peculiaridades existentes no cotidiano das unidades educacionais, considerando a direção que a comunidade escolar possa

---

<sup>57</sup> Este trabalho é reconhecido pela Secretaria Municipal de Educação, abrindo portas para os adolescentes nas unidades básicas de atenção primária de saúde, o chamado Sinal Verde, proposta aludida no capítulo anterior.

ou queira dar a ele. Ao mesmo tempo em que as demandas oriundas da comunidade escolar como um todo e especialmente nos adolescentes<sup>58</sup> não encontram eco nas ações desenvolvidas pela unidade escolar, assim como não se faz presente na relação da mesma com a coordenadoria regional de educação.

A direção da escola que possui o NAM destaca como facilidade para o desenvolvimento de ações junto aos adolescentes o relacionamento que mantém com o corpo discente, que acaba por transformar-se em dificuldade caso não se consiga perceber o limite entre o particular e o coletivo nas relações que são estabelecidas no dia-a-dia, assim como os respectivos encaminhamentos.

A facilidade tem a ver com o relacionamento que a escola tem com os adolescentes como um todo... é um relacionamento assim que não tem máscaras, é um relacionamento muito direto, muito objetivo... A dificuldade, eu acho que ela vem da escola, determinados momentos a gente tem que se controlar para não começar a interferir em coisas que ela não pode interferir, como por exemplo, a escola gostaria que aquele adolescente tivesse algum tipo de tratamento, mas a família tem que se posicionar em relação a isso, nem sempre aquele encaminhamento que é dado fora dos muros da escola é o que a escola quer, então a gente às vezes tem que estar se policiando para não fazer certas interferências que não pode fazer porque a gente tem limite. (Larissa - 52 anos - diretora geral da escola "L")

### **3.3.4 - A Mídia e sua interface com a sexualidade**

Há uma opinião recorrente no senso comum de que os meios de comunicação de massa, especialmente, a televisão, têm o poder de escravizar a sociedade, tornando-a submissa às suas mensagens. A relativização dessa idéia tem sido motivo de atenção de estudos antropológicos e, de acordo com Minayo (1999: 131), tais estudos defendem a perspectiva de que os sujeitos sociais são hábeis para reinterpretarem, de acordo com a “posição de classe e outros atributos, todas as interlocuções das quais participa, inclusive com os meios de comunicação social” (idem).

Por outro lado, não se pode ignorar a capacidade expressiva dos meios de comunicação, sobretudo da televisão, que com seu processo de repetição quando se trata de simular a realidade, extrai-lhe seu significado na substituição veloz de uma imagem por outra. (SODRÉ apud MINAYO, 1999:131)

---

<sup>58</sup> Lembremos que os critérios de seleção dessa escola foi não haver ações voltadas especialmente para os alunos articulada à incidência de gestações informadas pela direção no ano de 2001, ou seja, a realidade clama por intervenções que discutam e busquem alternativas para as demandas que estão postas.

A imagem do jovem construída pela mídia, independente de classe social, na maioria das vezes, está associada às drogas, ao sexo e à baderna, ou, ainda, mostra numa concepção unívoca de “geração saúde” como é o caso de seriado “Malhação” da TV Globo. Diferentemente dos adolescentes, entrevistados na pesquisa coordenada por Minayo (1999), denominada “Fala Galera – Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro”, os jovens consideraram o referido programa como dissociado da realidade em que vivem, nossa pesquisa identificou que os adolescentes entrevistados articulam as mensagens exibidas no referido programa com suas vidas. Em ambas as escolas de nosso estudo quase 100% dos alunos (apenas dois alunos no universo de 45 entrevistados disseram não acompanhar os episódios do seriado) relataram que assistem ao seriado Malhação pelos mais diversos motivos, seja pelos assuntos tratados (os quais acreditam ter relação direta com as situações cotidianas que estão passando) seja pela beleza dos personagens. Seleccionamos as narrativas a seguir para ilustrar:

Malhação é bom porque... fala desses negócios assim... Fala sobre sexo, camisinha... Porque a mesma coisa que está acontecendo comigo está acontecendo com os outros... talvez nem a mesma... (Mário- 11 anos - aluno da 5ª série da escola "M")

A Malhação mostra como é o dia-a-dia... Acho que leva as pessoas a ter mais cuidado com determinadas coisas. (Marlene - 13 anos - aluna da 8ª série da escola "M")

Malhação. É Muito educativa... (Porque) Explica várias coisas para os adolescentes, fala a realidade... Que toda semana tem um tema diferente, fala de drogas, fala de sexualidade, fala do que seja a rua, fala várias coisas... Mostra a realidade. (Marcílio - 14 anos - aluno da 6ª série da escola "M")

Muitos dos vários enredos traçados pelos autores do referido programa são característicos da Cidade do Rio de Janeiro, de rapazes e moças de classe média, que acabam sendo consumidos pela juventude de todo o país, quiçá de outros países, homogeneizando e simplificando os conflitos vivenciados pelos jovens. Esta questão está expressa no depoimento abaixo de uma adolescente que chegou recentemente, no início do ano de 2002, ao Rio de Janeiro, originária da Cidade de Caruaru, em Pernambuco:

Marli - Eu acho que Malhação está representando umas coisas também para esses adolescentes que... que fazem essas coisas também, mas Malhação também está representando ... a adolescência... que as pessoas falam mais da adolescência... O que chama atenção é a beleza desses rapazes, que eles são bonitos...

Entrevistadora - Você acha que aquilo que acontece na Malhação acontece na vida?

Marli - Não.

Entrevistadora - Por que?

Marli - Algumas coisas acontecem igual... Outras coisas não acontecem igual...

Entrevistadora - Como por exemplo?

Marli- Ah, eles tem uns lá que é namorado, aí eles depois quando eles acabam com a namorada,

Os adolescentes que participaram na entrevista conjunta na escola onde não existe o NAM destacaram que assistem a Malhação, porque é um programa educativo<sup>59</sup>, que aborda vários assuntos de interesse dos adolescentes, citaram a vivência da sexualidade e suas intercorrências, dentre elas a “primeira vez”, a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS; o homossexualismo; o tabagismo, entre outros.

De acordo com Gomes (2001:83), “a televisão, de forma massificada, aumenta o volume de informação que o jovem e o adolescente recebem diariamente”. Entretanto, muitas tensões são postas relacionadas à qualidade da informação, assim como o objetivo a que esta informação tem interesse em atender.

A estrutura comercial da TV, através de uma propaganda elevada à categoria de espetáculo, vai lançando apelos, os mais diversos, no sentido de fazer o telespectador um eficiente e assíduo consumidor: de roupas, alimentos, veículos, cigarros e ... consequentemente ... de modos de vida, de concepção de mundo. (PENTEADO, 2000: 21)

A fala da professora coordenadora do NAM ilustra a citação acima:

É o estímulo do consumo e então eles vão e apelam para adolescência, o consumismo... querem inculcar o consumismo ali naquele momento, é uma boa fase, a pessoa está se formando... então vai e apela para a sexualidade, que vai vender mesmo... (Laís - 37 anos - professora coordenadora do núcleo de adolescentes)

---

<sup>59</sup> A conotação de um programa educativo é bastante questionável na medida em que pode trazer intrinsecamente relacionada a ela a comercialização de produtos ligados a esse público, colocando como bem sucedidos os jovens que têm acesso aos mesmos, assim como modelando determinados tipos de comportamento, muitas vezes dissociados da cultura na qual os mesmos estão inseridos.

A televisão, desse modo, não pode ser dissociada do sistema social no qual está inserida. Numa sociedade capitalista dependente, como a nossa,

organizada com base em princípios de liberdade de pensamento e de crença, traduzidos em normas constitucionais, orientada pela ética capitalista correspondente à ideologia dominante, visa antes e acima de tudo o lucro, a partir do qual tudo se justifica. Veicula, ao longo de todo o tempo de transmissão, valores e princípios da ética capitalista, como o individualismo, a competição, o materialismo, virtuosamente concretizados nas cenas do comercial, da novela ou do jornal. (PENTEADO, 2001: 34)

Entretanto, é preciso considerar, que da mesma maneira, a ideologia e as formas de expressão das classes subalternas são sujeitas às mesmas contradições que as da classe burguesa, pois ambas são historicamente determinadas. Desse modo, os meios de comunicação de massa (especialmente a televisão) não são refratários aos interesses das classes existentes na sociedade capitalista, o que nos leva a indagar a causa da alta audiência de determinados programas exibidos, permitindo-nos inferir que os mesmos respondem aos interesses de quem os assiste (idem).

O consumo de um determinado tipo de programação e até mesmo de outros tipos de mídia atrelados aos estratos de baixa renda evidenciam uma relação reprodutiva na qual as matérias que os alimentam são também tragédias da mesma faixa da população e, que, na investigação de Minayo (1999:142) demonstrou que uma "linguagem específica atende a necessidades psicológicas coletivas". Desse modo, corrobora Penteado (2001: 48), o consumo da tevê é seletivo e é a partir da vida social do sujeito que orienta essa seleção.

Nossa pesquisa empírica nos permite apontar que as referências constantes dos jovens entrevistados à abordagem de questões relativas à sexualidade na televisão revelam os anseios e as necessidades do tratamento desse tema, ao mesmo tempo em que, ainda, parece ser encarado como um tabu pela família, que tenta silenciar a discussão do assunto tão veiculado pelos meios de comunicação, como é salientado no depoimento abaixo:

O meu pai fala que é muito assim sabe.... [o seriado Malhação] fala muito sobre sexo e ainda mais naquele horário, eu falo não pai, não é assim não. (Magda – 13 anos - aluna da 6ª série da escola "M")

A discussão continua com o destaque de que já que as questões que são tratadas pela Malhação são de interesse dos adolescentes e ninguém (nem a escola, nem a família) gosta de conversar com eles sobre isso, a Malhação ocupa esse espaço tão precioso para o jovem:

"Já que é um assunto encerrado, que ninguém gosta de tocar, lá pelo menos tenta ensinar, fala sobre tudo". (Marrie - 13 anos - aluna da 6ª série da escola "M")

O frisson causado por algumas temáticas<sup>60</sup> abordadas também é ressaltado pelos alunos, articulando-as com a vida real e as possíveis influências no futuro deles:

"Lá mostra assim, gravidez começa a falar, tá grávida e não sei que... Agora mesmo, vai falar de virgindade, que tem o capítulo da Nanda **se perder** com Gui e ela vai ficar com medo na hora ... Porque tudo que passa lá é realmente o que acontece aqui fora... Pode influir no nosso futuro". (entrevista coletiva não foi possível identificar o autor deste depoimento do aluno da escola "M")

"A Nanda e o Gui... que ela fez certo... É bom, é o tipo de coisa que já vem ensinando, que ela foi um tipo de pessoa que ele perguntou se ela queria se perder com ele, e eles esperaram muito tempo ela pensando se ela queria o bem dela ou o mal dela e a parte dela foi ótimo... porque é o que minha mãe fala, não adiante se perder com uma pessoa não gostando dela, a pessoa tem que **se perder** gostando, por amor, e não assim sair por prazer não." (Luzinete - 14 anos - aluna da 7ª série da escola "L")

Na escola "L", onde existe o núcleo de adolescentes, assim como na escola "M", que não possui esse trabalho, os escolares também assistem a esse programa televisivo, fazendo muitas articulações semelhantes, das quais realçamos as seguintes:

Tem muitos assuntos, cada semana eles botam uma polêmica sobre sexo, sobre drogas, eu acho isso muito bom também... Não sei porque, a gente conversa muito sobre isso, sobre sexo, a gente vive conversando... sobre drogas também, a gente fala muito, sobre traição também houve muito isso onde que eu moro, uma amiga trair a outra, sair com o namorado da outra, então a gente conversa muito... (Leila - 15 anos - aluna da 7ª série da escola "L")

Que a vida que os adolescentes passam é a vida que todos os adolescentes passam no dia de hoje. (Lucas - 13 anos - aluno da 6ª série da escola "L")

Vejo (Malhação) ... Eu adoro, **até a minha mãe aprendeu a ver...** Não perde um capítulo... Ah, parece que tudo que aparece lá, parece que está tendo aqui fora, sabe? Doenças esses negócios aparece... Aí a primeira transa, essas coisas... é muito legal. (Lourdes - 15 anos - aluna da 8ª série da escola "L")

---

<sup>60</sup> Para melhor compreendermos o universo simbólico dos adolescentes/jovens no que se refere a sexualidade é importante analisarmos as categorias empregadas por eles para tratarem do assunto.

Os alunos do NAM também gostam desse programa, sendo o mesmo incorporado pela aluna Lucimar de 17 anos como um “manual de procedimentos” (a situação exibida na ficção tem relação com o momento de vida da entrevistada), e quando a mesma é indagada na entrevista se ela via alguma similaridade das situações apresentadas pela Malhação e a sua própria vida, ela respondeu:

um pouquinho (de semelhança) ... porque eu gosto de um menino e ela está com a minha amiga, por isso que eu falei só um pouquinho... eu fico vendo a Malhação e **às vezes eu gravo as coisas e falo para ela...** aí ela fala que não... (Lucimar - 17 anos - aluna da 6ª série e membro do núcleo de adolescente da escola "L")

O único aluno do sexo masculino entrevistado que pertencia ao NAM relatou que substituiu a Malhação por outra novela de uma emissora diferente.

No depoimento de Lucinda de 17 anos, apesar de dissociar da vida as situações apresentadas pelo seriado, continua assistindo-o, sugerindo-nos que ela não quer ficar de fora dos assuntos que são recorrentes nos papos entre os adolescentes e, muitas vezes, são ditados pela tevê:

Eu acho uma coisa assim, meio sem graça e uma coisa estranha, porque lá falam muito sobre sexualidade, mas têm coisas que não se encaixam, e que eu não acredito muito, não... (Lucinda - 17 anos - aluna da 7ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L")

Luara, de 17 anos, aponta que além da Malhação, o Canal Futura pode auxiliar os pais na educação dos filhos, retomando a questão do compartilhamento pelos responsáveis que esse meio de comunicação de massa pode propiciar, permitindo o reconhecimento da "função educativa" da televisão, no entendimento de Gomes (2001:39), como exprime a fala abaixo:

Na televisão falam muito, naquele Canal Futura tem muitas coisas importantes que falam (sobre a adolescência) ... A Malhação já é muito importante... fala bastante coisa sobre a sexualidade, namoro, família... vem tudo bem especificado... Eu acho muito importante para eu me empenhar mais nos meus estudos, e me empenhar mais no que eles (responsáveis) estão dizendo para me ensinar... (Luara - 17 anos - aluna da 7ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L")

A mesma aluna completa a sua narrativa colocando que:

As novelas passam, mas não tem aquela coisa mais avançada... (Luara - 17 anos - aluna da 7ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L")

A adolescente, acima referenciada, aponta que as outras novelas não focam mais diretamente nas questões relacionadas à adolescência, sinalizando

que as questões que são tratadas pelas novelas, com um enfoque mais subliminar, podem não ser percebidas pelo telespectador (como os contornos apropriados para a exploração da sexualidade, assim como as associações entre as temáticas serem ofuscadas por vários aspectos da trama), o que é corroborado pela diretora da escola que não possui o NAM, expressa na fala abaixo:

A mídia está tudo muito longe, você vê, você escuta... claro que ajuda, às vezes você escuta histórias terríveis, mas eles vem atrás de você perguntar... Eles duvidam daquilo. A coisa mais engraçada é que eles duvidam: "Falaram isso assim, assim na televisão" e dá gargalhadas. Aí você vai interpretar aquilo pra ele, vai passar em minúcias aquilo que foi falado. Aí ele entende o que eles estão querendo passar... (Marilu - 52 anos - diretora geral da escola "M")

As mais diversas formas de violência também são ressaltadas na articulação entre mídia e sexualidade:

Eu vejo sim... que até irmão faz com a irmã, que engravida a irmã, eu vejo sim... Eu acho terrível... eu acho que irmão devia respeitar a irmã... (Lucimar - 17 anos - aluna da 6ª série do núcleo de adolescentes da escola "L")

Eu costumo ver meninas que foram estupradas e que, agora, estão grávidas muito cedo.. sei lá ... (Lia - 15 anos - aluna da 7ª série e membro do núcleo de adolescentes da escola "L")

Tem notícias boas e notícias ruins, mas a maioria é ruim... Menina grávida com 16 anos porque não foi orientada pelos pais, menina grávida com filho no meio da rua, morando debaixo da ponte... (Lenira - 15 anos - aluna da 8ª s do núcleo de adolescentes da escola "L")

Consideramos que a violência é uma questão estrutural endógena à sociedade em que vivemos e que é experimentada por todos, e é bem apropriada e explorada pelos meios de comunicação de massa, nos quais a "visão de espetacularização não se distingue freqüentemente da percepção da própria realidade, fundindo-se aí real e ficção". (MINAYO, 1999:141)

No sentido da vinculação da violência relacionada ao exercício da sexualidade, as citações de estupro, especialmente entre os alunos do NAM, nos trazem alguns questionamentos em relação à mobilização desses alunos para determinados temas: as atividades desenvolvidas pelo NAM estariam criando um sentimento de medo e admoestação entre os escolares envolvidos nestas ações? Estariam os sujeitos envolvidos nesse processo sendo "educados" para exercerem a "sexualidade normal"<sup>61</sup> (LOURO, 2000:17)? Estaria sendo construída uma visão de sexualidade associada à violência?

---

<sup>61</sup> "Tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua mas, quase sempre, eficiente e duradoura". (idem)

Em ambas as escolas pesquisadas, os professores sinalizam que a mídia, mais especificamente a televisão é incentivadora do despertar precoce da sexualidade dos adolescentes, moldando comportamentos, ditando regras e hábitos, muitas vezes dissociados da realidade em que muitos vivem, como está expresso nos depoimentos a seguir:

Aí vem uma diferença entre estudos sérios de boa vontade e as coisas de uma maneira um tanto que **libertinas**. Infelizmente a mídia, a mesma emissora, ou a mesma revista, ou o mesmo jornal que colocam coisas positivas, paralelamente a isso colocam as coisas com um enfoque distorcido, negativo da situação, então quer dizer, eles precisam melhorar um pouco mais. Ao mesmo tempo que querem fazer... Por exemplo, uma coisa que está uma febre hoje, isso sempre existiu, ou melhor, há algum tempo passou a existir isso, ou seja, estão querendo fazer de uma pessoa aquilo que ela não é ... A mídia sabe fazer isso e os adolescentes estão aí alvoroçados com uma determinada musa que estão querendo criar hoje na nossa sociedade... Isso é uma questão ... que a sexualidade você não precisa botar uma cena brusca de sexo na frente de uma pessoa para despertar a sexualidade, existem coisas inteligentes e sutis para despertar... Então, se desperta isso na criança, a criança tem a idade certa para isso, a criança tem a idade certa e muitas vezes está acontecendo com muita antecedência. (Moisés - 41 anos - professor de matemática da escola "M")

Decisiva para influenciar negativamente o adolescente e o comportamento deles é em cima disso, novelas como Malhação, não só Malhação, em todas as novelas o sexo é coisa normal, bananal... A garota fica grávida e o pai acolhe a mãe acolhe, é uma realidade que não é verdadeira... (Múrcio - 40 anos - professor de ciências da escola "M")

Na época do TCHAN, as crianças todas dançavam o TCHAN, querem andar de shortinho curto, já é uma iniciação a sexualidade, que o primeiro ato que você vê já é um incentivo... Então, criançinha de cinco, seis anos está dançando igual uma mulher, se insinuando igual uma mulher. (...)Depende muito do tipo de notícia também, mas eu acho que tá sendo muito badalado essa situação (sexualidade), inclusive isso não é nem declaração minha é até de próprio aluno, que às vezes até nem tinha despertado até para o **lado maldoso** e terminou despertando de tanta badalação em cima do assunto. (Marília - 37 anos - professora da 3ª série da escola "M")

Programas de televisão abordam a sexualidade o tempo inteiro, eu acho que a televisão está perdendo, eu acho que a principal função dela, a função que ela tá na casa de todo mundo, ela é uma formadora de opiniões, ela está perdendo muito isso... São poucos ou até mesmo são raríssimos os programas que trabalham essa questão como uma forma de prevenção, até de formação de juízo de valores, a maioria dos programas que você vê, elas estão quebrando essa situação de valor, estão dizendo que o sexo é liberado... qualquer coisa... A Malhação é o namoradinho com a namoradinha, que tem que ficar grávida, que não sei que, que é lindo, é bonito... Abordam muito superficialmente a questão da prevenção, mas a promiscuidade está sendo divulgada constantemente na televisão, eu acho que isso é um fator muito forte que está acontecendo na sociedade brasileira de um modo geral, não só a questão da sexualidade, mas a questão da violência também... Eu acho que, hoje em dia, os meios de comunicação estão jogando contra, na minha opinião eles estão jogando contra... (Leoncio - 42 anos - professor de educação física da escola "L")

Eu acho que bem mais do que a gente ouvia há um tempo atrás, eu acho que não no percentual, não na amplitude que deveria ocorrer, por exemplo, um meio como a televisão com um acesso tão grande e que é tão fácil... é só você ligar o botãozinho, e se nós tivéssemos dentro das programações com uma característica, com o jeito de ser do adolescente, não mitificando certas posturas, de uma forma mais pedagógica sim, se nós tivéssemos isso seria bom... Com esse acesso que a televisão tem, que forma opinião, que forma postura... Interfere na postura, do ponto de vista do adolescente, talvez até ele assume uma postura que ele não criou. (Larissa - 52 anos - diretora geral da escola "L")

O fio condutor dessas falas é que a televisão propicia a mudança de comportamento, mudança de valores, estímulo ao consumo seja de bens materiais, seja dos corpos que acabaram por se tornar mercadorias.

Ao articularmos a fala dos jovens com a dos professores, ou seja, necessidade da discussão da sexualidade e a resistência dos educadores em abordarem a temática, permite que a televisão assuma o papel de educador. Entretanto, a denúncia dos efeitos nocivos deste meio de comunicação de massa sobre os adolescentes tem contribuído relativamente pouco para se ultrapassar esse paradigma, seja silenciando sobre a necessidade de superação desse mero denunciamento, seja aderindo a ele de forma superficial (GOMES, 2001: 15 - nota 53), ou ainda apontando para a perspectiva do controle coletivo desses meios de difusão de idéias, valores de comportamentos, possibilitando a emergência de uma ética que corresponda às necessidades determinadas historicamente.

A professora da sala de leitura da escola "L" (onde existe o NAM), quando se refere à mídia, destaca que a programação educativa existente nos canais de televisão abertos e fechados, dá ênfase a sexualidade e a prevenção. Ressalta que aprecia assistir tais programas, buscando compreender as questões abordadas. Entretanto, sublinha que não se sente preparada para ter uma atuação mais voltada para a temática, especialmente quando se trata de sexualidade. De acordo com Gomes (2001: 84), os professores acabam utilizando-se de programas educativos, cuja repercussão se dá no cotidiano dos adolescentes, legitimando canais educativos e a possibilidade de controle sobre o processo de aprendizagem, como está exposto na narrativa a seguir:

Até num outro dia... Eu assisto muito a Futura, então a futura tem um trabalho, a MultiRio também, eu na verdade acabo assistindo por causa da sala de leitura, eu acabo assistindo outras estações que oferecem esse trabalho... eu até, houve uma semana que eu gravei uma fita pra dar para ( a coordenadora do NAM), houve a semana da sexualidade e a Futura fez um trabalho e eu gravei todos os programas sobre álcool, drogas, a própria sexualidade, o próprio contato sexual, prevenção e eu acabo vendo muito isso e isso acaba... como trabalhar? Eu não sei, eu sinceramente não sei... A gente fica muito sozinha, de repente se você tivesse uma parceria, alguém que começasse um trabalho... Eu, por exemplo, tenho formação de língua portuguesa, sou professora de língua portuguesa, meus filhos já são casados, meu filho agora acabou de se separar... mas é adulto, eu não tive esses problemas quando meus filhos... e não tem tanto tempo, eu tenho uma filha com 25 anos e um filho de 23, não tem tanto tempo assim, mas no tempo deles não tinha essa preocupação do adolescente de ficar, mas de ficar pra sexo mesmo, pra ter relação, pra passar de mão em mão... de não ter experiência nenhuma... porque como trabalhar? Eu teria até vontade trabalhar, vontade conversar... eu vejo esses papos aí e digo: "Como se chega a isso do aluno falar, do aluno conversar, do aluno ter abertura de falar?" Isso deveria ter sempre, é no tempo vago da turma, mas como chegar a eles, como lançar? Então. eu não tenho... (Ludmila - 53 anos - professora de língua portuguesa da escola "L")

A importância dos meios de comunicação de massa no momento histórico que estamos vivendo é inquestionável e o debate sobre este deve mobilizar a sociedade como um todo e é nesse campo de tensões que a escola e a família devem compartilhar a responsabilidade de fazer as mediações possíveis entre juventude e mídia, considerando o objetivo que cada uma tenha na educação do adolescente em formação.

### 3.3.5 - Os assuntos que os adolescentes querem conversar

A adolescência é apontada em muitos estudos (Paiva; Monteiro; Cunha, 1998) como um período de conflito entre o impulso ao desprendimento, à independência, ao mesmo tempo em que os adolescentes se "defendem pelo medo à perda do conhecido, ao 'colo' dos pais, à dependência" (PAIVA, 1998:15). Esta concepção fica bastante relativizada quando nos defrontamos com os jovens da classe popular, muitos dos quais são obrigados a assumir precocemente as responsabilidades habitualmente inerentes aos adultos, seja no desenvolvimento de afazeres domésticos, incluindo o cuidado de irmãos menores, seja exercendo alguma atividade remunerada que contribua no seu próprio sustento ou no da família, o que nos leva a supor que, de certa forma, eles teriam uma maior autonomia. É interessante perceber que no discurso de muitos jovens que participaram de nossa pesquisa que eles querem se sentir livres para fazer as opções, mas para isso é muito importante que tenham um suporte, seja dos pais, seja dos professores, seja de ambos conjuntamente e, até mesmo, entre seus pares, para discutirem o momento da adolescência, seus conflitos, suas dúvidas.

A minha colega fala que a mãe dela não conversa com ela não... Mas a gente conversa sim, ela me dá conselho, eu dou conselho a ela... Bom, as duas têm cabeça é só saber usar, é o que a minha mãe fala... eu não acho isso bom a mãe não conversar com a filha... A minha mãe conversa comigo há muito tempo....A minha colega **quer se perder**, eu já falei para ela, você tem que ver a pessoa que você vai fazer, porque tem muitas que se arrependem: "Não sei porque eu fiz isso com ele e se arrepende..." A minha mãe mesmo fala que não adianta nada fazer as coisas e não pensar e depois se arrepender porque já é tarde... (Luzinete - 14 anos - aluna da 7ª série da escola "L")

É interessante perceber, especialmente, entre os adolescentes do sexo feminino que muitas estão ávidas para terem um "manual de instruções" para que se sintam seguras e não cair no "papo dos garotos". Outras, ainda, incorporando o discurso dos pais apontam que o estudo deve ser privilegiado, embebidas da ideologia hegemônica no que se refere à expectativa que foi construída para o adolescente "normal". Esta questão é legítima considerando que as demandas de profissionais mais qualificados estão postas pelo mercado de trabalho, entretanto, não existe o antagonismo entre a capacitação profissional e a vivência da sexualidade.

O recorte de gênero demarca claramente que a vivência da sexualidade permanece diferenciada entre meninos e meninas, como ilustra o depoimento abaixo, apesar das transformações emergentes em nossa sociedade, desde a "revolução sexual" da década de 60, da luta do movimento feminista, assim como com a inserção maciça da mulher no mercado de trabalho. Porém, em pleno século XXI, a prova de amor ainda é um artifício utilizado pelos adolescentes do sexo masculino em suas conquistas, conforme descreve o depoimento abaixo:

"(...) tem muitos meninos que falam para provar que [a gente] gosta deles ... " (Magda - 13 anos - aluna da 6ª série da escola "M")

Perpassa o discurso de todos os segmentos entrevistados em nossa pesquisa que as tradições culturais, os valores morais, religiosos ainda não permitem que a mulher viva mais plenamente e sem culpa a sua sexualidade, logicamente, tomando as devidas precauções (preferencialmente compartilhada com o parceiro), propiciando escolhas mais conscientes em sua vida, como o número de filhos que o casal deseja ter ou se não deseja tê-los, o momento mais adequado para a chegada deste(s), dentre outras.

Foi recorrente nas entrevistas com todos os segmentos consultados em nosso estudo, a responsabilidade que os jovens deveriam ter quando este iniciasse sua vida sexual, estando subliminar nos discursos que se referiam à

classe popular que o "se perder" com o menino está relacionado à virgindade, na concepção anatômica, ou seja, a existência do hímen como uma preciosidade, como uma mercadoria.

No depoimento abaixo Luzinete ilustra que o "se perder" está relacionado a primeira relação sexual e aponta como um costume usar esse termo para denominá-la:

"(...) Assim pela primeira vez, a gente fala isso... É, a gente tem esse costume, mas a minha irmã fala que se achou... Toda vez que a gente fala, ela fala isso... (Luzinete - 14 anos - aluna da 7ª série da escola "L")

Desse modo, os adolescentes colocam de forma imperativa a discussão sobre sexo, aborto, gravidez, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, prevenção (tanto no que se refere ao exercício da sexualidade, inclusive os métodos contraceptivos, quanto ao uso de drogas). Os relacionamentos, a "primeira vez" lideram o *ranking* nas sugestões dos assuntos que os adolescentes da escola que não possui o NAM gostariam de tratar na mesma, assim como as amizades. Sendo indicado pelos alunos desta escola o desenvolvimento de uma pesquisa entre eles para saber os temas que gostariam de debater com um professor exclusivo para tratar dessa temática.

Os assuntos mencionados em ambas as unidades escolares são os mesmos, inclusive, entre os alunos do núcleo de adolescentes, que adicionaram a masturbação e a necessidade da escola de conversar com os pais para que estes dialoguem com os filhos sobre os temas que eles elegem como relevante. Os depoimentos a seguir sintetizam as expectativas dos adolescentes em relação a esse momento de "descoberta" da sexualidade que eles estão passando, sendo necessário o estabelecimento de canais que favoreçam a discussão dessas temáticas:

O assunto de sexo... Porque vira e mexe a gente só fica falando de sexo... minha primeira vez vai ser assim... fica falando das fantasias lá... quem já fez fica falando que a minha foi assim... aí fica interessante... fica mais interessante... (Lourdes - 16 anos - aluna da 8ª série da escola "L")

Eu acho o aborto, sobre a camisinha, o assunto dos pais como lidar com os filhos dentro de casa quando se fala de sexo... Porque às vezes muitas pessoas fazem o aborto porque não sabem porque, o que vai acontecer as pessoas passam a saber depois, eu acho que deveria explicar um pouquinho, que é muito difícil hoje em dia falar sobre sexo... é fácil falar sobre sexo e difícil comentar sobre o aborto, que muitas vezes os pais não conversam sobre o aborto... Então eu acho que deveria fazer isso... Conversar e como os pais devem lidar com os filhos dentro de casa quando se fala em sexo, deveriam falar, deveriam conversar, deveriam dizer pros alunos qual é a hora... Claro, é que eles não sabem conversar com os pais, os alunos não dão interesse de conversar com os alunos, com as crianças, sobre sexo por causa que ela não sabe conversar, não sabe debater, e não sabe chegar com cuidado, com amor e explicar... (Liana - 15 anos - aluna do núcleo de adolescentes da escola "L")

Essas temáticas comuns às duas escolas pesquisadas fazem parte do que Louro (2000) e Britzman (2000) chamaram de "curiosidade", a qual deve ser estimulada numa relação de troca tanto para os educadores quanto para os educandos.

Britzman (2000:85) salienta que:

A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino dos fatos seja mais importante do que as questões íntimas. Além disso, nessa cultura, modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam ser surpreendentes. Tudo isso faz com que as questões da sexualidade sejam relegadas ao espaço das respostas certas ou erradas.

Em seu trabalho Britzman avança nessa discussão citando os resultados de uma pesquisa realizada por Bastien, a qual sugere novas possibilidades de desenvolver-se um trabalho voltado para a sexualidade que privilegia os sujeitos envolvidos nas ações educativas:

Novas abordagens tais como o uso de testemunhos, do teatro e, de forma mais importante, de discussões do tipo mesa-redonda, mostram-se como as mais eficazes na tarefa de ajudar os/as estudantes a perceberem a relevância do conhecimento para suas próprias vidas e para o cuidado de si. (BRITZMAN, 2000: 86)

Ao longo deste capítulo, procuramos refletir sobre como a gravidez na adolescência e a sexualidade repercutem no espaço escolar. Estes fenômenos tem como solo fecundo os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais legitimam a abordagem da temática no ambiente escolar. Embora a resposta, que pode se materializar na abertura de espaços que possibilitem ações educativas que atendam as necessidades dos adolescentes, ainda seja pontual. Podemos inferir que existe uma lacuna entre as propostas constantes nos PCNs e a prática docente cotidiana. Longe de quereremos responsabilizar os professores por este entrave, entendemos que esta questão tem que ser compreendida na conjuntura mais ampla, onde a escassez de

recursos humanos e materiais é uma constante nas unidades de ensino, tendendo a restringir a capacitação e a implementação de ações proativas dos mesmos. Tais questões impõem muitos limites e desafios para as políticas de saúde e educação, recortadas neste estudo pela via das práticas educativas direcionadas ao exercício da sexualidade e suas implicações, na perspectiva da cidadania, da constituição do "sujeito sexual" (PAIVA, 1996), dos direitos reprodutivos.

Partimos de cinco pontos fundamentais apontados pelo trabalho empírico, que são: a concepção de prevenção expressa na fala dos sujeitos; a responsabilidade pela gravidez na adolescência; as facilidades/dificuldades da escola lidar com a sexualidade e com a gravidez na adolescência; a mídia e sua interface com a sexualidade e os assuntos que os adolescentes querem conversar nas ações para eles direcionadas.

O percurso de nosso estudo apontou que este segmento populacional acaba por se apropriar das necessidades e dos estereótipo disseminados pelo senso comum. Isto fica evidente quando os mesmos destacam em seus discursos uma conotação pejorativa<sup>62</sup> ligada ao exercício da sexualidade, utilizando expressões como "se perder", "fazer besteira". Ao mesmo tempo em que alavancam a necessidade (essencial) de conhecerem melhor sobre contracepção, doenças sexualmente transmissíveis, drogas.

Outra questão que precisa ser destacada trata-se da predominância de se atribuir a responsabilidade pela gravidez na adolescência e o controle da contracepção ao sexo feminino, independente do sexo e do segmento entrevistado. Nos demais pontos discutidos no presente trabalho as diferenciações de gênero não foram, enfaticamente, demarcadas pelos sujeitos entrevistados.

## Considerações Finais

A elaboração deste trabalho foi orientada por diversas indagações oriundas de nossa inserção profissional, desde 1996, num projeto de extensão universitária, que nortearam a escolha do tema, com a intenção prioritária de identificar como as temáticas da sexualidade e da gravidez na adolescência repercutem na escola.

O nosso referencial teórico-metodológico foi subsidiado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e pela legislação em vigor que respalda as ações relacionadas ao assunto.

A preocupação em articular as metamorfoses ocorridas no padrão de acumulação e de regulação social esteve presente ao longo de nossa pesquisa, assim como o seu impacto nas políticas de educação e saúde, especialmente, aquelas voltadas para a adolescência e a sexualidade que repercutem no tratamento do fenômeno da gravidez na adolescência no espaço escolar. Tal preocupação subsidia a nossa concepção de que as transformações macro societárias difundem-se no cotidiano dos sujeitos, mobilizando valores, normas, modos de vida, os quais repercutem na instituição escolar, impondo demandas e desafios às práticas educativas.

A categoria prática educativa articula ações ligadas à educação e saúde. É mediatizada, portanto, pela relação entre o Estado e a Sociedade Civil. A concepção de saúde adotada é a de saúde integral. Esta vai além da perspectiva da saúde curativa. Está intimamente relacionada com as determinações sociais, ou seja, saúde é o resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, dentre outras, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988.

As práticas educativas, como proposta pedagógica, aparecem como uma das alternativas viáveis para desvendar o evento da gravidez da adolescência, permitindo fazer incursões pela cultura, pelos mitos, desconstruir o modelo hegemônico até então constituído, possibilitando a emergência da essência do

---

<sup>62</sup> Contextualizar historicamente estas expressões pode desmistificar a compreensão do assunto.

que Paiva (1996) denominou como "sujeito sexual". Como também, abrir canais que permitam a discussão, a problematização e a luta pela garantia da implementação dos direitos reprodutivos, os quais se articulam com os direitos fundamentais de cidadania, como defende Giffin (2001).

O Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) em suas bases programáticas, assim como a materialização das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, como também o Programa de Orientação Sexual e Prevenção ao Uso Indevido de Drogas da Secretaria Municipal de Educação adotam como premissa fundamental as práticas educativas.

Tais programas, guardando as suas respectivas particularidades, ainda se ressentem de implementação efetiva para atender a demanda social que está posta na conjuntura atual. Se pensarmos que no universo das 111 unidades educacionais que compõem a 7ª Coordenadoria Regional de Educação, existem apenas três escolas que possuem Núcleos de Adolescentes Multiplicadores (NAM) com atividades extra curriculares voltadas para este público alvo. É notável a focalidade da intervenção institucional.

Outrossim, os referidos Programas apresentam perspectivas de intersectorialidade. Entretanto, as condições materiais objetivas, como a carência de recursos humanos e de infra-estrutura, a falta de capacitação e de sensibilidade dos profissionais para as questões emergentes da adolescência, dentre outras, restringem as possibilidades de um trabalho mais integrado entre as unidades de saúde e educação.

Não podemos deixar de trazer para esta reflexão que o PROSAD tem como fio condutor à atenção integral à saúde do adolescente. Porém é recorrente nas contribuições teóricas e nas ações do dia-a-dia a prevalência do recorte na sexualidade, incluindo as doenças sexualmente transmissíveis e as drogas. Esta prevalência também é percebida no Programa de Orientação Sexual e Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, havendo uma curiosa articulação com a perspectiva negativa da sexualidade.

Um dos desafios deste estudo foi o de abordar o fenômeno da sexualidade e da gravidez na adolescência a partir do referencial teórico utilizado e do material empírico coletado, buscando olhar os fenômenos em sua totalidade. Partimos, então, de cinco eixos fundamentais oriundos do trabalho de campo para contextualizarmos os fenômenos, sendo eles a concepção de prevenção presente nos discursos dos sujeitos entrevistados; a responsabilidade pela gravidez na adolescência; a relação entre facilidade/dificuldade de a escola lidar com a questão; a mídia e sua interface com a sexualidade e os assuntos que os adolescentes querem conhecer.

Para a reflexão sobre estas temáticas consideramos as diferenças de gênero expressas nas falas dos sujeitos. Observamos que estas foram mais contundentes quando relacionadas à responsabilidade da gestação, sendo esta atribuída ao gênero feminino e a seus pais, como apontamos no Capítulo 3.

Nossa pesquisa corroborou que o fenômeno da gravidez na adolescência permanece em destaque para diversos sujeitos sociais que se encarregam em fazer desse evento um fato com dimensões públicas. Este tem sido objeto de notícias nos jornais e na televisão, tema de artigos e livros, assunto privilegiado em fóruns de diferentes categorias profissionais e nas publicações dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a juventude, sendo o mesmo tratado, de uma maneira geral, com um enfoque alarmista e moralizante. Nesta perspectiva, vale ressaltar que foi constatado que a predominância de estudos biomédicos, epidemiológicos, sócio-demográficos muito contribui para configurar a abordagem deste fenômeno. Além disso, o discurso sobre ele é homogeneizador, não considerando as distintas realidades encobertas pela categoria adolescente/jovem.

Esta dissertação teve duas etapas simultâneas. Realizamos um levantamento da bibliografia sobre a temática para subsidiar a construção do objeto da pesquisa e sua análise e o trabalho de campo, com vistas a desenvolvermos um estudo comparativo. Procuramos evidenciar as similaridades e as peculiaridades existentes entre as duas escolas pesquisadas no que se refere à gravidez na adolescência. A primeira unidade escolar, denominada de

escola "L", que possui um trabalho direcionado para adolescência, além das atividades do Núcleo de Adolescentes Multiplicadores e a escola, apelidada de "M", que não tem este trabalho e que, no ano de 2001, apresentou grande incidência de gestação, como também o posicionamento favorável da direção para a implementação da proposta de trabalho do Projeto "Papo Cabeça". As unidades escolares pesquisadas estão localizadas na região de Jacarepaguá, conforme já sinalizado na introdução dessa dissertação.

Além da gravidez na adolescência, nosso percurso teórico-metodológico nos aproximou também da categoria sexualidade. Categoria esta fundamental para a compreensão do fenômeno da gravidez na adolescência em sua totalidade. No decorrer do processo de elaboração deste trabalho, a aproximação das referidas categorias foi se tornando cada vez mais evidente, a ponto de considerarmos que caso não optássemos por partimos, estrategicamente, da gestação para percebermos como estas temáticas são compreendidas no projeto político pedagógico das escolas onde realizamos o trabalho de campo, possivelmente, poderíamos nos deparar com maiores restrições para desenvolvermos nossa pesquisa. Acreditamos que a escolha pela gravidez na adolescência foi facilitadora por esta estar disseminada pelo senso comum e pela mídia contribuindo para criar uma sensibilidade sobre o assunto.

Constatamos que, em ambas as escolas, apesar da maior abertura existente na escola "L", que possui o NAM, a abordagem das temáticas da gravidez e da sexualidade no espaço escolar ainda é restrita. Quase sempre, ocupando o espaço do corredor, do pátio, sem que estas sejam apropriadas pelo profissional de educação como objeto de sua ação, apesar desta ser uma atribuição contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), enquanto um dos temas transversais<sup>63</sup>, denominado Orientação Sexual.

---

<sup>63</sup> A transversalidade pode configurar uma estratégia para expandir a orientação sexual para toda a instituição, perpassando por todos os campos disciplinares e ciclos de escolarização.

Esta constatação nos remeteu a muitas indagações<sup>64</sup> sobre a lacuna existente entre as ações cotidianas desenvolvidas no interior das unidades de ensino e a implementação dos PCNs. Isto, certamente, implicaria na realização de outra pesquisa, tendo como eixo principal a formação dos educadores para problematizarem temáticas relacionadas a questões que envolvem paradigmas culturais historicamente construídos, os quais trazem consigo mitos, tabus, interdições, medos.

Nas duas escolas onde realizamos o trabalho de campo, grande parte dos docentes entrevistados citaram os temas transversais dos PCNs, sem que estes, contudo, se materializem nas práticas cotidianas por eles desenvolvidas. Na escola "L" (que possui NAM), a direção e a coordenação do NAM relataram que incorporam os mesmos em suas práticas.

Acreditarmos que, embora, a implementação das propostas incluídas nos PCNs relativas à Orientação Sexual, conforme citado no Capítulo 2, não resolveria questões tão complexas que eclodem diariamente na instituição escolar, pelo menos já deslocaria o cerne da discussão do pátio, dos corredores para o interior das salas de aula.

A aproximação com nosso objeto de pesquisa nos colocou diante de muitos limites e desafios que precisam ser enfrentados pelas políticas públicas, especialmente, as políticas de saúde e educação diante da questão da sexualidade e suas implicações, principalmente, a gravidez na adolescência, sobre os quais discorreremos a seguir.

Não verificamos divergências substanciais em nossas interlocuções com o segmento dos alunos em ambas as escolas. Porém, identificamos nos alunos membros do núcleo de adolescentes um certo destaque na articulação entre sexualidade e violência, conforme disposto no capítulo 3.

A maioria dos alunos entrevistados atribuem ao núcleo familiar, especialmente, o pai e/ou a mãe, a responsabilidade da conversa sobre a

---

<sup>64</sup> Como inserir efetivamente a sexualidade e a gravidez na adolescência no projeto político pedagógico da escola? Como fomentar a participação dos docentes nos fóruns de capacitação que permitam a abordagem problematizadora acerca das temáticas? Será que a escola, com a estrutura que possui hoje, pode fazer um trabalho de educação problematizadora?

sexualidade com os adolescentes. Porém, os mesmos também afirmam que não conseguem levar esta conversa a termo, por dificuldade própria ou dos pais para abordarem o assunto.

Desse modo, torna-se premente a realização de um trabalho integrado e articulado entre a família e a escola no campo da sexualidade. Sendo assim, os gestores escolares deveriam priorizar a família como alvo para a proposição de ações voltadas para a sexualidade na adolescência e suas possíveis intercorrências, dentre elas a gravidez.

Outra preocupação que apontamos como relevante para a efetividade das práticas direcionadas para este assunto, no espaço escolar, e que deveriam ser consideradas como estratégicas por estes dirigentes, diz respeito à inserção e à sistematização destas no projeto político-pedagógico, considerando as múltiplas determinações da sexualidade humana.

A evasão escolar decorrente de gravidez é um dos desafios que é posto e deve ser enfrentado pelas políticas de saúde e educação, assim como a garantia do direito da gestante e da puérpera de conclusão de seu processo de escolaridade, com a justificção das faltas para a realização do acompanhamento pré-natal, a licença a partir do 8º mês, com acesso a exercícios e avaliações domiciliares.

Vale destacar a distorção idade-série<sup>65</sup> (Anexo III) no universo da pesquisa que foi percebida em ambas as escolas, podendo ser considerada como um dos dilemas a serem enfrentados pelos gestores das políticas públicas voltadas para este segmento, assim como pelos dirigentes das unidades escolares. Tal fenômeno nos sugere uma íntima relação com a evasão escolar, com as deficiências nutricionais, afetivas, emocionais, sociais dentre outras que trazem seqüelas para a relação de ensino-aprendizagem, se compreendido no âmbito da complexidade que envolve a questão.

Outra questão que acreditamos ser relevante para o enfrentamento do fenômeno da gravidez na adolescência identificado nos vários segmentos

---

<sup>65</sup> A distorção idade-série está relacionada ao aluno passou da idade adequada para uma determinada série e não alcançou os objetivos pedagógicos propostos.

entrevistados de ambas as escolas, é a necessidade de controle social<sup>66</sup> da mídia, com a participação de vários segmentos da sociedade, o que tenderia a propiciar a democratização da seleção da programação, especialmente, da televisão, possibilitando o rompimento do paradigma da espetacularização e da mercantilização do corpo e da sexualidade.

Identificamos que existe uma lacuna na formação dos professores no que se refere à capacitação dos mesmos para a abordarem a temática da sexualidade. Desse modo, acreditamos ser de suma importância a inserção desse conteúdo no currículo do curso de formação de professores e, idealmente, nos cursos que tenham licenciatura, através de uma disciplina que aborde as questões relativas à temática acima mencionada, que tenha como referencial a realidade experimentada, com vistas a problematização da "sexualidade normal", ou seja, potencializar a discussão do padrão de normalidade hegemônico, considerando contradições e fragilidades que revestem o tema, ou seja, é preciso potencializar a discussão do padrão de normalidade hegemônico, considerando contradições e fragilidades que revestem o tema (LOURO, 2000).

Por fim, destacamos, ainda, como aspecto de fundamental importância, já abordado ao longo deste estudo, que para se refletir sobre a vivência da sexualidade e suas implicações, dentre elas a gravidez, torna-se necessário a politização deste debate, considerando a multiplicidade de questões inerentes a ele, que trazem como pano de fundo os tabus, as interdições, os padrões culturais que interferem na sociabilidade humana e que obscurecem tensões, conflitos historicamente determinados. Tais questões contribuem para a construção do enfoque homogeneizante existente nas políticas públicas que tendem a articular gravidez na adolescência a problema social e/ou a falta de prevenção, sem contextualizá-la.

---

<sup>66</sup> A perspectiva adotada por Bravo (2001), fundamentada pela Constituição Federal de 1988, articula a categoria controle social à participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais, sendo esta a concepção adotada neste trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

ABESRASTURY, A , KNOBEL, M A . **A Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes, 1989.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, Ney Luiz de. **Cultura na Sociedade de Classes**. IN: Synthesis – Cadernos de Ciências Sociais, vol. 2. Nº 1. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ANDERSON, P. **Balanco do Neoliberalismo**. IN: SADER, E. e GENTILE, P. (orgs). Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. **Contribuição da Reflexão Gramsciana para a Ampliação do Conceito de Cultura** . IN: Synthesis – Cadernos de Ciências Sociais, vol. 1, Nº 2. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ALTMANN, H. **Pedagogia da Sexualidade e do Gênero: A Construção Social da Orientação Sexual em uma Escola com Núcleo de Adolescentes Multiplicadores**. Relatório Parcial de Pesquisa. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, 2002. (mimeo)

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ÁVILA, Maria Betânia e GOUVEIA, Taciana. **Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais**. IN: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria. Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

BARBOSA, Regina Maria e PARKER, Richard (Org). **Sexualidades pelo avesso. Direitos, Identidades e Poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ e São Paulo: Editora 34, 1999.

BEHRING, E.R. **A Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BERQUÓ, E. **O crescimento da população da América Latina e as mudanças na fecundidade**. IN: AZERÉDO, S e STOLKE, V. (coord.) Direitos Reprodutivos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.

BOCAYUVA, PCC. e VEIGA, SM . **Novo Vocabulário Político**. Rio de Janeiro, Vozes, vol. I , 1992.

BOLTANSKI, L. **As Classes Sociais e o Corpo**. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. "A juventude é apenas uma palavra". In: Questões de Sociologia, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pág. 112-121.

BORÓN, A "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal". IN; SADER, E. e GENTILLI, P. (orgs) Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp 63-118.

BRAVO, M. I. S. **Reforma Sanitária e Serviço Social. Lutas Sociais e Práticas Profissionais**. São Paulo: Cortez/UFRJ, 1996.

BRAVO, M. I.S. e PEREIRA, P.A.P. (orgs). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez/UERJ, 2001.

BRITZMAN, D. **Curiosidade, Sexualidade e Currículo**. In: Louro, G.L. (org.) O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp 83-111.

BRUSCHINI, C. **Comentários sobre sexualidade e sociologia sobre a exposição de Janine P**. IN: Loyola, Maria Andréa (org) Sexualidade nas Ciências Sociais, Coleção Saúde e Sociedade, Ed. UERJ, 1998.

CAMARANO, A .A . **Fecundidade e anticoncepção na população de 15 a 19 anos**. IN: **SEMINÁRIO SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Family Health Internacional/Associação Saúde da Família, 1998, p. 35-54.

CASTELLO BRANCO, V. M. **Ação Integrada de saúde do Adolescente**. IN: Silva, C. S. (org) Programa de Saúde do Escolar numa perspectiva crítica: Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente em Idade Escolar. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Saúde, 1999.

CAVALCANTI, L F. "A instituição de saúde e a (re)construção do espaço público – o caso do Hospital Maternidade Alexander Fleming". Rio de Janeiro: PUC. Dissertação de Mestrado, 1998.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Braziliense, 1996.

CORRÊA, S. **Gênero e Sexualidade como sistemas autônomos: Idéias fora do lugar?** IN: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

COSTA, A. M. **Desenvolvimento e Implantação do PAISM no Brasil.** IN: GIFFIN, K. e COSTA, S. H. Questões da Saúde Reprodutiva (ORG). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

COSTA, T.J.M. **A gravidez na Adolescência: Um estudo de caso sobre a maternidade na faixa de 10 a 14 anos em Juiz de Fora (M.G.).** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, 2002)

COUTINHO, CN. **Gramsci. Um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CUNHA, A. **Gravidez na Adolescência como um problema de saúde pública.** IN: MONTEIRO, D. L. M. Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

CUNNINGHAM, F C et al. **Pregnancy at the extremes of reproductive life.** In: Williams Obstetrics, 19<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Prentice Hall Internacional Inc, 1993.

DESSER, N. A . **Adolescência, Sexualidade e Culpa. Um estudo sobre a gravidez precoce nas adolescentes brasileiras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1993.

DODOORIAN, D. **Pronta para voar. Um novo olhar sobre a gravidez na adolescência.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FILHO, J. F. N. F. **Política de Saúde Reprodutiva no Brasil: Uma Análise do PAISM. Políticas de Saúde Reprodutiva no Brasil.** (Referência Incompleta)

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 13<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade.** vol.1: Vontade de Saber. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Graal, 1988,.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** 7<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação.** Um Estudo Introdutório. 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALVÃO, L. **Saúde Sexual e Reprodutiva, saúde da mulher e saúde materna: evolução dos conceitos no mundo e no Brasil.** IN: GALVÃO, L. e DIAZ, J.

(org). **Saúde Reprodutiva no Brasil: Dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec. Population Council, 1999.

GAMA, S. e outros. **Gravidez na Adolescência como fator de risco para baixo peso ao nascer no Município do Rio de Janeiro, 1996 a 1998**. IN: Revista de Saúde Pública, vol. 1, nº 35, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, pp. 74-80.

GENTILI, P. **Qual saberes para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático**. IN: AZEVEDO, JC e outros. Utopia e Democracia na Educação Cidadã. Porto Alegre: Editora da UFRS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

GIFFIN, K. e COSTA, S. **As práticas contraceptivas e o aborto no Brasil. Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil**. São Paulo: Family Healty Internacional, 1995.

GIFFIN, K. **Corpo e Conhecimento e Saúde Sexual: Uma visão sociológica**. IN: Giffin, K e Costa, S. H. Questões da Saúde Reprodutiva. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Conformação do campo político dos direitos reprodutivos no Brasil: Uma visão crítica**. IN; Silva. D.P.M. Sexualidade em diferentes enfoques. Rio de Janeiro: Muiiraquitã, 2001.

GIONGO, M. et al. **Promoção da Saúde: Um desafio para a saúde bucal**. IN: Saúde em foco. Informe epidemiológico em saúde coletiva da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, julho/2002, pp. 125/129.

GOMES, PG e COCO, D. **Televisão, Escola e Juventude**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

GROPPO, L.A . **Juventude - Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUIMARÃES, E. M. B. e outra. **Gravidez na Adolescência**. Goiânia: Editora UFG, 1998.

Haidar, FH, OLIVEIRA, U. F., NASCIMENTO, L F C. **Escolaridade Materna: Correlação com os indicadores obstétricos**. IN: Caderno de Saúde Pública, 17(4):1.025-1.029, Rio de Janeiro: Fiocruz, jul-ago,2001.

HARVEY, D. **Condição pós- moderna**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HEILBORN, ML. **Gravidez na Adolescência: Considerações Preliminares sobre as Dimensões Culturais de um Problema Social**. IN: VEIRA, EM et al (org). **Seminário sobre Gravidez na Adolescência**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1998.

HEILBORN, M.L. et al. **Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência.** Revista Horizontes Antropológicos, ano 8, nº 17, junho de 2002.

HOBBSAWN, E. **Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 5ª ed. São Paulo: Cortez; (Lima, Peru): CELATS, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Questão Social no Capitalismo.** IN: TEMPORALIS – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, nº 3. Rio de Janeiro, 2001 a.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Indivíduo Social.** São Paulo: Cortez, 2001 b.  
IBGE. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Brasília.1996

LAURELL, A C (org). **Estado e Política Social no neoliberalismo,** São Paulo: Cortez, 1997.

LEI no. 8.069 de 13/07/1990 – **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

LEITE, M.P. **Qualificação, desemprego e empregabilidade.** São Paulo em perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v.11, n.1, jan./mar. 1997, pp. 64-69.

LOPES, F et al. **Prevalência de HIV, papilomavírus humano e sífilis na Penitenciária Feminina da Capital São Paulo, 1997-1998.** Cadernos de Saúde Pública, vol 17, nº 6, Rio de Janeiro: FioCruz, nov/dez 2001, pp. 1473-1480.

LOURO, G.L. **Pedagogias da Sexualidade.** Louro, G.L. (org.) O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp 07- 34.

Louro, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

LOYOLA, M. A (org), **Sexo e Sexualidade na Antropologia.** IN: Sexualidade nas Ciências Sociais. Coleção Saúde e Sociedade, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social - Elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 2ª ed., 1985.

LUZ, M. T. **Relações entre o adolescente e a sociedade atual: Instituição, Violência e Disciplina.** Rio de Janeiro: IMS/ UERJ. Série Estudos em Saúde Coletiva, nº 48, julho de 1993.

MANTEGA, G. **Sexo e Poder nas Sociedades Autoritárias: A Face Erótica da Dominação.** IN: MANTEGA, G. (org.) Sexo e Poder. Cadernos de Pesquisa, nº 3, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** São Paulo: Zahar editores, 1967.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Capítulo I . São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MARX, K. e ENGELS F. . **A Ideologia Alemã.** 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade,** Coleção Temas Sociais, 15<sup>a</sup> ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

\_\_\_\_\_ e outros. **Fala Galera. Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacional: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.** Secretaria de Educação Fundamental. Volume 10. 2<sup>a</sup> ed. Brasília: DP&A, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacional: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental.** Temas Transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Normas de Atenção à Saúde do Adolescente.** Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação Materno - Infantil, Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente. V. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Normas de Atenção à Saúde do Adolescente.** Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação Materno - Infantil, Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente. V. 2. Brasília: Ministério da Saúde, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa de Saúde do Adolescente: Bases Programáticas.** Secretaria Executiva . Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente. 2<sup>a</sup> ed. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Assistência Integral à Saúde da Mulher: Bases de Ação Programática**. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde e Desenvolvimento da Juventude Brasileira. Construindo uma agenda nacional**. Brasília: Agosto, 1999.

MONTEIRO, Denise Leite Maia e outros. **Gravidez na Adolescência**, Rio de Janeiro, Revinter, 1998.

MOTA, A E. **Cultura da Crise e Seguridade Social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Repensando o Balanço do Neoliberalismo**. IN: GENTILI, Pablo e SADER, E. (org). *As políticas Sociais e o Estado Democrático*. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. **Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, 1996 a, pp. 87-132.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cortez, 1996 b.

OLIVEIRA, D. A. **As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social**. IN: OLIVEIRA, D.A e DUARTE, MR (org) *Política e Trabalho na Escola. Administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, F. **Os Direitos do Antivalor – A economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

OSIS, M.J.M.D. **Esterilização e Gravidez na Adolescência: Fatores inter-relacionados**. IN: *Seminário Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/ Family Health Internacional/Associação Saúde da Família, 1998 p 67-73.

PAIVA, A S. e outros. **Perfil Psicossocial da Gravidez na Adolescência**. IN: MONTEIRO, D M L e outros. *Gravidez na Adolescência*, Rio de Janeiro: Revinter, 1998, cap. II.

PAIVA, V. **Sexualidades Adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual**. IN: PARKER, R e BARBOSA, R. (orgs) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1996.

PARKER, R. **Cultura, Economia Política e Construção Social da Sexualidade**. IN: Louro, G.L. (org.) O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp125-150.

PASTORINI, A. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** IN: Revista Serviço Social e Sociedade nº 53, São Paulo: Cortez, 1997, pp. 80-101.

PENTEADO, H.D. **Televisão e Escola. Conflito ou Cooperação?** São Paulo: Cortez, 2000.

**PEREIRA, J.L. , PEREIRA, RCL e FANELLI, CMT. Anais do 1º Congresso de Extensão da UFRJ, Rio de Janeiro, novembro/1999.**

PEREIRA, JL. **Histórico da Gravidez na Adolescência**. IN: MONTEIRO, D M L e outros. Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

PEREIRA, P.A.P. **Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências**. Brasília: NEPPPOS/CEAM/UNB, 1994 (mimeo).

ROHDEN, F. **Gravidez na Adolescência. Um debate contemporâneo**. Comunicações do ISER, ano 21 - Edição Especial, 2002.

SALES, M. A e ALENCAR, M. M. T. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Social para a Infância e a Juventude**. IN: Revista Em Pauta, nº 11. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SALLES, L. M. F. **Adolescência, Escola e Cotidiano – As contradições entre o genérico e o particular**. São Paulo: UNIMEP, 1998.

SANTOS, E. M. **Discurso, Sexualidade e Cultura na América Latina**. IN: Synthesis – Cadernos de Ciências Sociais, vol. 3, Nº 2. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

SANTOS, M. I. D. A . **Sexualidade e Adolescência – Discurso e Prática das Instituições de Saúde**. IN: Saúde, Sexualidade e Reprodução: Compartilhando Responsabilidades. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

SILVA, C.S. e outros. **Solta a voz: Saúde e Riscos em Escolares**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Saúde, 2002.

SILVA, D P M da (org). **Sexualidade em diferentes enfoques. Uma experiência de capacitação no campo da saúde reprodutiva.** Niterói/RJ: Muiraquitã:PEGGE/UERJ,2001.

SILVA, J.A.P. **A vivência da sexualidade na adolescência e uma análise sobre algumas políticas públicas de assistência e prevenção nesta área, nas décadas de 1989 e 1990.** IN: SILVA, D P M da (org). Sexualidade em diferentes enfoques. Uma experiência de capacitação no campo da saúde reprodutiva. Niterói/RJ: Muiraquitã:PEGGE/UERJ,2001a.

SILVER, L. D. **Direito à saúde ou medicalização da mulher? Implicações para avaliação dos serviços de saúde para mulheres.** IN: GIFFIN, K e COSTA, SH (org). Questões da Saúde Reprodutiva. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.

SIMIONATTO, I. **GRAMSCI: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2ª ed., 1999.

SME/RJ. **Prevenção na Escola: Uma Construção Coletiva,** 2001. 60 págs. (mimeo)

SOUZA, M M C, **A maternidade nas mulheres de 25 a 19 anos como desvantagem social.** IN: VEIRA, EM et al (org). Seminário sobre Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1998.

SUPLICY, M. **Educação e Orientação Sexual.** IN: RIBEIRO, Marcos (org). Educação Sexual: Novas Idéias, Novas Conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

TELLES, V. **Pobreza e Cidadania: Precariedade e condições de vida.** IN: MARTINS, H. S. e RAMALHO, J. Terceirização: Diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: HUCITEC,1994.

TIBA, I. **Quem ama educa!** 14ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

VALLADARES, K. **Orientação Sexual na Escola.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

VALLE. L. (ORG). **O mesmo e o outro da cidadania.** Rio de Janeiro. DP&A editora, 2000.

VANCE, C. **A antropologia redescobre a sexualidade.** PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, E. **O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS.** IN: Revista Serviço Social e Sociedade nº 56. São Paulo: Cortez, 1998.

VILLELA, W. V. e BARBOSA, R. M. **Repensando as relações entre gênero e sexualidade**. IN: PARKER, R. e BARBOSA, R. M. Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

WEEKS, J. **O Corpo e a Sexualidade**. Louro, G.L. (org.) O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp35-82.

ZAGURY, T. **O Adolescente por ele mesmo**. 5<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Record, 1996.

ZALUAR, A., LEAL, M.C. - **Ciep e a escola pública convencional: A Educação na erradicação da Pobreza**. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, Série Estudos em Saúde coletiva n° 148, dezembro/1996.

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

## **PROJETO DE ORIENTAÇÃO EM SAÚDE REPRODUTORA PARA ADOLESCENTES**

### **Introdução/Justificativa**

O Projeto de Orientação em Saúde Reprodutora para Adolescentes teve início em 1996, cumprindo desta forma uma das missões da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é a atividade de Extensão.

Neste sentido preocupou-se a equipe do Projeto em atender as necessidades da população frente aos índices oficiais de incidência de gestação em adolescentes. Para tanto, pensou em um projeto que atuasse de maneira preventiva e que contribuísse efetivamente para o desenvolvimento do adolescente e das questões que gravitam em torno dele, dentre elas a saúde reprodutora e suas implicações.

Para viabilizar a proposta inicial do projeto, que é diminuir a incidência de gestação não planejada, três fatores foram agregados a esta incidência, e obtiveram o mesmo grau de importância, são eles: (1) evasão escolar por gravidez; (2) qualidade de vida e (3) doenças sexualmente transmissíveis.

Dentro desta perspectiva foi firmada uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina, e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, que atualmente coordena 111 escolas no âmbito da 16ª, 24ª e 34ª Região Administrativa, mais precisamente, os bairros de Jacarepaguá, Vargem Grande e Barra da Tijuca, Recrio dos Bandeirantes e Cidade de Deus.

A escolha da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (7ª CRE) para implantação do projeto piloto se deu em razão da região figurar, na ocasião, entre as três áreas do Município onde o índice de gestação em adolescentes é mais elevado, além de ser uma região cujas características físicas, culturais e sociais possuem uma grande diversidade, com a complexidade das áreas urbanas, embora, em algumas localidades guarde aspectos rurais.

A fonte de dados que subsidia as ações do Projeto é a Secretaria Municipal de Saúde, através do Sistema de Informação de Nascidos Vivos -SINASC (ver quadros abaixo), assim como os óbitos neonatais e materno-infantis.

QUADRO DE INCIDÊNCIA DE GESTAÇÃO NA ÁREA DE JACAREPAGUÁ						
Ano	10-14 anos	%	15-19 anos	%	20-29 anos	%
1993	3		123		1065	
1994	9	200	282	29	1799	69
1995	17	89	577	105	2166	20
1996	74	335	1576	173	4730	118
1997	75	1	1672	7	5107	8
1998	75	0	1604	-5	4891	-4
1999	66	-12	1719	7	4956	1
2000	76	15	1675	-3	4659	-6
2001	63	-17	1610	-4	4651	-0,2

QUADRO DE INCIDÊNCIA DE GESTAÇÃO NA ÁREA DE BARRA DA TIJUCA						
Ano	10-14 anos	%	15-19 anos	%	20-29 anos	%
1993	5		152		836	
1994	5	0	185	22	994	19
1995	6	20	218	18	977	-2
1996	15	150	282	29	1111	14
1997	7	-53	317	12	1231	11
1998	11	57	262	-17	1216	-1
1999	14	27	322	23	1321	9
2000	14	0	298	7	1433	8
2001	8	-43	262	-12	1265	-12

O método psicopedagógico que vem sendo adotado, com sucesso desde 1996, assemelha-se ao Modelo Lancasteriano, trabalhando lideranças emergentes dentro do universo estudantil, com vistas a mobiliza-los para serem multiplicadores

das questões da saúde reprodutora e suas implicações. Aos jovens capacitados é conferido o Certificado de Instrutores Jovens de Saúde, com habilidade para atuarem permanentemente nas atividades demandadas pelo Projeto.

Esta linha de atuação vem obtendo grande aceitação junto aos jovens estudantes, que batizaram o Projeto de: PROJETO "PAPO CABEÇA".

Acreditando que o sucesso do Projeto está sustentado na participação de todos os segmentos que envolvem a realidade dos adolescentes, abriu-se espaço de sensibilização e debate das questões que emergem de dois outros segmentos de fundamental importância na formação do adolescente, os pais e/ou responsáveis e os professores. Nos encontros com este público são utilizadas técnicas de dinâmica de grupo, recursos audiovisuais que permitam a problematização da temática da adolescência, dentre elas as questões que permeiam a sexualidade, inclusive os métodos contraceptivos, além de outros assuntos de interesse dos mesmos que eclodirem do trabalho de grupo. A linha de atuação desse trabalho converge com aquelas voltadas para os grupos de escolares.

O Projeto é campo de estágio para alunos de serviço social e psicologia e atualmente está abrindo espaço para as áreas de enfermagem, medicina, pedagogia e educação física.

### **Objetivos Geral e Específicos:**

#### **Geral:**

- Contribuir para a diminuição da incidência de gestação não planejada e DST/AIDS nos adolescentes na área da 7ª CRE com estímulo ao uso de métodos preservativos adequados.

## **Específicos:**

- Sensibilizar a comunidade escolar (alunos, professores e pais e/ou responsáveis) para a questão da saúde reprodutiva e suas implicações.
- Estimular no adolescente o alargamento de sua consciência crítica através da auto-estima e dos projetos de vida.
- Identificar, com apoio da unidade escolar, as lideranças emergentes para que possam ser sensibilizadas e capacitadas como multiplicadores, denominando-as como Instrutores de Saúde Jovem.
- Diminuir a evasão escolar conseqüente de gestação não planejada, seja através do conhecimento dos métodos contraceptivos ou com orientação pré-natal específica e a sensibilização da aluna para que ela possa dar continuidade aos seus estudos na própria escola.
- Propiciar um trabalho interdisciplinar que oriente os adolescentes quanto aos seus direitos e deveres, problematizando as diferenças de gênero, quanto a responsabilidade na saúde reprodutora.
- Fazer intercâmbio com as Unidades Acadêmicas da UFRJ, abrindo campos de estágio e buscando parcerias nas diversas áreas profissionais, tais como: Psicologia, Serviço Social, Medicina, Enfermagem, Educação Física.
- Possibilitar aos alunos das diversas Unidades Acadêmicas da UFRJ o contato e a intervenção nas diferentes realidades sociais, contribuindo e ampliando sua formação profissional.

## **Metodologia:**

A metodologia utilizada para se atingir os objetivos propostos inicia-se pela visita à escola para uma discussão acerca do trabalho com a direção e a coordenação pedagógica. Neste momento são agendados encontros com os pais ou responsáveis e com os professores. Fica também agendado o início do trabalho com os alunos.

O número de encontros com o corpo discente é marcado em função da realidade de cada Unidade de Ensino, devendo, entretanto, ter no mínimo seis encontros.

Por ocasião desses encontros são utilizadas técnicas de dinâmica de grupo, bem como, materiais informativos e educativos (cartazes, vídeos, folder, cartilhas, etc.), para que o processo de sensibilização possa ocorrer, criando canais facilitadores que propiciem discussões profícuas na perspectiva da cidadania.

Para que a equipe do Projeto possa estar munida de elementos, que sirvam de análise dos resultados alcançados, é feito um trabalho de incentivo junto à população alvo. Com isso, espera-se que esta possa se expressar das mais diversas formas, utilizando sua linguagem própria. As atividades mais freqüentes de disseminação das temáticas desenvolvidas pelos escolares enquanto multiplicadores são:

- Peças de teatro;
- Criação de músicas;
- Feira de Ciências;
- Debates;
- Exposição e discussão dos métodos preventivos em festas escolares (junina, primavera, etc.);
- Divulgação do trabalho desenvolvido pelos Instrutores de Saúde Jovem em suas comunidades (associação de moradores, bailes, festas).

### **Análise dos Resultados:**

A análise parcial dos resultados ocorre ao término de cada trabalho, nas reuniões de supervisão e ao término do semestre letivo como exigência da Unidade de Ensino.

Até o presente momento 30 Unidades de Ensino foram trabalhadas tendo sido emitidos desde 1996 até dezembro de 2002, cerca de 2000 certificados de Instrutores de Saúde Jovem e Participantes, atendendo a um dos objetivos do Projeto "Papo Cabeça" que é o de sensibilizar e capacitar jovens para que estes possam atuar junto às suas comunidades como multiplicadores.

Outro objetivo específico diz respeito à possibilidade de estágios oferecidos aos alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nas áreas de serviço social e psicologia, dando aos mesmos a possibilidade de enriquecimento no seu universo profissional, mediante uma atuação efetiva nas diferentes realidades sociais com as quais o Projeto trabalha. Desde o início do Projeto 33 alunos participaram como estagiários.

## **ANEXO II**

**ANEXO II**  
**Roteiro de Entrevista**  
**Alunos**

Data, horário e local da entrevista:

**Dados pessoais:**

Identificação:

Em que bairro você mora?

Idade:

Data de Nascimento:

Com que idade ou em que série você entrou na escola?

Você sempre estudou em escola pública?

Desde que série estuda nesta escola?

Série Atual:

Já repetiu alguma série? Qual?

**Sexualidade:**

- 1) De quem é a responsabilidade de discutir a sexualidade na adolescência? Porquê?
- 2) A escola deveria tratar da sexualidade na adolescência e suas implicações (incluindo a gravidez, DSTs)? Porquê?
- 3) Ela trata? Como?

**Prevenção:**

- 4) Para você o que é prevenção quando se fala em sexualidade na adolescência e suas implicações?
- 5) A escola deveria fazer um trabalho preventivo? Como?

**Mídia:**

- 6) Gostaria de saber se você tem visto notícias sobre a sexualidade na adolescência em jornais, revistas, televisão nos últimos tempos? O que você achou dessas notícias? Você acha que elas interferem na vida das pessoas? De que forma?

## A gravidez na Adolescência e a Escola

- 7) Existem ou existiram casos de gravidez na escola? Os casos são levados ao conhecimento dos professores e/ou da direção da U.E. ?
- 8) Como a escola tratou estes casos?
- 9) Do seu ponto de vista, quais são as principais facilidades e dificuldades que a escola tem para lidar com a gravidez na adolescência?
- 10) De quem é a responsabilidade da gravidez na adolescência?
- 11) Você acha que a gravidez na adolescência é de responsabilidade do menino ou da menina? Porquê?
- 12) Você conhece os direitos da aluna que engravida? Quais?
- 13) Você acredita que escola garante os direitos que a lei determina? Porque?
- 14) Você acha que as alunas que engravidam sofrem algum tipo de pressão pela comunidade escolar? Qual? Porquê?
- 15) Os pais adolescentes têm o mesmo tratamento?)
- 16) Você acha que a escola deva acompanhar os casos de evasão, especialmente, os decorrentes de gravidez? Como?

### Sugestões:

- 17) Você tem alguma sugestão a dar para contribuir com a elaboração de algum projeto sobre a temática da sexualidade e suas implicações?

**ANEXO**  
**Roteiro de Entrevista**  
**Alunos do Núcleo de Adolescentes**

Data, horário e local da entrevista:

**Dados pessoais:**

Identificação:

Em que bairro você mora?

Idade:

Data de Nascimento:

Com que idade ou em que série você entrou na escola?

Você sempre estudou em escola pública?

Desde que série estuda nesta escola?

Série Atual:

Já repetiu alguma série? Qual?

**Sexualidade:**

- 1) De quem é a responsabilidade de discutir a sexualidade na adolescência? Porquê?
- 2) A escola deveria tratar da sexualidade na adolescência e suas implicações (incluindo a gravidez, DSTs)? Porquê?
- 3) Ela trata? Como?

**Prevenção:**

- 4) Para você o que é prevenção quando se fala em sexualidade na adolescência e suas implicações?
- 5) A escola deveria fazer um trabalho preventivo? Como?

**Mídia:**

- 6) Gostaria de saber se você tem visto notícias sobre a sexualidade na adolescência em jornais, revistas, televisão nos últimos tempos? O que você achou dessas notícias? Você acha que elas interferem na vida das pessoas? De que forma?

### **A gravidez na Adolescência e a Escola**

- 7) Existem ou existiram casos de gravidez na escola? Os casos são levados ao conhecimento dos professores e/ou da direção da U.E. ?
- 8) Como a escola tratou estes casos?
- 9) Do seu ponto de vista, quais são as principais facilidades e dificuldades que a escola tem para lidar com a gravidez na adolescência?
- 10) De quem é a responsabilidade da gravidez na adolescência?
- 11) Você acha que a gravidez na adolescência é de responsabilidade do menino ou da menina? Porquê?
- 12) Você conhece os direitos da aluna que engravida? Quais?
- 13) Você acredita que escola garante os direitos que a lei determina? Porquê?
- 14) Você acha que as alunas que engravidam sofrem algum tipo de pressão pela comunidade escolar? Qual? Porquê?
- 15) Os pais adolescentes têm o mesmo tratamento?)
- 16) Você acha que a escola deva acompanhar os casos de evasão, especialmente, os decorrentes de gravidez? Como?

### **O trabalho do núcleo:**

- 17) O que lhe chamou atenção e te motivou a participar do trabalho do núcleo de adolescentes?
- 18) O que os seus responsáveis acham disso? Eles contribuíram para a sua decisão? Como?
- 19) Que trabalho o núcleo faz?
- 20) Você gosta deste trabalho? Porquê?
- 21) Você participa do planejamento das atividades do núcleo? Como?
- 22) Qual o papel do aluno do núcleo de adolescentes?
- 23) O que você acha que é mais interessante no trabalho que você desenvolve? Porquê?
- 24) Você acha que os outros professores te incentivaram a estar no núcleo? Como? Porquê?
- 25) Qual o trabalho que você mais gostou de desenvolver? Porquê?

**Sugestões:**

- 26) Você tem alguma sugestão a dar para a realização de algum trabalho na escola para abordar as temáticas ligadas a sexualidade?
- 27) Que temáticas ligadas à sexualidade e suas implicações você sugeriria para ser conversado com os adolescentes?

## ANEXO

### Roteiro de Entrevista

Representante da Unidade de Ensino

#### **Diretor, Orientador Ou Coordenador Pedagógico**

##### **Identificação:**

Idade:

Formação profissional:

Cargo que ocupa:

Tempo de trabalho na área:

Tempo de trabalho na escola:

Tempo no cargo:

#### **Professor**

##### **Identificação:**

Idade:

Formação profissional:

Tempo de trabalho na área:

Tempo de trabalho na escola:

#### **Sexualidade:**

- 1) De quem é a responsabilidade de discutir as questões ligadas à sexualidade na adolescência? Porquê?
- 2) Como a escola deveria lidar com a sexualidade dos adolescentes? Como a escola lida com esta questão?

#### **Prevenção:**

- 3) Para você o que é prevenção quando se fala de sexualidade na adolescência e suas implicações (como a gravidez, DSTs)?
- 4) Como deveria ser desenvolvido um trabalho na perspectiva da prevenção? Em que ele deveria se basear?

#### **Mídia:**

- 5) Gostaria de saber se você tem visto notícias sobre a sexualidade na adolescência em jornais, revistas, televisão nos últimos tempos? O que você

achou dessas notícias? Você acha que elas interferem na vida das pessoas?  
De que forma?

**A Gravidez na Adolescência e a Escola:**

- 6) Existem ou já existiram casos de gravidez na escola nos últimos anos? Quantos? Como foram encaminhados?
- 7) Como a escola deve tratar as questões ligadas à sexualidade e suas implicações (incluindo a gravidez, DSTs)? A escola tem algum projeto? Como é o projeto? Quais os princípios norteadores do trabalho?
- 8) Quem é a responsável pela gravidez na adolescência?
- 9) De quem você acha que é a responsabilidade da gravidez o menino ou a menina? Porquê?
- 10) Você conhece os direitos da aluna que engravida? Quais?
- 11) O que a escola faz em relação a estes direitos?
- 12) Do seu ponto de vista, quais são as principais facilidades e dificuldades da escola para lidar com a gravidez na adolescência?
- 13) As alunas que engravidam sofrem algum tipo de pressão pela comunidade escolar? Como?
- 14) E os pais adolescentes têm o mesmo tratamento?
- 15) A escola acompanha os casos de evasão decorrente de gravidez? Como?

**Política:**

- 16) Qual é a sua expectativa em relação a uma política voltada para a adolescência, especialmente, aquela ligada à sexualidade e suas implicações (inclusive a gravidez, as DSTs)?

**ANEXO**  
**Roteiro de Entrevista**  
**Professor do Núcleo de Adolescente**

**Identificação:**

Idade:

Formação profissional:

Tempo de trabalho na escola:

Tempo no núcleo:

**Sexualidade:**

- 1) De quem é a responsabilidade discutir a sexualidade na adolescência?  
Porque?

**Prevenção:**

- 2) Para você o que é prevenção quando se fala em sexualidade na adolescência e suas implicações (como a gravidez, DSTs)?
- 3) Como deveria ser desenvolvido um trabalho na perspectiva da prevenção? Em que ele deveria se basear?

**Mídia:**

- 4) Gostaria de saber se você tem visto notícias sobre a sexualidade na adolescência em jornais, revistas, televisão nos últimos tempos? O que você achou dessas notícias? Você acha que elas interferem na vida das pessoas? De que forma?

**O trabalho no Núcleo de Adolescentes:**

- 5) Quando e como se constituiu o núcleo de adolescente que está sob a sua coordenação? Qual o objetivo do trabalho?
- 6) Quem deu e/ou vem dando apoio ao trabalho? De que forma?
- 7) Como se deu a aceitação do trabalho do núcleo na escola? Quais as principais facilidades e dificuldades?
- 8) Qual ou quais os princípios norteadores do trabalho?

- 9) Como são selecionados os adolescentes do núcleo? Como eles vêm lidando com as questões ligadas as temáticas trabalhadas?
- 10) Como vem se dando o trabalho dos alunos multiplicadores?
- 11) Os multiplicadores participam do planejamento das atividades do núcleo? Como?
- 12) Como a comunidade escolar vem encarando o trabalho dos multiplicadores? Quais são as principais críticas, sugestões?

<b>A Gravidez na Adolescência e a Escola:</b>
---

- 13) Quem é a responsável pela gravidez na adolescência?
- 14) Quem é responsável pela gravidez o menino ou a menina?
- 15) Como o núcleo lida com a gravidez na adolescência? Existe algum trabalho específico?
- 16) Você conhece os direitos da aluna que engravida? Quais?
- 17) O que a escola faz em relação a estes direitos?
- 18) As alunas que engravidam sofrem algum tipo de pressão pela comunidade escolar? Como?
- 19) E os pais adolescentes têm o mesmo tratamento?
- 20) A escola acompanha os casos de evasão decorrente de gravidez? Como?

<b>Política:</b>
------------------

- 21) Qual é a sua expectativa em relação a uma política voltada para a adolescência, especialmente, aquelas ligadas à sexualidade e suas implicações ( inclusive a gravidez, as DSTs)?

- Relação entre os alunos e professores.
- Relação dos alunos entre si.
- Relação dos professores e alunos com a direção.
- Assuntos tratados nos corredores relacionados a temática.
- Os assuntos tratados na hora do recreio vinculados ao tema.
- Como percebem o pesquisador.

Perfil:

Número de alunos:

Número de Professores:

Local de moradia dos alunos:

Características físicas da escola:

Projeto político- pedagógico:

Participação dos pais na escola:

Principais reivindicações da comunidade-escolar:

Principais problemas enfrentados pela direção:

## **ANEXO III**

**QUADRO I - ALUNOS ENTREVISTADOS NA ESCOLA "M"**  
 (escola que não possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)

Idade	Série	Cognome
11	5 <sup>a</sup>	Mário
12	5 <sup>a</sup>	Marcelle
13	6 <sup>a</sup>	Marina*
13	6 <sup>a</sup>	Marrie*
13	6 <sup>a</sup>	Michelle*
13	6 <sup>a</sup>	Marcos*
13	6 <sup>a</sup>	Mônica*
13	6 <sup>a</sup>	Marlúcia*
13	6 <sup>a</sup>	Margarida*
13	6 <sup>a</sup>	Magda*
13	8 <sup>a</sup>	Marlene
14	5 <sup>a</sup>	Marli
14	6 <sup>a</sup>	Márcia
14	6 <sup>a</sup>	Magali*
14	6 <sup>a</sup>	Monique*
14	6 <sup>a</sup>	Marcelo*
14	6 <sup>a</sup>	Mabel*
14	6 <sup>a</sup>	Maurício*
14	6 <sup>a</sup>	Margareth*
14	6 <sup>a</sup>	Maria*
14	7 <sup>a</sup>	Marta*
14	8 <sup>a</sup>	Marcílio
14	8 <sup>a</sup>	Mary
15	8 <sup>a</sup>	Mércia
16	6 <sup>a</sup>	Mateus
<b>TOTAL</b>		<b>25</b>

\*- Entrevista em grupo

# Não permitiram a gravação da entrevista, foram feitos apontamentos durante a realização das mesmas.

**QUADRO II - ALUNOS ENTREVISTADOS NA ESCOLA "L"**  
(escola que possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)

Idade	Série	Cognome
12	5 <sup>a</sup>	Luíza
12	5 <sup>a</sup>	Luciana
12	6 <sup>a</sup>	Lúcia*
13	6 <sup>a</sup>	Lucas*
13	6 <sup>a</sup>	Letícia*
13	6 <sup>a</sup>	Lana*
13	6 <sup>a</sup>	Lucélia*
14	5 <sup>a</sup>	Luiz
14	7 <sup>a</sup>	Lorena
14	7 <sup>a</sup>	Luzinete
15	7 <sup>a</sup>	Leila
15	8 <sup>a</sup>	Liana
16	8 <sup>a</sup>	Lourdes
17	7 <sup>a</sup>	Luana
<b>TOTAL</b>		<b>14</b>

\* - Entrevista em grupo

**QUADRO III - ALUNOS DO NÚCLEO DE ADOLESCENTES ENTREVISTADOS  
ESCOLA "L"**

Idade	Série	Cognome
15	6 <sup>a</sup>	Leonardo
15	7 <sup>a</sup>	Lia
15	8 <sup>a</sup>	Lenira
17	6 <sup>a</sup>	Lucimar
17	7 <sup>a</sup>	Lucinda
17	7 <sup>a</sup>	Luara
<b>TOTAL</b>		<b>06</b>

**QUADRO IV - PROFESSORES ENTREVISTADOS NA ESCOLA "L"**  
 (escola que possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)

Idade	Formação Profissional	Cargo/função	Cognome
37	Biologia	PI - Prof. Ciências	Laís
42	Educação Física	PI - Prof. Judô	Leoncio
45	Educação Física	PI - Prof. dança	Lilian
46	Letras	PI - Prof. Língua Inglesa	Liliane*
50	Letras	PI - Prof. Língua Portuguesa	Lenise*
53	Letras	PI- Prof. Sala de Leitura	Ludmila
42	Letras	PII- Diretora Adjunta	Luzia
52	Letras	PI - Diretora Geral	Larissa
57	Letras	PII- Coordenadora Pedagógica	Lídia
TOTAL			09

\*- Entrevista em Grupo

PI - Professor concursado para ministrar aula de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série.

PII- Professor concursado para ministrar aulas da Educação Infantil a 4<sup>a</sup> série.

**QUADRO V - PROFESSORES ENTREVISTADOS NA ESCOLA "M"**  
 (escola que não possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)

Idade	Formação Profissional	Cargo/função	Cognome
28	Educação Física	PI - Prof. Educação Física	Manoel
37	Matemática	PII- Professor da 3ª série	Marília
40	Matemática	PI- Prof. Matemática	Madalena*
40	Química	PI- Prof. de Ciências	Múrcio*
41	Física	PI- Prof. Matemática	Moisés
42	Biologia	PI- Prof. de Ciências	Mizael*
46	Curso de Formação de Professores	PII- Prof. da 4ª série	Milena
63	História	PI- Prof. de História	Márcio
37	História	PI- Diretor Adjunto	Murilo
43	Turismo	PII- Coordenadora Pedagógica	Maila
52	Curso de Formação de Professores	PII- Diretora Geral	Marilu
58	Pedagogia	Supervisora	Maria Angélica
<b>TOTAL</b>			<b>12</b>

\*- Entrevista em Grupo

# Não permitiram a gravação da entrevista, foram feitos apontamentos durante a realização das mesmas.

PI - Professor concursado para ministrar aula de 5ª a 8ª série.

PII- Professor concursado para ministrar aulas da Educação Infantil a 4ª série.

**QUADRO VI - ALUNOS ENTREVISTADOS NA ESCOLA "M"**  
 (escola que não possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)

**POR IDADE/SEXO**

IDADE / SEXO	Masculino	Feminino	Total
11	01	-	01
12	-	01	01
13	01	08	09
14	03	09	12
15	-	01	01
16	01	-	01
17	-	-	-
Total	06	19	25

**QUADRO VII - ALUNOS ENTREVISTADOS NA ESCOLA "M"**  
 (escola que não possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)

**SÉRIE/SEXO**

SÉRIE / SEXO	Masculino	Feminino	Total
5ª	01	02	03
6ª	01	01	02
7ª	03	13	16
8ª	01	03	04
Total	06	19	25

**QUADRO VIII - ALUNOS ENTREVISTADOS NA ESCOLA "L"**  
 (escola que possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)  
**POR IDADE/SEXO**

IDADE \ SEXO	Masculino	Feminino	Total
11	-	-	-
12	-	03	03
13	01	03	04
14	01	02	03
15	01	02	03
16	-	01	01
17	-	01	01
Total	03	12	15

**QUADRO IX - ALUNOS ENTREVISTADOS NA ESCOLA "M"**  
 (escola que não possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)  
**SÉRIE/SEXO**

SÉRIE \ SEXO	Masculino	Feminino	Total
5ª	01	03	04
6ª	01	04	05
7ª	-	04	04
8ª	-	02	02
Total	02	13	15

**QUADRO X - ALUNOS DO NÚCLEO DE ADOLESCENTES ENTREVISTADOS  
ESCOLA "L"**

(escola que possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)

**IDADE/SEXO**

IDADE \ SEXO	Masculino	Feminino	Total
15	01	02	03
16	-	-	-
17	-	03	03
Total	01	05	06

**QUADRO XI - ALUNOS ENTREVISTADOS NA ESCOLA "M"**

(escola que não possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)

**SÉRIE/SEXO**

SÉRIE \ SEXO	Masculino	Feminino	Total
5ª	-	-	-
6ª	01	01	02
7ª	-	03	03
8ª	-	01	01
Total	01	05	06

**QUADRO XII - TOTAL GERAL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS****IDADE/SEXO**

IDADE \ SEXO	Masculino	Feminino	Total
11	01	-	01
12	-	04	04
13	02	11	13
14	04	11	15
15	01	05	06
16	01	01	02
17	-	04	04
Total	09	37	46

**QUADRO XII - TOTAL GERAL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS****SÉRIE/SEXO**

Série	Meninos	Meninas	Total
5 <sup>a</sup>	02	05	07
6 <sup>a</sup>	03	06	09
7 <sup>a</sup>	03	20	23
8 <sup>a</sup>	01	06	07
Total	09	37	46

**QUADRO XIV - PROFESSORES ENTREVISTADOS NA ESCOLA "M"**  
 (escola que não possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)  
**IDADE/SEXO**

IDADE \ SEXO	Masculino	Feminino	Total
28	01	-	01
37	01	01	02
40	01	01	02
41	01	-	01
42	01	-	01
43	-	01	01
45	-	-	-
46	-	01	01
50	-	-	-
52	-	01	01
53	-	-	-
58	-	01	01
63	01	-	01
Total	06	06	12

**QUADRO XV - PROFESSORES ENTREVISTADOS NA ESCOLA "L"**  
 (escola que possui trabalho específico sobre sexualidade voltado para os adolescentes)  
**IDADE/SEXO**

IDADE \ SEXO	Masculino	Feminino	Total
28	-	-	-
37	-	01	01
40	-	-	-
41	-	-	-
42	01	01	02
45	-	01	01
46	-	01	01
50	-	01	01
52	-	01	01
53	-	01	01
57	-	01	01
63	-	-	-
Total	01	08	09

**QUADRO XVI - TOTAL DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS****IDADE/SEXO**

IDADE / SEXO	Masculino	Feminino	Total
28	01	-	01
37	01	02	03
40	01	01	02
41	01	-	01
42	02	01	03
43	-	01	01
45	-	01	01
46	-	02	02
50	-	01	01
52	-	02	02
53	-	01	01
57	-	01	01
58	-	01	01
63	01	-	01
Total	07	14	21

**QUADRO XVII - TOTAL DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL/SEXO**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL / SEXO	Masculino	Feminino	Total
Biologia	01	01	02
Educação Física	02	01	03
Física	01	-	01
Formação de Professores	-	02	02
História	02	-	02
Letras	-	06	06
Matemática	-	02	02
Pedagogia	-	01	01
Química	01	-	01
Turismo	-	01	01
Total	07	14	21

**QUADRO XVIII - TOTAL DE ENTREVISTADOS**

Masculino	Feminino	Total
16	51	67

## **ANEXO IV**

## Coordenadorias Regionais de Educação



Denominação	Número de Escolas	Bairros
1ª CRE	51	Praça Mauá, Gambôa, Santo Cristo, Caju, Centro, C. Nova, Bairro de Fátima, Estácio, Santa Teresa, Rio Comprido, São Cristóvão, Catumbi, Mangueira, Benfica e Paquetá.
2ª CRE	115	Glória, Flamengo, Laranjeiras, Catete, Urca, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Praia Vermelha, Leme, Copacabana, Ipanema, São Conrado, Rocinha, Vidigal, Gávea, Leblon, Jardim Botânico, A. Boa Vista, Horto, Tijuca, Praça Bandeira, V. Isabel, Andaraí e Grajaú.
3ª CRE	103	Higienópolis, Engenho Novo, Rocha, Riachuelo, Del Castilho, Méier, Mª da Graça, Inhaúma, E. Rainha, Tomás Coelho, Bonsucesso, Piedade, Sampaio, Jacaré, Cachambi, Todos os Santos, Pilares, Lins, E. Dentro, Água Santa, Encantado, Abolição, Jacarezinho e Alemão.
4ª CRE	135	Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Vila da Penha, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim América e Ilha do Governador.
5ª CRE	103	V. Carvalho, V. Kosmos, V. Penha, Irajá, Vista Alegre, Vaz Lobo, Colégio, Marechal Hermes, Rocha Miranda, Turiaçu, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Guadalupe, Madureira, Honório Gurgel, Campinho, Quintino, Cavalcante e Cascadura.
6ª CRE	76	Parque Anchieta, Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Guadalupe, Acari, Coelho Neto, Irajá, Honório Gurgel, Costa Barros, Pavuna e Barros Filho.
7ª CRE	111	Jacarepaguá, Taquara, Cidade de Deus, Freguesia, Rio das Pedras, Tanque, Curicica, Pechincha, Praça Seca, Vila Valqueire, Barra da Tijuca, Itanhangá, Vargem Pequena, Vargem Grande e Recreio dos Bandeirantes.
8ª CRE	145	Guadalupe, Deodoro, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Jabour, Santíssimo, Guilherme da Silveira, Vila Kennedy, Vila Militar, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Realengo.
9ª CRE	100	Inhoaiba, Campo Grande, Cosmos, Santíssimo, Augusto Vasconcelos, e Benjamim Dumont.
10ª CRE	94	Santa Cruz, Paciência, Cosmos, São Fernando, Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Jardim Maravilha.